



5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

**DIGNIDADE DO TRABALHO NO TURISMO:
NOVAS FRONTEIRAS DE LUTA**

ANAIS DO EVENTO

ISBN: 978-65-982796-4-6



Labor Movens



UnB | CET



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Bacharelado em Turismo

Anais do Evento

5º Seminário:
Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo

Temática:

Dignidade do Trabalho no Turismo: novas fronteiras de luta

Coordenação Geral

Angela Teberga de Paula (UnB)
Thiago Sebastiano de Melo (UnB)

Organização dos Anais

Cecília Ulisses Frade dos Reis (UFPR)
Bianca Briguglio (Socióloga/UNICAMP)

01 a 04 de outubro de 2025

Brasília, DF
2026

© 2026 [detentor dos direitos autorais].



[1ª edição]

Elaboração e informações:

Universidade de Brasília

Centro de Excelência em Turismo

Campus Universitário Darcy Ribeiro CEP: 70904-970 Brasília-DF, Brasil

Site: www.cet.unb.br | www.labormovens.com | E-mail: labor.movense@unb.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

S471 Seminário Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo (5. : 2025 : Brasília).
Dignidade do trabalho no turismo [recurso eletrônico] : novas fronteiras de luta / coordenação geral, Angela Teberga de Paula, Thiago Sebastiano de Melo ; organização dos anais, Cecília Ulisses Frade dos Reis, Bianca Briguglio. - Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2026.
110 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN 978-65-982796-4-6.

1. Turismo. 2. Trabalho. I. Paula, Angela Teberga de (coord.). II. Melo, Thiago Sebastiano de (coord.). III. Reis, Cecília Ulisses Frade dos (org.) IV. Briguglio, Bianca (org.). V. Título.

CDU 338.48

Heloiza dos Santos - Bibliotecária - CRB1/1913

Reitora

Rozana Reigota Naves

Vice-Reitor

Márcio Muniz

Decano de Administração

Jeremias Pereira da Silva Arraes

Decana de Assuntos Comunitários

Camila Alves Areda

Decano de Ensino de Graduação

Tiago Araújo Coelho de Souza

Decana de Extensão

Janaína Soares de Oliveira Alves

Decano de Gestão de Pessoas

Peterson Goes Silva

Decana de Pesquisa e Inovação

Renata Aquino

Decano de Pós-Graduação

Roberto Goulart Menezes

Decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional

Doriana Daroit

Diretora do Centro de Excelência em Turismo

Marutschka Martini Moesch

Coordenador de Extensão do CET

Luiz Carlos Spiller Pena

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação do CET

João Paulo Faria Tasso

Coordenadora do Curso de Graduação em Turismo

Ana Rosa Domingues dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) respectivo(s) autor(es).



Labor Movens

Coordenação Geral

Angela Teberga de Paula
Thiago Sebastiano de Melo

Comissão Científica

Cecília Ulisses Frade dos Reis (coord.)
Aline Amorim
Bianca Briguglio
Carolina Castellitti
Edilaine Albertino de Moraes
Iraneide Pereira
Mariana Falcão
Michel Alves Ferreira
Monique de Oliveira Serra
Thiago Eduardo Freitas Bicalho

Comissão Finanças

Bianca Briguglio (coord.)
Angela Teberga de Paula
Thiago Sebastiano de Melo
Edilene Vilas Bôas

Comissão Comunicação

Bianca Paes G. dos Santos (coord.)
Renan Augusto Moraes Conceição
Thiago Eduardo Freitas Bicalho

Comissão Secretaria

Mariciana Zorzi (coord.)
Aline Amorim
Laércio Santos

Comissão Logística

Lívia Barros Wiesinieski (coord.)
Luiz Carlos Spiller Pena

Equipe Lab. Eventos - CET-UnB

Arnaldo Reis da Cunha
Thainara da Costa Lima
Amanda Karen da Silva Campos
Mariana Narcizo de Souza
João Gabriel Silva de Medeiros Dantas
Samuel de Oliveira Silva
Aminah Nunes Mahmud Dimes
Emily Gabriela Silva dos Santos
Fábio Lacerda de Souza

Organização e Revisão dos Textos

Bianca Briguglio
Cecília Ulisses Frade dos Reis

Diagramação

Bianca Paes Garcia dos Santos

Brasília, DF
2026



5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO EVENTO	7
O MPT FRENTE À BRUTALIDADE DO CAPITAL NO BRASIL	13
DIGNIDADE LABORAL NO SÉCULO XXI: OPRESSÃO-SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA	20
O CULTO DA PERFORMANCE E OS PARADOXOS DA INSUFICIÊNCIA NA CORRIDA PELA PLENITUDE DA VIDA	29
CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRABALHADORES QUE ATUAM NOS PASSEIOS TURÍSTICOS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: O CASO DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS - MA	34
TURISMO DA REFORMA AGRÁRIA: CAMINHOS COLETIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES (MG).....	46
FUTURO DA CARREIRA EM HOTELARIA: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DA PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA E PSICOSSOCIAL	60
A REALIDADE POR TRÁS DOS PANOS: O TRABALHO DAS COSTUREIRAS DE FANTASIAS DE CARNAVAL	70
ENTRE O LUCRO E A DIGNIDADE HUMANA: TRABALHO, CAPITAL E OS ODS NO TURISMO DE OURO PRETO.....	79
PARADOXOS NO TURISMO, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E PROMOÇÃO DA SAÚDE: NOTAS INVESTIGATIVAS EM JUIZ DE FORA (MG)	89
CULTURA, MEMÓRIA, TURISMO E ACESSIBILIDADE EM FEIRAS.....	98



5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

O 5º SEMINÁRIO PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO
TURISMO

Dignidade do trabalho no Turismo: novas fronteiras de luta

O Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Condições de Trabalho no Turismo – Labor Movens tem orgulho de apresentar os Anais do 5º *Seminário Perspectivas Críticas do Trabalho no Turismo*, realizado presencialmente em 2025, com o tema “**Dignidade do Trabalho no Turismo: novas fronteiras de luta**”. A escolha do tema decorre do reconhecimento da crescente heterogeneidade das lutas dos trabalhadores na contemporaneidade, atravessadas por múltiplas opressões que exigem estratégias diversas e articuladas. As fronteiras de luta se expandem à medida que a exploração se reinventa, demandando vigilância e mobilização constante frente aos ataques aos direitos trabalhistas no Brasil e no mundo.

Considerando a pluralidade de atores que compõem a arena política, para além de sindicatos e movimentos sociais, o Seminário buscou também debater disputas travadas no Poder Legislativo, como a pauta do fim da escala 6 x 1 (seis dias de trabalho para apenas um de descanso). Nos últimos anos, é inegável que a energia dos trabalhadores tem se concentrado na resistência, tentando evitar novas perdas de direitos — muitas vezes sem êxito. Testemunhamos direitos históricos, conquistados com luta e sacrifício, sendo corroídos por legislações “modernizantes” que, na prática, intensificam a precarização e contribuem para o adoecimento físico e mental dos trabalhadores. A saúde laboral, central nos estudos do Labor Movens, também ocupou destaque no evento. Pensar dignidade no trabalho implica enfrentar os efeitos destrutivos do capitalismo neoliberal sobre a saúde física e psíquica dos trabalhadores. Os avanços tecnológicos das últimas décadas, ao invés de aliviar a carga de trabalho, têm sido frequentemente utilizados para ampliá-la, reforçando o controle e a vigilância e consolidando um projeto de exploração sustentado às custas da classe trabalhadora.

APRESENTAÇÃO





5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

APRESENTAÇÃO

Outro eixo debatido foi o impacto das mudanças climáticas sobre o trabalho no Turismo. O racismo ambiental, cada vez mais presente nas discussões públicas, evidencia que, embora todos estejam expostos aos efeitos do aquecimento global — resultado direto da ação humana, do desmatamento, da grilagem, da poluição e da destruição de territórios tradicionais — alguns grupos sofrem de forma desproporcional. A classe trabalhadora, as pessoas pobres e as comunidades tradicionais já enfrentam os efeitos mais severos desse processo.

O discurso recorrente de setores elitizados, sobretudo representantes da direita, que defendem o trabalho até a exaustão, reforça a lógica neoliberal que desumaniza trabalhadores e prioriza o capital. Esse projeto político atua para silenciar organizações coletivas, naturalizar opressões, aprofundar a perda de direitos e manter trabalhadores reféns da instabilidade, oferecendo empregos precários, inseguros e frequentemente perigosos.

No Turismo, esse cenário se torna especialmente evidente. Tradicionalmente invisibilizados, seus trabalhadores seguem recebendo baixos salários, com poucas oportunidades de formação — embora o setor reclame, há décadas, da suposta falta de qualificação. Cotidianamente, os trabalhadores e trabalhadoras do Turismo enfrentam jornadas extensas e intensas, assédio moral de clientes e colegas, sazonalidade, alta rotatividade e responsabilização individualizada por condições estruturais de precarização.

As palestras do Seminário contribuíram para ampliar a compreensão sobre essas “trincheiras” de luta da classe trabalhadora, especialmente no setor turístico. Os debates dialogaram de forma profunda com os textos apresentados nos Grupos de Trabalho, agora publicados nestes Anais. Assim, o Labor Movens reafirma seu compromisso com a produção crítica de conhecimento e com a classe trabalhadora do Turismo, reconhecendo seu protagonismo e colocando-se ao seu lado na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Bianca Briguglio
Pesquisadora do Labor Movens





5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

Apresentamos os Anais do 5º Seminário Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo, que em outubro de 2025, em Brasília, reuniu estudantes, professores/as, pesquisadores/as, trabalhadores/as, militantes e ativistas, provocados/as pelo tema “Dignidade do Trabalho no Turismo: novas fronteiras de luta”. Foram aprovados dezesseis resumos, entre relatos de pesquisa e de experiência, dos quais doze foram apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) durante o seminário.

Após avaliação às cegas realizada por um/a parecerista e apresentação e discussão nos GTs, sete desses trabalhos foram expandidos para publicação nestes anais. Além deles, integram esta coletânea outros dois textos derivados das apresentações realizadas por palestrantes convidadas durante o evento. São eles que abrem esta edição.

Em “O MPT frente à brutalidade do capital no Brasil”, a procuradora do trabalho Lys Sobral Cardoso apresenta os principais temas enfrentados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e ilustra como o órgão atua por meio de três casos práticos, de extrema gravidade. O primeiro, ocorrido em 2022, refere-se ao jovem Moïse Mugenyi Kabamgabe, trabalhador de origem congoleza, assassinado brutalmente no quiosque em que trabalhava no Rio de Janeiro. O segundo trata da exploração sexual cometida por políticos e empresários na cidade de Sapé, na Paraíba, em 2007. O terceiro caso, também ocorrido na Paraíba, na região metropolitana da capital, refere-se a um engenheiro conhecido como Cabo Branco que explorava sexualmente jovens adolescentes, em um esquema que envolvia turistas nacionais e internacionais como “clientes”.

O texto seguinte, “Dignidade laboral no século XXI: opressão-superexploração da força de trabalho brasileira”, Marcela Soares chama atenção para os limites e as possibilidades de se alcançar a dignidade laboral na sociabilidade capitalista. A autora analisa como a regulamentação do trabalho tem sido atacada nos últimos anos, aprofundando a precarização, com destaque para o trabalho “plataformizado”. São elencadas medidas imediatas, de curto prazo, que podem reverter alguns dos principais revezes aplicados aos trabalhadores nos últimos anos, como a contrarreforma trabalhista de 2017. Uma dessas medidas é a aprovação da PEC 08/2025, que propõe a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais.

PREFÁCIO



Labor Movens





5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

PREFÁCIO

Em seguida, no texto “O culto da performance e os paradoxos da insuficiência na corrida pela plenitude da vida”, Valquíria Padilha destaca que as exigências impostas pelo capital ao trabalhador o afetam não apenas fisicamente, mas também produzem consequências subjetivas. A autora ressalta, ainda, que mesmo as possibilidades de recuperação durante o tempo livre — para aqueles que podem acessá-lo — encontram-se comprometidas nesse contexto, uma vez que o lazer está imbricado na lógica do consumo.

Em seguida temos os textos dos Grupos de Trabalho, iniciando com o GT 01 Comunidades locais e trabalhadores/as no turismo. Em “Condições de trabalho dos trabalhadores que atuam nos passeios turísticos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso do município de Barreirinhas – MA”, Monique de Oliveira Serra apresenta um recorte da pesquisa de sua tese de doutorado, na qual o foco foi o trabalho de condutores de visitantes, guias de turismo, além de motoristas, em uma das principais portas de entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. São apresentadas de forma detalhada as condições de trabalho, como a jornada, a escala, os rendimentos, a forma de contratação, os impactos da sazonalidade da atividade turística naquele local, bem como o perfil dos trabalhadores entrevistados.

Já o artigo posterior, “Turismo da reforma agrária: caminhos coletivos para a emancipação do trabalho no Assentamento Dênis Gonçalves (MG)”, traz a contribuição de Renato José Degli Esposti, Edilaine Albertino de Moraes, Werter Valentim de Moraes e Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knup, que analisam uma experiência de turismo que se contrapõe ao dito “turismo de massa”. Os autores examinam a experiência de turismo desenvolvida em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na qual o trabalho ganha sentidos para além da lógica capitalista, integrando a organização coletiva e as formas de resistência do movimento social.

O trabalho seguinte foi o único enviado ao GT 02 Trabalho em Hotelaria, Alimentos e Bebidas e Eventos. Com o título “Futuro da carreira em hotelaria: um ensaio teórico a partir da perspectiva construcionista e psicossocial”, Wallace Bezerra Farias e Luiz Gonzaga Godoi Trigo refletem sobre a carreira na hotelaria frente ao crescente desinteresse das novas gerações tanto pela formação em turismo e





5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

PREFÁCIO

hospitalidade quanto pelo emprego no setor, diante do cenário laboral marcado pela crescente flexibilização que caracteriza os vínculos de trabalho. Sob a ótica construcionista e psicossocial, os autores apontam caminhos para a formação e o trabalho no setor.

A contribuição seguinte abre o GT 03, dedicado ao tema do Trabalho no Turismo, de forma geral. Em “A realidade por trás dos panos: o trabalho das costureiras de fantasias de carnaval”, Edilene Vilas Bôas Benevides Corrêa, Angela Teberga de Paula e Caroline Bahniuk jogam luz sobre a atividade desempenhada pelas costureiras que trabalham nos barracões – os galpões em que são preparadas as fantasias de carnaval. Os acordos verbais e, portanto, sem nenhuma garantia de direitos, que regem o trabalho, além das condições insalubres do próprio local, contrastam com o glamour exibido durante os desfiles no sambódromo anualmente.

No próximo texto, intitulado “Entre o lucro e a dignidade humana: trabalho, capital e os ODS no turismo de Ouro Preto”, Carlos Henrique Alves Viana e Kerley dos Santos Alves escancaram a incompatibilidade entre a relação trabalho-capital e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os autores concentram a análise nos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades) e trazem dados do mercado de trabalho da cidade de Ouro Preto para compor a discussão.

Já no bloco do GT 04 Turismo e Interdisciplinaridades, em “Paradoxos no turismo, pessoas em situação de rua e promoção da saúde: notas investigativas em Juiz de Fora (MG)”, Márcio José de Moraes Oliveira, Edilaine Albertino de Moraes e Kerley dos Santos Alves apontam a saúde como um conceito amplo, voltado à busca por uma vida de qualidade. Por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, os autores ressaltam os benefícios que o turismo e o lazer podem trazer para o bem-estar da população de rua, que realiza vários trabalhos informais na cidade.

Por fim, em “Cultura, memória, turismo e acessibilidade em feiras”, o professor Michel Alves Ferreira e as estudantes Diurcely Carolina Villasbôas da Silva Afonso, Jacqueline França de Lira e Kíssila Prissila Campos relatam as atividades de extensão realizadas na disciplina de Turismo e Acessibilidade em duas feiras. A primeira é uma





5º SEMINÁRIO
PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE
O TRABALHO NO TURISMO

feira de negócios voltada ao turismo no Pantanal, enquanto a segunda reúne produtores de alimentos, artesanato e outros produtos aos domingos. Em ambas as ocasiões, os estudantes puderam observar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, neurodivergentes e para si próprios.

As discussões apresentadas nesta coletânea evidenciam que a realidade da maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras do turismo está distante de um cenário de dignidade, sobretudo diante da informalidade, dos baixos salários, das jornadas extensas e da instabilidade que atravessam suas condições de trabalho – sem esquecer a sazonalidade e os ambientes laborais que favorecem o adoecimento. Todos esses aspectos, que não se restringem ao setor do turismo, devem ser enfrentados na luta dos e das trabalhadoras por uma vida plena, na qual o lazer e o turismo estejam ao alcance de todos e todas.

Agradecemos a todas as pessoas que compuseram a Comissão Científica do 5º Seminário Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo e contribuíram para a publicação destes anais. Desejamos a todas, todos e todes uma excelente leitura!

Cecília Ulisses Frade dos Reis

Doutoranda em Sociologia pela UFPR

PREFÁCIO



O MPT FRENTE À BRUTALIDADE DO CAPITAL NO BRASIL

THE PUBLIC LABOR PROSECUTION OFFICE (MPT) IN THE FACE OF THE BRUTALITY OF
CAPITAL IN BRAZIL

13

EL MINISTERIO PÚBLICO DEL TRABAJO (MPT) FRENTE A LA BRUTALIDAD DEL CAPITAL
EN BRASIL

*Lys Sobral Cardoso*¹

Falarei, nessa ocasião, a partir do meu lugar de procuradora do trabalho, com alguns exemplos de medidas e soluções anticapitalistas o MPT pode desenvolver. O que temos visto em termos de disputas, conflitos e violências no Ministério Público do Trabalho?

O Ministério Público do Trabalho é, desde a Constituição de 1988, um órgão independente dos três poderes da República (Legislativo, Executivo e Judiciário), que tem por missão zelar pelos direitos e garantias fundamentais no mundo do trabalho. As principais referências das suas atribuições são a Constituição de 1988, entre os artigos 127 e 130, a lei complementar 75/93, a lei nº 8.625/93, a lei nº 7.347/85 (a lei da ação civil pública), além de resoluções e portarias do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

A independência do MPT garante, inclusive, que ele possa fiscalizar os demais poderes quando as irregularidades trabalhistas nele ocorrerem ou por eles sejam diretamente causadas (registrando que o MPT não pode controlar as atividades legislativa e executiva em si, o que ele pode fazer é promover ações civis públicas ou propor termos de ajuste de conduta quando houver violação a dispositivos da Constituição ou de lei).

Suas missões principais podem ser descritas a partir das suas *coordenadorias nacionais*: para priorizar alguns dentre os vários temas do mundo do trabalho, criou, a partir do ano 2000, núcleos temáticos nacionais, com representação em todos os estados (hoje o MPT tem mais de cem unidades distribuídas pelo país), chamadas coordenadorias nacionais. São elas:

1) De Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância); 2) De Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete); 3) De Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret); 4) De Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública; 5) De Defesa do Meio Ambiente de Trabalho (Codemat); 6) De Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis); 7) De Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa).

¹ Procuradora do trabalho. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: lys.sobral@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5495774532841323>



Esse são os principais tipos de problema enfrentados pelo MPT: trabalho infantil (aqui incluída a exploração sexual); trabalho análogo ao escravo (aqui incluída a escravidão sexual); tráfico de pessoas; irregularidades no meio ambiente de trabalho (a exemplo dos acidentes de trabalho, inclusive fatais, e doenças ocupacionais, físicas ou mentais), inclusive nos portos e em embarcações e na administração pública, direta ou indireta; fraudes aos direitos trabalhistas; atos antissindicais e irregularidades em acordos ou convenções coletivas de trabalho.

Tanto o MPT quanto os demais órgãos dos sistemas de fiscalização e de justiça trabalhistas têm por foco atividades mais diretamente relacionadas *ao capital*, em especial a relação de emprego. Embora todas as normativas (do MTE, do MPT e da JT) falem sobre as relações *de trabalho*, as ações de enfrentamento seguem direcionadas às *relações de emprego* e suas fraudes.

Ademais, com relação ao trabalho doméstico também existe uma defasagem quanto ao número de casos fiscalizados. Exemplo disso se percebe na brutal diferença nos percentuais de homens e mulheres resgatadas de trabalho análogo ao escravo: por volta de 94% e 6%, respectivamente. Em 2023, 92% das pessoas trabalhadoras domésticas eram mulheres (Pnad, 2024).

Pode-se dizer que esse foco acontece por uma estruturação *colonial* do sistema de proteção trabalhista. Nesse sentido, formas de trabalho como o reprodutivo e o realizado em comunidades tradicionais e originárias por vezes não são reconhecidos como *trabalho*. De todo modo, as violências encontradas diretamente no *front* do capital são graves e merecem enfrentamento duro em face de quem praticou e reparatório junto a quem sofreu as violações (sem prejuízo de se expandir a compreensão do que a proteção trabalhista pode alcançar).

Darei três exemplos de casos sobre algumas das grandes violências enfrentadas no dia a dia.

Caso Moise, Rio de Janeiro.



Moise de costas, vestindo camiseta do antigo Kaprichado, hoje Tropicália. Fonte: MPT



No dia 24/01/2022, uma segunda-feira, Moïse Mugenyi Kabamgabe, trabalhador de nacionalidade congoleza de 24 anos, com as mãos e pés amarrados, foi brutalmente espancando até a morte nas dependências do Quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, onde prestava serviços, com habitualidade, subordinação e pessoalidade, desde o final do ano de 2018, como garçom na areia da praia.

Segundo seus familiares, ele saiu de casa com o propósito de receber as comissões relativas ao trabalho no domingo (dia anterior ao assassinato) e o dia de trabalho da segunda-feira para ajudar a sua mãe no pagamento das contas de casa. A sociedade e os órgãos públicos só tomaram conhecimento das agressões sofridas por Moïse dias depois, em 31/01/2022, quando a Comunidade Congoleza do Rio de Janeiro repudiou a morte violenta de Moïse na mídia, noticiou os fatos ao MPT e aos demais entes públicos, pedindo por Justiça.

No dia 19/02/2022, o clamor da sociedade por Justiça e pela verificação das condições de trabalho nos demais quiosques, situados nas praias do Leme ao Pontal, levaram a Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro a organizar uma força-tarefa composta por mais de 100 auditores-fiscais. Foram encontrados 256 trabalhadores sem registro, dentre eles, muitos imigrantes e refugiados, cuja matéria completa encontra-se no link: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/02/6342738-ministerio-do-trabalho-realiza-operacaopara-vistoriar-quiiosques-da-orla-do-rio.html>².

Moïse trabalhava de domingo a domingo, de 10 a 12 horas por dia, com reduzidíssimo intervalo para refeições e com pouca quantidade de comida fornecida, sem fornecimento de água para beber, que era da torneira e suja, sem vínculo empregatício registrado, sem garantia do salário-mínimo, recebendo suas comissões apenas após o trabalho prestado, trabalhando a céu aberto no sol escaldante e na areia da praia sem receber EPI.

Uma das testemunhas relatou que a fome era tão grande que era comum os trabalhadores (chamados cardapistas) comerem os restos de petiscos. Fizesse sol ou chuva, o trabalho não era dispensado no quiosque. Era comum ficarem até tarde no quiosque, mesmo após já terem encerrado o trabalho, esperando receber o pagamento. Também era comum fazerem suas necessidades fisiológicas num saco plástico, pois não eram fornecidas as condições sanitárias.

Moïse e sua família eram refugiados do Congo no Brasil há aproximadamente 11 anos.

² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/fiscalizacao-do-trabalho-faz-operacao-em-quiiosques-da-orla-do-rio-10317625.ghml>

O MPT promoveu ação civil pública contra 14 réus, entre eles a concessionária Orla Rio, que administrava os quiosques, o município do Rio de Janeiro, e os sócios do Quiosque Tropicália, empregador de Moise (processo nº 0100216-55.2022.5.01.0030).

16

Após concluir as investigações, o MPT constatou que Moise tinha sido vítima de trabalho análogo ao escravo, pois trabalhou em condições degradantes e em jornada exaustiva, situação agravada por ser imigrante (congolês), pela pandemia e por ter sofrido tamanha brutalidade, que resultou em sua morte, por ter cobrado seus direitos.

Casos Sapé e Cabo Branco, Paraíba.



Foto: Assembleia Legislativa de Sergipe

Sapé. Em setembro de 2007, 11 pessoas, entre elas políticos e empresários da cidade de Sapé, no Brejo paraibano, foram demandadas pelo MPT perante a Justiça do Trabalho na Paraíba por exploração sexual de adolescentes do sexo feminino. A ação requereu a condenação dos envolvidos no valor de R\$ 1,5 milhão (processo nº 0182400-69.2007.5.13.0027).

A vida de pelo menos dez meninas foi destruída pelo esquema. A agenciadora, à época dos fatos, também era adolescente. Os programas variavam entre 15 e 150 reais, a depender das condições do desempenho. Os 11 réus estavam diretamente envolvidos na exploração das adolescentes. A elas eram oferecidas bebidas alcoólicas. Algumas eram virgens quando entraram no esquema criminoso. O município de Sapé ficou conhecido na Paraíba pelo serviço de “diversão” prestado pela exploração sexual de adolescentes.

A ação tramitou na Vara do Trabalho de Santa Rita/PB que, na primeira decisão, julgou improcedente o pedido por entender que se tratava de relação de consumo. Após sucessivos recursos da Procuradoria do Trabalho, em junho de 2010 o TRT reformulou os julgamentos de primeira instância e condenou 9 réus. Eles recorreram ao TST, que manteve integralmente a



condenação. O caso chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve as condenações e a competência da Justiça do Trabalho.

“O ‘leading case’ deflagrou a atuação do MPT contra a exploração sexual em todo o território nacional. Depois da propositura da ACP no Caso Sapé, um conjunto sistemático de medidas visando a coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes³.”

Hotéis, motéis, bares, restaurantes e congêneres foram sinalizados com o disque denúncia na Paraíba. Parcerias com o Ministério Público Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Segurança Pública, Conselhos Tutelares e Secretarias de Desenvolvimento Humano e Ação Social foram realizadas para formar uma rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Hotéis e motéis foram multados por não exigir a identificação de usuários que ingressassem nos estabelecimentos, em face de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que exigia controle de entradas para evitar a presença de meninas e meninos menores de 18 anos desacompanhados.

Cabo Branco. Novas ações similares foram propostas na Paraíba. No caso “Cabo Branco”, um engenheiro mantinha um esquema e oferecia meninas a turistas estrangeiros (processo nº 00050.2009.025.13.00-9).

Em dezembro de 2007, noticiou-se na imprensa da Paraíba que um engenheiro organizou uma rede de exploração sexual infantil, envolvendo inclusive estrangeiros, que exploravam os “serviços” das adolescentes. Ele organizava os “clientes sexuais”, pagos e intermediados pelo referido engenheiro, e recrutava as meninas na cidade de Bayuex, na região metropolitana de João Pessoa. Enviava fotos e vídeos das adolescentes, que, por vezes, sequer recebiam o dinheiro prometido pelo trabalho.

Os dois casos, Sapé e Cabo Branco, que se caracterizaram por uma espécie de “turismo sexual” nacional e internacional oferecidos com base na exploração sexual de adolescentes pobres e racializadas, têm grande relevância também ao solidificar o reconhecimento da exploração sexual como *trabalho*, bem como a competência da rede de proteção trabalhista para atuar nos casos.

Por um Brasil decolonial. Existem outros modelos de trabalho e de organização social para além do capital. A própria Constituição de 1988 reconhece essas formas, ao tratar dos modelos associativos e cooperativados. Mas esses formatos ainda são vistos como exceção, e,

³ <https://www.prt13.mpt.mp.br/comunicacao/redes-sociais/19-noticias/315-tst-confirma-legitimidade-do-mpt-para-investigar-uma-das-piores-formas-de-trabalho-infanto-juvenil>



además, encontram obstáculos sérios para se manter, o que também ocorre com as comunidades originárias e tradicionais.

Destaca Lélia Gonzalez⁴ que:

Também não é ressaltado pela história oficial o fato de que o primeiro Estado livre de todo o continente americano existiu no Brasil colonial, como denúncia viva do sistema implantado pelos europeus no continente. Estamos falando da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. (...) O que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. (...) Ali existiu uma *efetiva* harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para *todos*, sem exceção.

Matéria realizada pelo Canal Preto⁵ entrevistou pessoas de terras quilombolas. Uma delas, Lenira dos Santos, moradora do quilombo de Maragogipe/BA, revelou⁶:

A primeira coisa, primeira coisa que precisamos é a terra. A gente planta hoje na terra dos outro e paga terça, então se eu tirar três saco de mandioca, de farinha, eu vou dar um saco ao fazendeiro e ficar só com dois. A terra é o suporte pra a gente viver. Assim, quando tiver terra, eu vou parar de ser ameaçada, a comunidade vai parar de ser ameaçada. Sim... sofre muita ameaça. Dos fazendeiros. Os fazendeiros ameaça muito a gente. Tem tempo que não consegue nem dormir sossegada porque as ameaças dos fazendeiros... Os fazendeiros invadem as reuniões, a gente tá na reunião eles chegam na reunião, invadem a reunião.

No fim de dezembro, fomos a uma reunião e, quando foi chegando a boca da noite, por cima da gente tinha dois drones. A gente não sabe de quem é esse drone. Então, é de se preocupar, né? É de a gente se preocupar.

(...) É muito perigoso a gente viver aqui, mas... Zumbi dos Palmares foi e a gente tá aqui pra fazer o que ele fez, consertar as coisas.

(...) O modo de vida aqui é muito bom. Eu não quero sair daqui por nada.

Você já imaginou eu, com a minha mão suja, de dendê, só sei cavar cova, só sei correr o braço pra arrancar caranguejo, eu vou me embora pra Salvador com meus filhos, eu vou encontrar um lugar bom na cidade grande? Não vou encontrar, só vou as periferias. E lá o que vai ter é os nossos filhos aprender o que eles não sabe aqui. Porque aqui eles só sabe arrastar a rede de noite, cavar a cova. E lá ele vai aprender o tráfico. Ele não vai ter emprego e ele vai aprender a roubar.

Pra que eu sair daqui? Não tem como eu sair daqui não. Nem eu nem ninguém quer sair daqui não. Mesmo com ameaça eu estou aqui dizendo ao governo: eu quero a terra porque no dia que tiver essa terra aqui eu tô garantindo que meus neto e meus filho viva num lugar sossegado.

Foi a coisa melhor da nossa vida foi receber a certidão quilombola. Vou pra minha roça todo dia, vou pra a maré todo dia, pranto mandioca todo dia. A gente tem o que comer ali, tem uma terrinha ali que não é da gente, a gente pranta na terra dos outro, na terra do Estado, a gente tem aqui uma terra do Estado, a gente pranta na terra do

⁴ GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 51.

⁵ CANAL PRETO. **As DIFICULDADES dos QUILOMBOLAS**. YouTube, 28 de março de 2019. Acesso em 28/09/2026.

⁶ Na transcrição das falas respeitou-se a forma falada, em vez da legenda reproduzida na matéria. Registra-se aqui o *pretuguês*, conceito de Lélia Gonzalez, destacando que muitas formas do português falado têm origem nas línguas de matriz africana, como o banto. Assim é que, por exemplo, no português falado muitas palavras ficam sem o “s” ou pronunciam o “r” em vez do “l”. O povo bantu tem um tronco linguístico com mais de 600 línguas e, em diversos desses idiomas bantu, não existe a letra L, por isto a substituição desta consoante pela letra R. Lélia destaca que essa forma de falar não é errada, é preservação de *herança ancestral* (Gonzalez, 2020).

Estado.

Eliete dos Santos, também moradora do quilombo de Maragogipe/BA, diz:

19

Em meio às dificuldades, em meio aos ataques dos fazendeiros, em meio a expulsões, derrubamento de plantações, de casas, mas a gente gosta de ser quem a gente é. A gente gosta de viver como a gente vive.

Por exemplo, eu sou Eliete. Sou Eliete filha de Chica, neta de Guillermo. Beleza. Mas eu na capital eu sou só Eliete. Então quando uma pessoa negra sem muito estudo vai pra uma capital ela é só mais um número, e ninguém te vê, ninguém te enxerga o que tu és.

A gente gosta do jeito que a gente vive. E levou um certo tempo até que todo mundo tivesse consciência disso, de que a gente não quer viver de outra maneira.

Mesmo com esses impactos todos que a gente, as comunidades quilombolas elas conseguem viver, sobreviver, e... com o pouco que se tem a gente entende que a gente vive bem. É difícil? É difícil. Mas a gente gosta de viver aqui.

Se a gente tem um projeto de cultura que fale sobre o cabelo do negro, maquiagem do negro, dança do negro, a música, os costumes que a gente tem, eu acho que isso vai dar uma importância ao jovem, e é uma maneira de ele se sentir valorizado e querer ficar.

A gente também quer ser visto. Não é ser visto no sentido de se amostrar, mas é no sentido de que as outras pessoas entendam que você existe, entendam que existe esse modo de vida e aprenda a respeitar. Que a gente existe, que é um povo que tem dificuldades mas que também é muito feliz e que quer permanecer dessa maneira.

O quilombo é situado no município de Maragogipe, no recôncavo baiano, e nele moram mais de 40 famílias. As falas revelam os anseios das comunidades tradicionais, que lutam dura e diariamente por conquistar seu território, garantido constitucionalmente. Lutam para sobreviver, manter sua ancestralidade, suas tradições, sua cultura, seu modo de ser e viver. Para resistir ao poderio colonial e fazer emergir novos modelos de organização que expressem as diversas faces da equidade.



DIGNIDADE LABORAL NO SÉCULO XXI: OPRESSÃO-SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA

DIGNITY OF LABOR IN THE 21st CENTURY: OPPRESSION-SUPEREXPLOITATION OF THE BRAZILIAN WORKFORCE

DIGNIDAD LABORAL EN EL SIGLO XXI: OPRESIÓN-SUPEREXPLOTACIÓN DE LA FUERZA DE TRABAJO BRASILEÑA

*Marcela Soares*¹

Resumo

O presente texto analisa a luta pela dignidade no trabalho no século XXI a partir da crítica marxista à emancipação política, demonstrando os atuais desafios diante das expropriações de direitos e do aprofundamento da superexploração nas economias de capitalismo dependente e no mundo. Argumenta-se que a dignidade plena é inalcançável dentro da sociabilidade burguesa, sendo necessária a busca pela igualdade substantiva e a emancipação humana. O texto discute a violência capitalista de múltiplas expropriações, a plataformização das relações de trabalho e as ofensivas ultraneoliberais (contrarreformas), que impulsionam a superexploração da força de trabalho, violando o fundo de consumo e o fundo de vida dos/as trabalhadores/as. Destacamos a urgência de lutas anticapitalistas, amalgamadas pela diversidade das classes trabalhadoras, para frear a destruição capitalista e edificar uma nova organização social.

Palavras-chaves: Emancipação humana; Superexploração; Capitalismo dependente; Luta de classes.

1. Introdução: a dignidade laboral e os limites do capital

No atual contexto de crise estrutural de expressões multidimensionais (econômica, política, social, da reprodução social e ambiental), a discussão sobre a dignidade no trabalho no século XXI assume especial relevância. Essa urgência é impulsionada pelo aprofundamento da expropriação de direitos sociais e laborais das classes trabalhadoras, com impacto agravado sobre segmentos periféricos, racializados e generificados (Soares, 2022; Soares, 2025).

A busca pela dignidade no trabalho exige o reconhecimento dos limites estruturais da emancipação política burguesa. Nesse sentido, a luta pela dignidade não é uma reforma moral/legal isolada; ela requer uma articulação permanente com a verdadeira emancipação humana (Soares, 2022).

Este texto visa analisar este contexto a partir da crítica da Economia Política, demonstrando que o gozo da liberdade e da igualdade substantiva são inalcançáveis em qualquer quadrante do mundo burguês (Soares, 2022). No entanto, isso não significa que não

¹ Professora Associada do NEPP-DH/CFCH da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Autora do livro "Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira". Email: marcelasoares@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9297731111103331>



precisamos disputar, cotidianamente, a riqueza socialmente produzida (materializada no fundo público) para exigir a efetivação dos direitos fundamentais constitucionais. Porque foi por meio das lutas das classes trabalhadoras, que conquistamos direitos e limites no grau da exploração da nossa força de trabalho.

2. A contradição da igualdade formal e a necessidade substantiva

A sociabilidade burguesa estabeleceu uma igualdade abstrata perante a lei, mas garantiu e aprofundou a desigualdade concreta na sociedade civil (Marx, 2013). Porque ainda que apresentasse bandeiras universais, seus interesses de classe dominante prevalecem para a manutenção da opressão-exploração. O limite da emancipação política reside no fato de que o *Estado* pode ser um *Estado livre* (República) sem que os seres humanos *realmente* fiquem livres das limitações impostas pela ordem capitalista (Marx, 2013).

Porque os chamados *direitos humanos* (*droits de l'homme*) são, na verdade, os direitos do membro da sociedade burguesa, do ser humano egoísta, apartado/a dos/as demais e da comunidade (Marx, 2013). O direito humano à liberdade equivale, na prática, ao direito à propriedade privada (Marx, 2013), imbricado pela mediação da mercadoria dinheiro.

A luta pela dignidade, portanto, não pode se restringir ao formalismo jurídico:

A. Limite na Produção: O liberalismo historicamente fechou os olhos para o fato de que uma melhoria significativa visando uma sociedade equitativa só pode resultar de uma mudança fundamental na estrutura da própria *produção*, limitando as reformas sociais à esfera da distribuição da riqueza (Mészáros, 2015).

B. Luta por Igualdade Substantiva: A igualdade jurídica (formal-abstrata) não garante a igualdade substantiva na negociação entre partes com condições concretas distintas e díspares devido à posse ou não dos meios de produção (Soares, 2022). Desse modo, a efetivação da igualdade substancial requisita a eliminação dos processos de expropriação, opressão-exploração e alienação. Em outros termos, a superação das leis histórico-sociais (tendências) estabelecidas pelo modo de produção capitalista.

3. A superexploração e a violência capitalista

Nas economias de capitalismo dependente, como a brasileira, a dignidade laboral é estruturalmente violada pela superexploração da força de trabalho (Marini, 2011; Luce, 2018; Soares, 2022). A superexploração implica a violação do fundo de consumo e do fundo de vida dos/as trabalhadores/as, ou seja, a remuneração abaixo do valor da força de trabalho



(insuficiente para a obtenção de bens imprescindíveis à sua manutenção - salário mínimo necessário DIEESE) e o seu desgaste prematuro (Luce, 2018; Valencia, 2021). Essa particularidade da forma de exploração da força de trabalho latino-americana e brasileira se deve à forma como nosso país se inseriu na Divisão Internacional do Trabalho e como a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” revela estruturalmente as assimetrias entre produtividades e o papel que cada nação ocupa no mercado mundial, estabelecendo leis particulares tendenciais como: as cisões nas fases do ciclo do capital e as transferências de valor como intercâmbio desigual,² que explicam a superexploração ser algo sistemático e estrutural dessas economias. Assim como, elucidam a regionalização e a racialização necessária para o domínio imperialista que hierarquiza não apenas nações, mas também seres humanos.

O período histórico do capitalismo ultraneoliberal, materializado em políticas macroeconômicas e nas contrarreformas trabalhistas (Leis nº 13.467/17 e 13.429/17), reforçaram a degradação laboral ao permitir a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente sem garantia de salário mínimo e a prevalência do negociado sobre o legislado (Soares, 2022). A duração da jornada, o intervalo intrajornada e o banco de horas estão entre os direitos legais que passaram a poder ser rebaixados por negociação coletiva. Tais leis têm como objetivo a diminuição dos custos de produção e o aumento da taxa de exploração, sem qualquer empecilho (Soares, 2022). A suspensão do Tema 1389 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), proferida em 14/04/2025 no ARE 1532603,³ gerou um impacto negativo imediato para trabalhadores/as, pois resultou na paralisação da Justiça do Trabalho, mantendo muitos processos em “compasso de espera” em todo o país. A decisão é vista como um ato político que pode constituir um “recado à Justiça do Trabalho” para que altere sua jurisprudência, tornando-se ainda mais “conivente com práticas fraudulentas de contratação de força de trabalho”, como a *pejotização*, reforçando o discurso ultraneoliberal que insiste na negação de direitos sociais ao/à trabalhador/a visto como “empreendedor/a de si”. Tal cenário, que pode também arrefecer a discussão sobre a regulação protetiva de trabalhadores/as de empresas de plataformas digitais, insere-se em um movimento mais amplo e silencioso de desmonte da proteção social, caracterizando o Tema 1389 como “mais um capítulo violento” que coloca em risco a própria extinção ou enfraquecimento do Direito do Trabalho (Severo, 2025).

² Para maiores esclarecimentos ver Luce, 2018.

³ Ato Resolutivo de Recurso Extraordinário.



Nesse caminho de apreensão, que podemos identificar que o capitalismo dependente acentua a violência burguesa em diversos matizes, constituindo expressões contundentes da violação ao fundo de consumo e ao fundo de vida (Soares, 2024). Cabe ressaltar que:

i) Plataformização e Precarização: O trabalho sob demanda (como o dos *entregadores/as* e *motoristas de aplicativo*) se estabelece como uma forma de exploração que individualiza as relações de trabalho e dissolve a proteção social ao assalariamento (Grohmann, 2020). Os/as trabalhadores/as se submetem a jornadas exaustivas e condições degradantes para garantir a sobrevivência (Soares, 2022; 2023).

O Relatório Fairwork Brasil 2025 apresenta uma avaliação detalhada das condições de trabalho em dez empresas de plataformas digitais brasileiras. O relatório revela um cenário de persistente precariedade e exploração para os/as trabalhadores/as, com a maioria das plataformas obtendo pontuações mínimas ou zero nos critérios de “trabalho decente”. Além da avaliação das empresas, o documento aborda o contexto regulatório no Brasil e na América Latina, destacando a falta de progresso na proteção legal dos/as trabalhadores/as e o aprofundamento do endividamento como uma estratégia de controle por parte das empresas de plataformas.

A suscetibilidade dos/as trabalhadores/as nas empresas de plataformas digitais brasileiras é intrinsecamente moldada pela falta de regulamentação do trabalho e pelo endividamento estratégico imposto pelas empresas (Fairwork, 2025; Salvagni; Festi; Valente, 2025). Essa dinâmica precária consolida um modelo de “neocolonialismo digital”⁴ (Salvagni; Festi; Valente, 2025; Fairwork, 2025), no qual corporações que transcendem fronteiras atuam como agentes na extração de valor e força de trabalho excedente de países periféricos, sob a lógica do capital financeiro, marcada pela especulação, rentismo e superexploração (Soares, 2023; Salvagni; Festi; Valente, 2025). A ausência de uma regulamentação eficaz no Brasil agrava essa situação, permitindo que as empresas se eximam de responsabilidades (Fairwork, 2025), imponham condições precárias, como baixos salários e altos riscos (Fairwork, 2025), e neguem proteções sociais básicas aos/as trabalhadores/as, como cobertura em casos de acidentes ou doenças (Fairwork, 2025; Salvagni; Festi; Valente, 2025).

O endividamento surge como um elemento estrutural e estratégico do modelo de negócio das empresas de plataformas digitais no Brasil (Fairwork, 2025; Salvagni; Festi;

⁴ Não concordamos com esse termo porque colonialismo e dependência não é uma mera continuidade e o termo neocolonialismo pode eximir a responsabilidade das burguesias locais colocando-as como vítimas ou débeis, sem uma relativa autonomia, como no caso brasileiro.



Valente, 2025). A dívida é gerada pela combinação da baixa remuneração com os altos custos operacionais integralmente transferidos aos/as trabalhadores/as, como manutenção de veículos, combustível e pacotes de dados (Salvagni; Festi; Valente, 2025; Fairwork, 2025). Isso força os/as trabalhadores/as a contraírem empréstimos para conseguirem continuar atuando, sendo que cerca de 92% dos/as motoristas de plataformas digitais no Brasil estão endividados/as (Fairwork, 2025; Zem, 2025, *apud* Fairwork, 2025). Adicionalmente, as empresas de plataformas digitais têm atuado como agentes financeiros, oferecendo empréstimos pré-aprovados diretamente através dos aplicativos (Uber/Banco Didio, 99/99 Empresta, iFood/iFood Pago e InDrive/inDrive.Money) (Fairwork, 2025; Salvagni; Festi; Valente, 2025). Essa estratégia permite que as plataformas lucrem duplamente com a condição precária dessas pessoas, gerando a necessidade de crédito e, em seguida, obtendo lucros adicionais com os juros (Fairwork, 2025).

A falta de uma regulamentação firme e protetiva contribui para a persistência dessa “vulnerabilidade” (Fairwork, 2025). O relatório *Fairwork Brasil 2025* demonstrou que a maioria das empresas de plataformas digitais avaliadas “falhou” consistentemente em garantir a segurança e a proteção social, transferindo os riscos para os/as trabalhadores/as (Fairwork, 2025). No plano legal, o progresso regulatório tem sido mínimo no Brasil em comparação com outros países (Fairwork, 2025). O Projeto de Lei Complementar (PLP 12/2024), focado em motoristas, institui uma figura jurídica intermediária (“trabalhador autônomo de plataforma”) que legitima uma subcategoria de trabalhadores/as subordinados/as sem direitos trabalhistas fundamentais (Fairwork, 2025). Essa tendência é reforçada pelo ativismo judicial antitrabalhador/a do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem proferido decisões negando o vínculo empregatício e limitando a requalificação dos contratos na Justiça do Trabalho (Fairwork, 2025). Dessa forma, a alegada autonomia é ilusória, e o endividamento, junto à precariedade legal, impõe uma posição de subserviência e dependência ao/à trabalhador/a (Fairwork, 2025; Salvagni; Festi; Valente, 2025).

ii) Violência nas Cadeias Produtivas: A integração das cadeias produtivas de valor, controlada pelas nações hegemônicas/imperialistas, exige a expropriação de territórios e a extração violenta de minérios (ouro, coltan, lítio) essenciais para o “mundo digital” (Lippold; Faustino, 2022, p. 65; Soares, 2024). Por isso o interesse estadunidense nas chamadas “terras raras”, pois o Brasil depois da China é o segundo em extensão territorial. Assim como a mineração de dados,



metadados e biodados dos/as trabalhadores/as e usuários/as, que se transformam em "ativos econômicos, perpetrado por corporações imperialistas" (Lippold; Faustino, 2022, p. 63).

iii) Escravização Contemporânea e Opressão Estruturante: A escravização contemporânea não é uma anomalia, mas uma variação da utilização do trabalho assalariado e parece apresentar uma tendência de expansão dada as transformações nas relações de exploração da força de trabalho como também na ausência de legislação protetora para as “novas” formas de inserção laboral (Soares, 2022). Em 2024, 2.186 pessoas foram resgatadas da escravização contemporânea em todo o país e as atividades rurais lideraram os resgates.

A racialização, generificação e a regionalização da força de trabalho são nítidas em nossa divisão social, sexual, étnico-racial e regional do trabalho, a exemplo dos dados do perfil das pessoas resgatadas, pois de 2002 a 2023, 66% dessas pessoas eram negras (pardas e pretas) (SMARTLAB, 2024). No trabalho doméstico, 80% das 72 pessoas resgatadas entre 2017 e 2022 eram mulheres, majoritariamente negras, submetidas a jornadas exaustivas e salários retidos sob a justificativa de "relação familiar" (Soares, 2022; Lara, 2023).

4. Pelo quê lutamos? O caminho para a emancipação humana

Diante da “crise estrutural” do capitalismo, que se apresenta sem possibilidades de ser reformado, a luta pela dignidade deve ser radical e ter como horizonte a emancipação humana.

4.1 Medidas imediatas de curto prazo

Devemos lutar pela reversão das políticas macroeconômicas ultraneoliberais para garantir o mínimo de dignidade:

- Cancelamento da Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos), que compromete a efetivação dos serviços sociais públicos.
- Reversão da contrarreforma trabalhista de 2017, que fragilizou a situação das classes trabalhadoras frente ao patronato (Soares, 2022).
- Aprovação da PEC 08/2025, propõe a redução da jornada de trabalho para quatro dias na semana, com carga máxima semanal de 36 horas, mantendo até 8 horas por dia.



- Luta pela Reforma Agrária, Agricultura familiar e Soberania Alimentar, superar a cisão da estrutura produtiva com a necessidade das massas (cisão nas fases do ciclo do capital).

5. Luta Anticapitalista: A Unidade na Diversidade das Classes Trabalhadoras

A luta por direitos, por uma proteção social digna e seguridade social universal, evidencia as contradições do capital, principalmente, nas economias de capitalismo dependente, por causa da necessidade de compensação nas transferências de valor como intercâmbio desigual (Soares, 2022). Dessa forma, a luta pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e o direito ao trabalho tornam-se essenciais quando direcionadas radicalmente contra a dominação do capital.

Devemos buscar uma nova organização produtiva e reprodutiva socializada e comunitária, que atenda genuinamente às necessidades humanas (Soares, 2022). Isso implica a interrupção da integração subordinada brasileira à dinâmica da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, com o capitalismo (Soares, 2022).

É primordial ressaltar, que o presente período evidencia o investimento, por parte das grandes corporações capitalistas, em retirar direitos e rebaixar salários para diminuir seus custos de produção com o impulsionamento da geração de riqueza em todos os momentos do ciclo do capital. Desse modo, o objetivo é expropriar direitos e parte do trabalho necessário, seja pelo corte orçamentário das políticas públicas com seu sucateamento e privatização, seja pela retirada de direitos nas relações de trabalho. As táticas ideó-políticas do “empreendedorismo de si” garantem fragilidade nos laços de solidariedade de classe, por meio de supostos caminhos individuais da meritocracia, utilizando termos sedutores com empoderamento/empreendedorismo feminino, negro, dentre outros, visando pulverizar a diversidade em identidades desconectadas, assim como “argumentos” para “modernizações” nas leis trabalhistas e desresponsabilização das corporações “líderes” nas cadeias produtivas.

A crise da reprodução social com o não atendimento de bens básicos para a reprodução social, devido ao declínio e privatização de serviços sociais, desencadeiam a sobrecarga laboral, no âmbito do trabalho doméstico remunerado ou não, assim como nos diversos ramos da esfera da reprodução social, a exemplo do setor do cuidado, da saúde e da educação, com baixos salários e extenuantes jornadas.

A tragédia que se anuncia com a fragmentação e o individualismo possessivo burguês é um risco iminente. Nossa tarefa é lutar contra o irracionalismo fascizante na edificação de um novo modo de organização social (Lukács, 2020).

É, portanto, na apreensão da unidade na diversidade, que devemos reconhecer as classes trabalhadoras como um conjunto vastamente diverso, abrangendo a heterogeneidade negra, indígena, quilombola, feminina, na sua diversidade sexual, urbana, rural, precarizada e plataformizada/uberizada. Essa unidade postula que a nossa luta deve ser inerentemente antirracista, antipatriarcal e ecológica. A coesão dessa diversidade reside na condição abstrata de como a força laboral, seja na produção de riqueza ou na reprodução da vida, é absorvida pela dinâmica capitalista, resultando em desumanização e coisificação. Nesse sentido, para efetivamente romper a opressão-exploração capitalista, torna-se imprescindível que as lutas das classes trabalhadoras se conectem e se unifiquem contra a irrazão e a destruição burguesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FAIRWORK. **Relatório Fairwork Brasil 2025**: Endividamento e precariedade: o retrato do trabalho em plataforma no Brasil. Oxford, Reino Unido; Berlim, Alemanha, 2025.

LARA, Lorena. Pretas e pardas, do Norte e do Nordeste: dados inéditos traçam perfil de mulheres submetidas à escravidão contemporânea. **G1**, 11 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/11/pretas-e-pardas-do-nor-te-e-do-no> Acesso em: 20 dez. 2024.

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, David. Colonialismo digital, racismo e a acumulação primitiva de dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 56-78. ago. 2022.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões sobre o Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALVAGNI, Julice; FESTI, Ricardo; VALENTE, Jonas. Dívida, outra forma de explorar uberizados. **Outras Palavras**, São Paulo, 23 set. 2025.

SEVERO, Valdete Souto. Ainda sobre o tema 1389... **Brasil de Fato**, 01 jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/valdete-souto-severo/2025/07/01/> Acesso em 25 jul.2025.

SMARTLAB. Perfil de Casos de Trabalho Escravo. **Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimen-sao=perfilCasosTrabalhoEscravo> Acesso em: 20 dez. 2024.



SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

28

SOARES, Marcela. Entre o ganho e o *game*: plataformas da escravidão. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva**. O trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

SOARES, Marcela. Dos meios de vida ao trabalho "digital": expropriação e opressão-superexploração. **O Social em Questão**, Ano XXVII, n. 58, p. 57-80, jan.-abr. 2024.

SOARES, Marcela. Generificação, Racialização e a Escravização Contemporânea: A Unidade na Diversidade das Classes Trabalhadoras. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 1–24, 2025. DOI: [10.56267/rdtps.v11i20.17687](https://doi.org/10.56267/rdtps.v11i20.17687). Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/17687>. Acesso em: 26 set. 2025.

VALENCIA, Adrian Sotelo. Las mediaciones de la superexplotación. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e valor**: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI. Marília, SP: Projeto editorial Praxis, 2021.



O CULTO DA PERFORMANCE E OS PARADOXOS DA INSUFICIÊNCIA NA CORRIDA PELA PLENITUDE DA VIDA

THE CULT OF PERFORMANCE AND THE PARADOXES OF INSUFFICIENCY IN THE PURSUIT
OF LIFE'S FULLNESS

EL CULTO DEL RENDIMIENTO Y LAS PARADOJAS DE LA INSUFICIENCIA EN LA BÚSQUEDA
DE LA PLENITUD DE LA VIDA

29

*Valquíria Padilha*¹

*Temam menos a morte e mais a
vida insuficiente.
Bertold Brecht, A mãe (1931)*

No contexto neoliberal, dos anos 1970 até hoje, especialmente dos anos 1990 para cá, com a Internet, vimos erigir uma sociedade de aceleração, urgência, performance e insuficiência. No Brasil, para os que têm alguma ocupação laboral - formal ou informal -, se impõem mais trabalho, baixa remuneração, ter que fazer sempre mais em menos tempo, bater metas, ser mais produtivo², buscar excelência e agir como dono (mesmo sem ser dono da empresa). Quem trabalha com vendas ou no setor financeiro ainda tem que “encantar os clientes”, fazer gritos de guerra em reuniões motivacionais e tocar um sino quando bate meta.

Na etapa atual do capitalismo financeirizado, os acionistas são os reis que se alimentam de dividendos (rendimentos). Como bem analisou Gaulejac (2007) e Ehrenberg (2010), na “cultura do *management*”, os trabalhadores devem ser rentáveis, produtivos, engajados, comprometidos com as “entregas” e estar sempre acima das expectativas. Cria-se uma verdadeira “ditadura do sucesso”. Por mais que se esforce, nunca parece ser suficiente para o apetite voraz dos que vivem da rentabilidade gerada pelo trabalho alheio. Nesse modelo atual de gestão do trabalho, além de o peso do fracasso recair apenas sobre o indivíduo, ele ainda tem que se identificar com os objetivos da empresa, transformando suas energias psíquicas em força

¹ Professora de sociologia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), Universidade de São Paulo (USP), campus de Ribeirão Preto-SP, desde 2006. Pós-Doutorado em Portugal (Universidade dos Açores e Universidade do Minho), em 2020. Pós-Doutorado em Montreal/Canadá (Téluq/UQAM), em 2010. Doutorado em Ciências Sociais na Unicamp (1999-2003) com Doutorado Sanduíche na França (Université de Bourgogne). Mestrado em Sociologia do Trabalho na Unicamp (1993-1995). Especialista em estudos do lazer na Unicamp (1991-1992). Autora de: Shopping center: a catedral das mercadorias (Boitempo) e de Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito (Alínea). Organizadora de Antimanual de Gestão: desconstruindo os discursos do management (Ideias&Letras).

² Nesse texto, uso a regra do “masculino genérico” ao considerar homens e mulheres apenas por um princípio de economia linguística – que não considera a terminação “o” como preconceituosa nas línguas latinas. Isso não significa que coaduno com ideias ou práticas misóginas.



de trabalho. Os custos psíquicos e físicos desse investimento afetivo são enormes, com mais cansaço, ansiedade, depressão e até suicídio. Os sujeitos que trabalham precisam entregar seu tempo, seu *savoir-faire*, suas habilidades (ou *skills*), seu corpo, alma e subjetividade para as organizações. Na “cultura da conquista”, ou o trabalhador se adapta como um bom e competitivo *player* – ainda que adoecendo – ou é excluído do jogo. A depressão é um sintoma da insuficiência, do indivíduo exausto de ter que empreender em si mesmo até a compulsão (Aubert, 2003). Ela traduz a “impotência mesma de viver” (Dufour, 2005, p.93).

As exigências do alto desempenho no trabalho propiciam menos tempo livre para o descanso, o pensamento reflexivo, a fruição, o entretenimento criativo, a contemplação ou simplesmente para não fazer nada (sem sentir culpa). Para grande parte dos trabalhadores, a vida insuficiente no trabalho vem acompanhada de um tempo livre sem liberdade e reduzido ao consumo de bens e serviços na forma do lazer-mercadoria (Padilha, 2018; Padilha e Costa, 2023).

A racionalidade econômica do capital, que impõe o tempo do mercado, reduz tanto as possibilidades de acesso quanto a qualidade dos lazeres. Por causa do cansaço, da falta de tempo, da precariedade das políticas públicas e da presença onipotente da televisão e das mídias digitais. As necessidades das pessoas são artificialmente manipuladas pelas publicidades e influenciadores digitais (novas celebridades) para o consumo de bens materiais supérfluos, de *fast fashion*, do último modelo de um celular, de uma rotina de cuidados pessoais com a pele (*skincare*), de harmonização facial etc.

Influenciadores digitais dominam e moldam os anseios das crianças, adolescentes e jovens quando definem como são os corpos perfeitos e saudáveis, o que é ser feliz e ter uma vida boa ou como ficar rico sem trabalhar, o que acaba por reforçar traços narcísicos e, ao mesmo tempo, adultiza crianças e infantiliza adultos (Barber, 2007). Como afirmou Jappe (2021), as relações sociais capitalistas conseguiram transformar o narcisismo e a regressão infantil em formas psíquicas dominantes. Os desejos – impregnados do imaginário mercantil – têm que ser realizados aqui e agora. Sobre o narcisismo infantil, Freud (1980, p.93) disse “vossa majestade, o bebê”. Agora dizemos “vossa majestade, o consumidor”.

Este mundo *fast* -, em que vivemos *just-in-time*, com pressa, sempre atrasados em relação a uma meta, a um novo produto da moda, a uma posição social, a um aprendizado ou a uma nova celebridade da internet - lembra diariamente o que ainda não temos ou não alcançamos, a nossa insuficiência e as nossas *faltas*. No trabalho tanto quanto no tempo livre, corremos em busca de uma plenitude da vida idealizada pelas empresas que nos prometem a



completude dessas *faltas* – as quais, psicanaliticamente falando, vem do chamado “desamparo fundamental” e nunca poderão ser preenchidas; ainda que a Internet e os smartphones nos deem a ilusão de podermos vencer o tempo e apenas triunfar com nossos desejos (Aubert, 2003). Será por isso que os smartphones – chamados por Dufour (2005) de “próteses emocionais” - são tão viciantes? Eles manipulam nosso ego, nosso desejo de nos sentirmos no controle do tempo e nosso desejo de infinito?

Os discursos organizacionais - ideológicos e manipuladores - são como o canto da sereia que seduz e depois afoga seu amante. Prometem aos trabalhadores dedicados e motivados que seus esforços serão recompensados e que seus desejos inconscientes de reconhecimento, poder e amor serão realizados. Prometem, por meio da posse de bens de consumo, um lugar social na riqueza que o trabalho não possibilita. “Estamos em plena economia do gozo – basta apoderar-se do objeto”, afirmou Dufour (2008, p.41).

Labor movens (trabalho em movimento) é cada vez mais correria, exaustão, precarização, uberização e “viração” (Abílio, 2021) para a maioria dos brasileiros e brasileiras? Nem o lazer compensatório que tanto criticamos (Padilha, 2000) essas pessoas estão conseguindo ter, já que, inclusive, muitas alegam que “trabalham no seu tempo livre” (Silveira, 2023). Poucas têm o privilégio de um trabalho com sentido, salário digno, possibilidades de exercer criatividade e autonomia. Poucas pessoas conseguem desfrutar de lazeres diversificados, culturalmente interessantes, com autonomia e calma.

A lógica que reina neste capitalismo neoliberal nos prende num *looping* infernal que se tornou o circuito *trabalho-lazer-consumo-descarte*. Sem tempo para refletir criticamente os significados deste ciclo e sobre si mesmo, o indivíduo aprisionado e sob pressão sente dificuldade de sair do ensimesmamento para ampliar seu olhar e sua afetividade para os outros. Fica mais difícil tomar consciência dos sentidos da política e, conseqüentemente, participar de causas e projetos coletivos. Sair de si para os outros, não com suas centenas de *selfs* nas redes sociais, mas com sua escuta atenta e empática.

Tenho tentado acreditar que a vida suficiente ou plena poderia estar num movimento de “recusa-e-criação”, no sentido de criar fissuras no capitalismo, conforme propõe Holloway (2013). “Fissurar o capitalismo não é fazer nenhum tipo de revolução grandiosa e heroica - o que se mostra cada vez mais irreal -, mas é confrontar a lógica do capital de todas as formas que conseguirmos fazer. Se pudermos fazer coletivamente, melhor” (Padilha, 2024).

Termino compartilhando angústias, perguntas e uma confissão:



Angústias: constatar que desde o capitalismo industrial (séc. XIX) até hoje, os problemas que a sociologia nomeia e delata ainda persistem. Alguns se agravam. Assistimos a esquerda mundial tendo que almejar mais trabalho e mais emprego enquanto lutam para manter nossa sofrida democracia, não avançando nas pautas de educação e conscientização para a superação do capitalismo. Talvez, se tivermos sorte, no Brasil ainda conseguiremos redução de jornada semanal para o trabalho formal (PEC 08/2025) – o que, vale ressaltar, não significaria redução da exploração, da precarização e da alienação (Padilha, 2000). “Não é no momento em que nos acreditamos mais livres que estamos o mais irremediavelmente alienados? (Dufour, 2008, p.89)”

Perguntas: Viver a vida em plenitude será sempre um porvir restrito às pautas de autoajuda? O que fazer no campo do possível? Seguimos elaborando diagnósticos e mais diagnósticos, pesquisas e mais pesquisas? Que ideias e lutas estão no horizonte do concreto? Há mentes e braços suficientes? Como lidar com as vaidades humanas sempre em disputa? Ainda tem algum sentido ser pessimista na análise, mas otimista na ação, como nos sugeriu Gramsci (2001)? Vamos seguir caminhando e perguntando?

Confissão: “Não vejo outra saída, por enquanto, e, confesso que estou cansada da malignidade do capitalismo nos fagocitando sem enfrentamentos à altura” (Padilha, 2024).

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila C., Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11 n. 3, Set./Dez. 2021.

AUBERT, Nicole, **Le culte de l'urgence** – La société malade du temps, Paris: Flammarion, 2003.

BARBER, Benjamin, **Consumido**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BRECHT, Bertolt, **Teatro completo 4**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DUFOUR, Dany-Robert, **A arte de reduzir as cabeças**. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal, Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

_____, **O divino mercado**. A revolução cultural liberal, Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EHRENBERG, Alain, **O culto da performance**. Da aventura empreendedora à depressão nervosa, Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.



FREUD, Sigmund, Sobre o narcisismo: uma introdução (1914), vol. XIV. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GAULEJAC, Vincent de, **Gestão como doença social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social, São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do cárcere**. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

HOLLOWAY, John, **Fissurar o capitalismo**, São Paulo: Publisher, 2013.

SILVEIRA, Bruno Modesto, “**Eu trabalho no meu tempo livre**”: Lazer e cotidiano sob a uberização – quando o trabalho toma conta da vida. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 2023.

PADILHA, Valquíria, **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito, Campinas: Alínea, 2000.

_____, Os fios invisíveis do capital costuram trabalho, lazer e consumo. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; ALMEIDA, Felipe Mateus de, (Orgs.), **Lazer, trabalho e consumo**: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais, Curitiba: CRV, 2018.

_____. Prefácio. In: SILVA, Francisco Diassis da, **A miséria do trabalho precarizado**: o caso dos motoristas demandados por meio de aplicativos [livro eletrônico], Mossoró-RN: Queima Bucha, 2024.

_____; COSTA, Jean Henrique, O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica. **Cadernos IHU Ideias**. Ano 21, nº 346, vol. 21, 2023.



**CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRABALHADORES QUE ATUAM NOS
PASSEIOS TURÍSTICOS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS
MARANHENSES: O CASO DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS - MA**

34

**CONDICIONES LABORALES DE LOS TRABAJADORES QUE TRABAJAN EN VÍAS TURÍSTICAS
EN EL PARQUE NACIONAL LENÇÓIS MARANHENSES: EL CASO DEL MUNICIPIO DE
BARREIRINHAS – MA**

**WORKING CONDITIONS OF WORKERS WORKING ON TOURIST TOURS IN THE LENÇÓIS
MARANHENSES NATIONAL PARK: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF BARREIRINHAS –
MA**

*Monique de Oliveira Serra*¹

Resumo

O objetivo geral deste recorte de pesquisa de tese concluída é compreender as condições de trabalho dos profissionais de Barreirinhas que atuam nos passeios no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLN, a partir de suas trajetórias de vida. Quanto aos aspectos metodológicos, a abordagem é qualitativa, com estratégia de amostragem não probabilística e intencional. Como técnicas de coleta a pesquisa é bibliográfica, documental e de campo. Optou-se pela técnica da observação dos sujeitos em suas rotinas de trabalho, do comparativo entre o que está sendo observado e percebido e da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto ao público-alvo: motoristas, guias de turismo e condutores de visitantes com o intuito de compreender sobre suas condições de trabalho, a partir de suas trajetórias profissionais. Após a coleta de dados, estes foram organizados e analisados criteriosamente através da análise documental e da análise de conteúdo, com base em Bardin (1977) com o alcance dos objetivos do estudo. Como resultados alcançados, observa-se que o trabalho dos trabalhadores de passeios que atuam no PNLN, é precário e residual, em razão de ser informal, sazonal e temporário, embora esses profissionais se vinculem a associações e cooperativas. Conclui-se que a participação nessas entidades representativas das classes profissionais se configura como uma alternativa promissora para a melhoria das condições laborais, por meio de ações coletivas visando remuneração mais justa, ambientes de trabalho mais adequados, oportunidades de capacitação profissional e iniciativas de diálogo com o poder público.

Palavras-chaves: Trabalhadores de passeio; Trajetórias de vida; Barreirinhas; Lençóis Maranhenses; Turismo.

1. Introdução

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLN) é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza, criado em 02 junho de 1981 por meio do Decreto nº 86.060 do governo federal (Brasil, 1981). Com 155.000 hectares, abriga milhares de lagoas entre dunas e está localizado entre os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz, todos no Maranhão, compondo o Polo turístico Lençóis Maranhenses, resultado do Plano Maior de Turismo (Maranhão, 2012, p. 6).

¹ Instituto Federal do Maranhão – Campus Barreirinhas. E-mail: monique.serra@ifma.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3978370593618696>.



O acesso ao local exige a utilização de um veículo 4x4 devidamente credenciado pelo ICMBio. Os visitantes são transportados por motoristas também autorizados e acompanhados por um condutor de visitantes de Barreirinhas, responsável por fornecer todas as explicações relacionadas ao atrativo.

A economia do município, antes voltada para agricultura, pecuária, extrativismo, artesanato, pesca e comércio, passou a destacar-se pelo turismo após a inauguração da MA 402, que facilitou o acesso à capital. O aumento de visitantes impulsionou investimentos em transportes, hotéis, restaurantes e agências de turismo, gerando empregos e renda, além de expandir a oferta de passeios para o PNLM.

O PNLM destaca-se pelo potencial turístico, atraindo investimentos privados e incentivando o poder público a melhorar infraestrutura e serviços nos municípios envolvidos. Além disso, a comunidade local passa gradualmente de atividades tradicionais para atuar no setor de turismo.

Porém, muitas vezes tais ocupações são de baixa remuneração. Isto porque o turismo é marcado pela sazonalidade e precariedade laboral, conforme aponta Cañada (2017, 2019, 2020) e que se intensifica mais ainda com os trabalhadores informais, a exemplo de guias de turismo, condutores de visitantes e condutores de veículos, sobretudo diante das políticas neoliberais de flexibilização da economia após a redução do regime de produção fordista e ascensão do regime toyotista (Harvey, 2011).

Diante do exposto, o objetivo central deste recorte de pesquisa de tese concluída é entender as condições de trabalho dos trabalhadores de passeios de Barreirinhas - MA que atuam no PNLM, com ênfase em suas trajetórias de vida.

2. Metodologia

Adota-se a abordagem dialética, que prioriza o diálogo e considera as contradições do fenômeno à luz dos aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes ao contexto histórico (Prodanov, 2013).

Foram usadas observação das rotinas de trabalho, comparação entre o observado no município e entrevistas semiestruturadas. Adotou-se uma abordagem qualitativa, empregando estratégia de amostragem não probabilística e intencional, cujo “foco do pesquisador é estudar, de maneira aprofundada e interpretativa, os dados empíricos fornecidos pelos participantes da amostra (Pineda; Alvarado, 2008), sem preocupação em controlar variáveis, mas compreendê-las em profundidade em processos e articulações” (Campos e Saidel, 2022, p. 409-410).



Foram entrevistados trabalhadores de passeios (motoristas, condutores de visitantes e guias de turismo), que atuam na região dos Lençóis Maranhenses, no município de Barreirinhas, durante o mês de maio de 2024. A pesquisa utiliza coleta bibliográfica, documental e de campo. Esta, foi realizada para obtenção de dados mais qualitativos a respeito das trajetórias de vida desses sujeitos, buscando compreender suas condições de trabalho.

O método da história de vida registra experiências, enquanto o da trajetória de vida busca sentido nesses fatos considerando o ambiente social e as interações entre indivíduo e sociedade (Nogueira et al., 2017; Guérios, 2011). Foram analisadas as seguintes categorias: sexo, idade, cor, escolaridade, formação profissional, jornada e condições de trabalho, remuneração, descanso, lazer, saúde, contratos e outras ocupações. Após coletar os dados, eles foram organizados e analisados por meio de análise documental e de conteúdo segundo Bardin (1977), visando atingir os objetivos do estudo.

3. Revisão de literatura

O turismo é fruto da modernidade e se consolidou também pelo fato das relações trabalhistas que surgiram nessa época. “O turismo – viagem moderna – inscreve-se na lógica dual trabalho/tempo livre. Ele é sinônimo de férias e transformou-se no uso maximizado do tempo livre” (Figueiredo; Ruschmann, 2004, p. 169). O homem empregava sua força de trabalho nas indústrias em troca de um pagamento, o salário. Conquistou, a partir de muitas lutas e greves, tempo livre e recursos financeiros, dupla basilar para a concretização de viagens turísticas, sobretudo no pós-guerras, que findaram em 1945. A modernidade ao qual o turismo se insere, é tida como uma reação às novas condições de produção por meio do emprego de máquinas industriais, da urbanização, da circulação com os meios de transportes e do consumo em massa (Harvey, 2008).

O turismo, em tese, deveria beneficiar a todos, desde empresários a comunidade local, de modo que estes pudessem ocupar os postos de trabalho advindos da atividade e os empresários teriam a oportunidade de obter lucros com a presença dos turistas. No entanto, estudos como o de Cañada (2017) apontam que o turismo é marcado pela precariedade laboral em diversos países e pela concentração de renda e solo na mão de grandes empresas turísticas. Essas desigualdades são acentuadas não só com baixos salários, como também por questões de gênero, idade e classe social, segundo apontado por Cañada (2020).

A palavra “*precariedade*” se refere à ausência de segurança que permite às pessoas e as famílias assumirem responsabilidades elementares, bem como de usufruir seus direitos



fundamentais. A descontinuidade é a característica dos tipos de emprego considerados precários: *trabalho temporário* ou *provisório*, *contratos com duração determinada*, trabalho em *jornada parcial*, *estágios*, ou seja, todos aqueles em que há o caráter da intermitência” (Meliani, 2011a, p. 7).

A partir da década de 1970, o capitalismo precisou desenvolver uma nova lógica de mercado, em razão da crise econômica do petróleo e da superprodução de mercadorias proporcionada pelo modelo fordista. Daí nasce a acumulação flexível, que:

[] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 2008, p. 140).

O sistema de acumulação flexível é assentado no toyotismo, modelo em que os trabalhadores operam em várias máquinas ao mesmo tempo e são polivalentes, capazes de desempenhar várias tarefas simples, contrapondo-se ao rígido modelo anterior, o fordismo (Antunes, 2006).

Um reflexo desse sistema é a reforma trabalhista, que intensificou o trabalho informal porque o trabalhador passou a viver na informalidade, tendo seu trabalho precarizado sem a garantia de direitos tanto no setor industrial, como no de comércio e de serviços. “O 'trabalho informal' refere-se ao trabalho e ao emprego mal remunerado (muitas vezes ao nível da subsistência), inseguro, desregulado e desprotegido, ou seja, sem contrato de trabalho ou acesso a representação e segurança social” (Hammer; Ness, 2021, p. 1, tradução da autora). Então, se uma pessoa vive profissionalmente na informalidade é porque legalmente não está amparada, o que seria algo injusto e, conseqüentemente, aumentaria a precariedade.

Desta forma, os trabalhadores são inseridos no mercado de trabalho, porém de forma precária, ou seja, no sistema de acumulação flexível busca-se um aumento da produtividade, no entanto, com um baixo custo da força de trabalho, o que leva a baixos salários, subcontratação, contratos temporários e aumento da informalidade (Meliani, Gomes, 2010).

Uma característica do mundo do trabalho no turismo diz respeito à sazonalidade, em que os lucros das empresas são maiores nos períodos de alta estação. Deste modo, quando chega a baixa estação, as empresas operam no mínimo e acaba resvalando no trabalhador, que não recebe seu salário integral ou, no caso do trabalhador informal, não consegue gerar um rendimento suficiente para seu sustento.



4. Resultados e discussão

Na pesquisa empírica, ouvimos alguns relatos de trabalhadores de passeios de Barreirinhas - MA, sendo eles motoristas de carros de passeios, guias de turismo e condutores de visitantes que atuam no PNLM. Dialogamos, para entender melhor a respeito de suas condições de trabalho, experiências adquiridas, problemas enfrentados, sugestões do que poderia ser feito para melhorar suas condições de vida, o modo como se organizam enquanto classe trabalhadora.

A seguir apresentamos o quadro 1 com um resumo das principais características do perfil desses entrevistados, após a escuta de suas trajetórias de vida. Fizemos algumas análises dos conteúdos não com o objetivo de generalizar ou de que representem a totalidade, mas com o propósito de trazer elementos e reflexões acerca dos perfis socioeconômicos dos trabalhadores de turismo dessa região.

Quadro 1 – perfil geral dos trabalhadores de passeios entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Cor	Profissão	Grau de instrução	Quando iniciou no turismo	Frequência no PNLM	Dono dos equipamentos de trabalho
A	masculino	37	pardo	motorista	fundamental incompleto	2009	Diariamente (alta) 3x semana (baixa)	não
B	masculino	39	preto	motorista	fundamental incompleto	2004	Diariamente (alta) 3x semana (baixa)	Possui veículo próprio para atuar no PNLM
C	masculino	29	pardo	motorista	médio completo	2014	Diariamente (alta) 3x semana (baixa)	não
D	Feminino	29	parda	Guia de turismo	Superior incompleto	2019	Diariamente (alta) 3x semana (baixa)	Roupas e acessórios de proteção solar
E	masculino	26	pardo	Condutor de visitantes	Superior incompleto	2018	Diariamente (alta) 3x semana (baixa)	Roupas e acessórios de proteção solar

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Do universo dos 05 entrevistados, 3 são motoristas, 1 é guia de turismo e 1 condutor de visitantes. Os que atuam no segmento de transporte turístico são do sexo masculino, o que mostra uma realidade que é comum no Brasil, quiçá, global. Motoristas de ônibus urbanos, semi urbanos, motoboys, de carros por aplicativos, taxistas, de van, pilotos de lanchas, navios, pilotos de aeronaves, de trens, metrô, o mais comum é observarmos a figura masculina em atuação.



Além disso, nota-se a presença de mulheres atuando como guias de turismo. Segundo Alarcón e Cañada (2018), as questões de gênero no setor turístico envolvem um sistema de poder patriarcal, composto tanto por símbolos — como a associação da mulher à maternidade, ao cuidado e às tarefas domésticas — quanto por normas que separam os espaços masculinos e femininos, reforçando expectativas sobre papéis de homens e mulheres. Assim, a atuação do guia de turismo está relacionada ao cuidado com o outro, à atenção à segurança, à alimentação e ao bem-estar dos visitantes.

Os entrevistados tinham entre 25 e 40 anos, mostrando que o turismo atrai jovens sem exigir grandes qualificações. Com exceção de um motorista que é preto, todos os demais são pardos. De acordo com o último censo do IBGE (2022), a maioria da população brasileira se declarou parda (45,3%), o que representa cerca de 92,1 milhões de pessoas. O Maranhão e a região dos Lençóis Maranhenses refletem essa realidade.

Entre os trabalhadores de passeio, 2 têm ensino fundamental incompleto, 1 ensino médio completo e 2 possuem ensino superior incompleto. Nota-se baixa qualificação, corroborando com Meliani e Gomes (2010), que afirmam que trabalhadores menos qualificados realizam tarefas mais físicas do que intelectuais.

O trabalhador mais antigo do turismo em Barreirinhas iniciou no setor de transporte em 2004, período marcado pelo auge da atividade turística na cidade e pelo surgimento de diversos hotéis, agências e restaurantes.

“Na época que eu comecei a gente ganhava era 5 reais, 10 reais, eu carregava era caixa, os carros eram só Toyota bandeirante, não tinha os bancos como tem hoje as jardineiras. Já tinha a COOTAALMAR, mas todo mundo trabalhava a avulso, assim que começou o turismo” (fala do entrevistado B).

Todos relataram atuar no PNLN diariamente na alta temporada e de 2 a 3 vezes por semana na baixa estação. “A sazonalidade turística que dificulta a continuidade do fluxo de turistas para seus destinos age incisivamente na lucratividade dos empreendimentos turísticos e gera a dificuldade em reter mão-de-obra nos períodos de baixa temporada” (Anjos, 2011, p. 21).

A sazonalidade no turismo faz com que trabalhadores de passeios atuem intensivamente na alta temporada, muitas vezes sem descanso para garantir renda, enquanto enfrentam ociosidade e baixos ganhos na baixa temporada. Empresários lucram mais com o fluxo turístico, explorando sobretudo os informais, considerados força de trabalho flexível e facilmente



dispensáveis quando há menos visitantes. Conforme Urry (1996), essa flexibilidade numérica leva ao aumento das contratações temporárias conforme a demanda.

Em relação à posse dos equipamentos e materiais de trabalho, apenas um motorista relatou ser proprietário do próprio meio de transporte. Isso o coloca em uma posição distinta, pois atua tanto dirigindo quanto alugando seu veículo para agências de turismo e cooperativas que contratam seus serviços. Os proprietários dos veículos recebem parte do valor arrecadado pelos passeios, enquanto os demais trabalhadores atuam apenas na prestação do serviço de direção.

Motoristas acabam não investindo na vestimenta (boné, óculos, roupas etc.), em função de passarem a maior parte do tempo dirigindo ou descansando à sombra. Os guias de turismo e condutores de visitantes necessitam de uma vestimenta reforçada para proteger do sol e ventos intensos nessa região que tem um clima tropical e que marca uma temperatura média anual de 32°C, por isso, tiveram que comprar com seus próprios recursos materiais para ficarem mais protegidos e menos suscetíveis ao adoecimento ocupacional.

“Todo o meu equipamento é meu, foi custeado com meu próprio bolso, com exceção da camisa que foi dada pela agência, essa já é permanente porque eu já trabalho com eles e não preciso devolver, mas se eu rodar por outra agência eu preciso devolver” (fala do entrevistado E).

As entrevistas revelaram que a informalidade no setor de turismo, sem regulamentação específica, expõe os trabalhadores à precariedade. Fatores como contratos frágeis, longas jornadas, baixa remuneração, adoecimento e pouco tempo livre contribuem para as condições precárias desse trabalho.

As jornadas variam conforme o roteiro: em passeios de dia inteiro, condutor e guia saem às 8h e retornam às 20h; o motorista sai às 8h e chega em casa às 21h. Desta forma, compreende-se que existe prolongamento das jornadas de trabalho, já que a depender do dia e do roteiro esses trabalhadores ficam mais de 12 horas em serviço, de forma exaustiva. Cañada (2020) aponta que esse é um dos mecanismos da precarização subjetiva do trabalho no turismo, as jornadas ampliadas, sobretudo entre os autônomos, os contratados a tempo parcial, o trabalho temporal (por temporada) e os *free lancers*.

Em relação aos rendimentos as situações são diversas. Existe um tarifário anual da Associação de Guias e Condutores (ACONTUR), variando de acordo com o roteiro e com o tempo de trabalho (meio período ou dia inteiro): Lagoa Bonita (R\$ 100), Atins (R\$ 150) e duas



lagoas no dia todo (R\$ 200). Os motoristas não possuem um tarifário, mas tentam seguir esses valores.

Acerca desse quesito, um motorista afirmou: *“Na verdade é tipo por diária, circuito Atins e o circuito das duas Lagoas é diária e agora é que nem esse aqui é meio período é meia diária, apanha o carro tipo 13:00h na casa e a partir de 13:10h tem que estar na agência para poder fazer o recolhimento das pessoas nas pousadas. De guias tem a tabela da ACONTUR, de motorista não tem assim uma tabela, a gente cobra tipo 90 reais meio período, mas a partir do próximo mês vai aumentar para 100 reais meio período. Dia todo é 200 reais, pode ser duas lagoas ou Atins”* (fala do entrevistado B). Uma exceção é a do motorista que possui a carteira assinada, ele recebe um salário-mínimo, e um adicional de R\$ 50,00 por roteiro de dia inteiro que atuar.

As relações no sistema capitalista mostram que estender a jornada de trabalho resulta, ao contrário do que se espera, na diminuição do valor da hora trabalhada. Isso significa que salário e quantidade de trabalho têm uma relação inversa: quanto mais tempo o trabalhador dedica, menor é o valor de sua hora, ou seja, ele recebe menos por cada hora trabalhada (Prado, 2011, p. 110). Assim, o trabalho pago por diária acaba ampliando a jornada e diminuindo o valor recebido, pois as horas extras não são consideradas, especialmente em roteiros turísticos, onde as atividades dependem de fatores como variação de demanda e tempo de espera para acessar os atrativos.

Em relação ao descanso durante a jornada de trabalho, a guia de turismo e o condutor de visitantes afirmaram que durante as paradas nas lagoas descansam um pouco, mas sempre ficam observando o cliente, pois as lagoas são profundas e tem risco de afogamento. Quando é um roteiro de dia inteiro, costumam ter um tempo livre maior no horário do almoço, pois os turistas se alimentam e sobra uma hora para relaxar. Os motoristas informaram que descansam nas paradas (estacionamento ou próximo às lagoas) enquanto aguardam os turistas, conforme reportado pelo entrevistado C: *“Tipo hoje, estou agora levando o pessoal para o passeio, mas na hora do restaurante o guia fica aí de olho no pessoal e eu já estou com o horário mais livre. Porque depois que o pessoal subir no veículo eu já estou ocupado de novo, mas quando chega no estacionamento já estou livre de novo”*. Em circuito de dia inteiro, ainda aproveitam um tempo livre, de pelo menos uma hora, nos restaurantes, que possuem redário para cochilo.

Na alta temporada, a maioria não tira folgas para maximizar os ganhos, exceto um condutor, que descansa aos sábados por motivos religiosos, e um motorista, que reserva um dia



na semana para descansar. Na baixa temporada, todos relataram ter mais tempo para descansar, ficar com a família, visitar balneários, pescar e estudar.

“Os meus dias livres eles vão ser na baixa temporada, na alta temporada eu praticamente não vou ter dias livre né, então na baixa temporada eu posso jogar um campeonato, eu posso fazer mais atividades fora do trabalho” (fala da entrevistada D).

Desta forma, a partir das reflexões de Sader (2000), podemos inferir que na alta temporada é quase inexistente o tempo livre como sinônimo de tempo liberado do trabalho, enquanto na baixa temporada o tempo livre é garantido por falta de trabalho, o que, obviamente, também não é o ideal. Assim, precariza-se subjetivamente o trabalhador, que não tem um tempo livre de qualidade, de maneira equilibrada e fracionada ao longo do ano.

Quanto à saúde dos trabalhadores entrevistados, um motorista informou que já passou por problemas na coluna (dor lombar) em virtude de ficar muito tempo sentado, dirigindo. Outro, além dessa dor, relatou ter passado por momentos de estresse em função de turistas que nem sempre são agradáveis.

“Olha só estresse mesmo, tem cliente que acaba estressando a gente, tem que ter jogo de cintura para lidar com essas pessoas que vem da cidade grande. De vez em quando tem que tomar um remédio assim muscular para poder após o final do dia de trabalho, já aconteceu de eu pagar tipo, lá tinha uma pessoa que faz massagem, pagar para poder fazer uma massagem, muitos dias de trabalho, estou cansado, doeu a musculatura porque fico muito tempo fazendo sempre a mesma coisa né, subindo e descendo dunas” (fala do entrevistado B).

Alguns condutores relataram que já tinham alguns problemas de saúde adquiridos antes de atuar no turismo, mas que podem vir a se acentuar com o trabalho caso não se previnam com vestimentas adequadas.

As situações de adoecimento, levam a uma precarização subjetiva, visto que afetam a qualidade de vida do trabalho, comprometendo o bem-estar dos sujeitos envolvidos. Corroboramos com as ideias de Alves (2013, p. 9), que:

A precarização do homem-que-trabalha que expõe uma nova dimensão de degradação do homem como ser genérico nas condições da crise estrutural do capital. O adoecimento laboral em suas múltiplas manifestações sócio-epidemiológicas é expressão da precarização do homem-que-trabalha. O tema da saúde do trabalhador, ou melhor, da saúde do homem-que-trabalha, é o tema da crise do trabalho vivo que caracteriza a ordem burguesa hipertardia.

Apenas um motorista possui vínculo formal com uma agência de viagem e registro em carteira. Os demais trabalhadores entrevistados atuam como autônomos e *freelancers*, sem relação empregatícia com agências, preferindo, às vezes, trabalhar para empresas alinhadas ao



seu perfil. Seu único elo é com associações ou cooperativas, mediante pagamento de taxa mensal, sem configurar vínculo trabalhista.

Situações como longas jornadas, baixos rendimentos, ausência de tempo livre para o lazer e descanso e alta informalidade, precarizam objetiva e subjetivamente os trabalhadores de passeios que atuam no PNLN, o que se distancia de um trabalho decente, tal qual a Organização Internacional do Trabalho preconiza.

5. Considerações finais

Os trabalhadores dos passeios no PNLN são motoristas, condutores e guias de turismo, analisados neste estudo. Todos os entrevistados são adultos nativos de Barreirinhas, predominam homens pardos com ensino médio completo, atuam informalmente e têm no turismo sua principal fonte de renda.

A precariedade do trabalho se reflete em jornadas médias de 12 horas na alta temporada, com poucas pausas. O lazer é restrito ao tempo livre da baixa temporada, quando a demanda e a frequência ao PNLN caem pela metade.

A maioria dos trabalhadores recebe por diária, paga por agências de turismo ou cooperativas. Na baixa temporada, aceitam valores menores para garantir renda mínima, o que intensifica a precarização. A maioria dos contratos de trabalho é informal, sem vínculo fixo com agências de turismo, embora algumas exijam exclusividade ou alguns trabalhadores priorizem certas agências.

As doenças ocupacionais mais frequentes são: insolação, infecções urinárias e dores lombares, especialmente entre guias e condutores devido à longa exposição diária. Por isso, o uso de equipamentos de proteção individual é fundamental.

Observa-se que a atuação dos trabalhadores de passeios no PNLN apresenta características de precariedade e marginalidade, devido à informalidade, sazonalidade e temporariedade da atividade. A participação em associações ou cooperativas representa uma estratégia efetiva para aprimorar as condições de trabalho, promovendo ações coletivas voltadas à obtenção de remuneração adequada, ambientes laborais mais seguros, oportunidades de desenvolvimento profissional e estímulo ao diálogo institucional com órgãos governamentais.

Agradecimentos e apoios: Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão – FAPEMA, pela bolsa de doutorado concedida, permitindo o desenvolvimento deste estudo. E ainda, ao Instituto Federal do Maranhão – IFMA Campus Barreirinhas, pela liberação integral da pesquisadora de suas atividades docentes, para se dedicar às atividades de estudo.



REFERÊNCIAS

- Alarcón, D. M. & Cañada, E. (2018). *Dimensiones de género del trabajo turístico*. Alba Sud Editorial Serie Informes en Contraste, núm. 4.
- Alves, G. (2013). Dimensões da precarização do trabalho. *Ensaio de Sociologia do Trabalho*. Canal 6 Editora: Bauru, SP.
- Anjos, M. A. D. dos. (2011). Trabalho informal e sazonalidade: uma análise na festa de Nossa Senhora da Abadia em Romaria – MG. *Cadernos da FUCAMP*, v.10, n.13, p.11-36.
- Antunes, R. (2006). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11 ed. Campinas – SP: Cortez.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Brasil (1981). *Decreto nº 86.060, de 02 de junho de 1981*. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/atos/decretos/1981/D86060.html. Acesso em: 10 maio 2024.
- Campos, C. J. G. & Saidel, M. G. B. (2022). Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.10, n.25, p. 404-424, set./dez.
- Cañada, E. (2020). *Estrategias Empresariales Que Precarizan El Trabajo Turístico*. N. 10. Enero.
- Cañada, E. (2019). Trabajo turístico y Precariedad. In: Cañada, E., Murray, I. *Turistificación global: Perspectivas críticas en turismo*. Barcelona: Icaria Editorial, p. 267-287.
- Cañada, E. (2017). Un turismo sostenido por la precariedad laboral. In: *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*. n. 140, p. 65-73.
- Figueiredo, S. L. & Ruschmann, D. (2004). Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, p. 171-203.
- Guérios, P. R. (2011). O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos* 12(1):9-29.
- Hammer, A & Ness, I. (2021). Informal and Precarious Work: Insights from the Global South, *Journal of Labour and Society*, 24/1: 1-15. doi:10.1163/24714607-20212000.
- Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17 ed. São Paulo: Ed. Loyola.
- Harvey, D. (2011). *O neoliberalismo: história e implicações*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola.



IBGE. (2022). *Cidades e estados*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 14 jun.22.

Maranhão. (2012). Plano Maior 2020. Chias Marketing: Barcelona, São Paulo.

Meliani, P. F. (2011a). *Análise socioespacial do trabalho na contemporaneidade: a precariedade e a distribuição espacial da informalidade do trabalho no turismo do Brasil*. Encontro Baiano de Geografia.

Meliani, P. F. & Gomes, E. T. A. (2010). Contradições entre a importância do trabalhador e a precarização nas relações de trabalho no turismo: notas primeiras de uma pesquisa de tese para doutoramento. In: *Revista Turismo e Desenvolvimento*. n. 13/14.

Nogueira, M.L.M, Barros, V. A. de Araujo, A. D. G & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 12 (2), São João del Rei, maio-agosto.

Prado, C. (2011). Marx e crítica à forma salário. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 124. Set.

Prodanov, C. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico* [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale.

Sader, E. (2020). Trabalho, desemprego e tempo livre. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA.

Urry, J. (1996). O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Estúdio Nobel SESC. (Coleção Megalópoles).



**TURISMO DA REFORMA AGRÁRIA: CAMINHOS COLETIVOS PARA A
EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES
(MG)**

46

**AGRARIAN REFORM TOURISM: COLLECTIVE PATHWAYS FOR THE EMANCIPATION OF
LABOR IN THE DENIS GONÇALVES SETTLEMENT**

**TURISMO DE LA REFORMA AGRARIA: CAMINOS COLECTIVOS PARA LA EMANCIPACIÓN
DEL TRABAJO EN EL ASENTAMIENTO DENIS GONÇALVES**

*Renato José Degli Esposti*¹
*Edilaine Albertino de Moraes*²
*Werter Valentim de Moraes*³
*Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp*⁴

Resumo

Este artigo reflete sobre os caminhos coletivos para o trabalho no Turismo da Reforma Agrária, com foco no Assentamento Dênis Gonçalves, em Goianá, Minas Gerais. Considerando a precarização recorrente no setor turístico, marcada por baixos salários, jornadas extensas e informalidade, o estudo busca alternativas ancoradas na economia solidária, no cooperativismo e no turismo socialmente comprometido. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, utilizou levantamento bibliográfico e imersão em campo com observação participante. As atividades acompanhadas envolveram trilhas, partilhas alimentares e visitas a espaços coletivos, permitindo captar significados atribuídos pelos atores sociais. Os resultados apontam que o turismo local está profundamente ligado às lutas por terra, justiça social e cultura camponesa, promovendo geração de renda, valorização da cultura rural e fortalecimento da agricultura familiar. Conclui-se que o Turismo da Reforma Agrária representa uma prática autogestionária e contra-hegemônica, reforçando a identidade cultural, a inclusão social e a emancipação dos trabalhadores agricultores em sua própria terra.

Palavras-chaves: Turismo. Trabalho. Cooperativismo. Assentamento Dênis Gonçalves. Economia Solidária.

1. Introdução

A discussão acerca dos trabalhadores do turismo, que frequentemente lidam com salários baixos, extensas jornadas de trabalho, informalidade, ausência de acesso aos direitos e sazonalidade, entre outras questões (PAULA, 2018), é necessária e urgente na conjuntura econômica e política atual. Essa é uma questão estrutural, tendo em vista que as condições

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: renatodegli12@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6695063917997959>

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: edilaine.moraes@ufjf.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464>

³ Universidade Federal de Viçosa (UFV). Email: wertervalentim@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9223383660522009>

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: marcosknupp@ufop.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6411806256374735>



laborativas no turismo são estabelecidas de forma que permitem a exploração da força de trabalho em termos relativos e/ou absolutos, provocando seu desgaste sob uma visão bio-psico-social (MARTONI; ALVES, 2019). A precarização do trabalho no setor turístico é um fenômeno amplamente reconhecido, resultando em impactos negativos para a saúde e bem-estar dos trabalhadores, que muitas vezes enfrentam situações de vulnerabilidade e instabilidade (ANTUNES, 2018).

Diante desse cenário, torna-se essencial ponderar quais são os significados do trabalho no turismo para esses trabalhadores, os lugares que esses trabalhos ocupam em suas vidas, a forma como se estruturam e possíveis caminhos que podem contribuir para a transformação social (MELO; MARQUES, 2022). Nesse sentido, buscar alternativas e outras concepções práticas, como o cooperativismo influenciado pela economia solidária e o turismo com compromisso social, é fundamental. O cooperativismo, por exemplo, oferece um modelo onde os trabalhadores se organizam coletivamente, compartilhando responsabilidades e benefícios, o que pode ser uma resposta eficaz à exploração e à precarização (SINGER, 2002). A economia solidária, por sua vez, propõe princípios como cooperação e autogestão, constituindo uma forma de organização econômica contrária da lógica capitalista dominante (GAIGER, 2003).

A associação entre turismo e economia solidária estabelece pontes que auxiliam na superação de obstáculos locais e estruturais, gerando mobilidade social e econômica entre variados contextos (MELO; MARQUES, 2022). Essa abordagem permite que as comunidades locais sejam protagonistas do desenvolvimento turístico, garantindo que os benefícios sejam distribuídos de forma mais equitativa e que a atividade seja planejada de acordo com suas necessidades e valores (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Nesse sentido, Fernandes (2023) considera que o turismo em algumas comunidades rurais tem feito surgir um fenômeno em territórios não usuais, que ressignifica, renova e contrapõe os padrões massificados do setor, denominado Turismo da Reforma Agrária. Esse tipo de turismo se diferencia por estar intrinsecamente ligado às lutas e conquistas sociais, como a reforma agrária, e por valorizar a cultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis (STEDILE, 2005). Desde 2021, essa experiência vem sendo organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Assentamento Dênis Gonçalves (Goianá/MG), recebendo visitantes nos lotes dos produtores, caminhadas, observação de aves e plantio de mudas (LUSTOSA, 2021).

A reforma agrária no Brasil é um processo histórico e social complexo, marcado pela luta por terra e por um modelo de sociedade mais justo no campo. Os assentamentos rurais,



frutos dessa luta, representam espaços de resistência e de construção de novas relações sociais e produtivas. O Turismo da Reforma Agrária, nesse contexto, surge como uma estratégia para gerar renda, valorizar a cultura e dar visibilidade às pautas do movimento social.

No entanto, do que se trata essa proposta e como se configura de forma atrelada ao trabalho? Sob essa inquietação e lacuna de pesquisa, este estudo busca refletir sobre os possíveis caminhos coletivos para o trabalho no Turismo da Reforma Agrária no Assentamento Dênis Gonçalves. Analisar essa experiência é crucial para compreender como o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento local e de fortalecimento da autonomia dos trabalhadores rurais, promovendo práticas econômicas que se alinham aos princípios da justiça social e da solidariedade.

2. Metodologia

Este estudo constitui um recorte do Projeto Territórios Criativos como Dimensão para a Sustentabilidade: Análise dos Processos Políticos da Economia Criativa e do Turismo de Base Comunitária, coordenado pela Universidade Federal de Ouro Preto em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

A abordagem metodológica adotada foi a exploratória e qualitativa. A escolha da abordagem qualitativa permite uma compreensão em profundidade da experiência de turismo no Assentamento Dênis Gonçalves. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo no Assentamento Dênis Gonçalves, no período de 28 a 30 de março de 2025, por meio de uma imersão que possibilitou o envolvimento direto com as práticas e os sujeitos locais.

Nesse sentido, utilizou-se a técnica de observação participante, por permitir captar, de forma situada, os discursos, ações e significados atribuídos pelos atores sociais, favorecendo uma apreensão mais densa da realidade (MINAYO, 2001). Complementarmente, Peirano (2008) destaca que a imersão no campo proporciona ao pesquisador acesso à lógica interna das práticas culturais por meio da convivência cotidiana. Dessa forma, ela foi fundamental. No trabalho qualitativo, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade (MINAYO, 2007, p. 70).

A partir dessa perspectiva metodológica, buscou-se observar, escutar e vivenciar as atividades no território, como trilhas, partilhas alimentares, visitas às estruturas de produção



coletivas, lotes dos assentados e rodas de conversa, as quais foram registradas em diário de campo e por meio de notas de campo e entrevistas informais (Figura 01).

Figura 01 - Trabalho de campo: visita ao lote dos assentados Carlos e Nega



Fonte: os autores, 2025

3. Revisão de literatura

A busca por modelos econômicos alternativos ao modelo capitalista se fortalece cada vez mais, no século XXI, especialmente diante do avanço da precarização do trabalho e concentração de renda. A economia solidária, então, surge como um campo de práticas e reflexões voltadas à valorização da cooperação, da autogestão e da justiça social, representando uma resposta às desigualdades estruturais (SINGER, 2002; GAIGER, 2003). Singer (2022) descreve a economia solidária como uma forma de organização produtiva e distributiva em que os próprios trabalhadores, de maneira autogerida, assumem o controle dos meios de produção.

Por esse caminho, o cooperativismo se reafirma como um modelo de produção focado no trabalho coletivo, buscando a eficiência econômica juntamente com a solidariedade e com participação democrática (BAPTISTA, 2014; PORTO; FERREIRA, 2015). Ambas as perspectivas propõem novas lógicas de desenvolvimento e de geração de renda baseadas no protagonismo das pessoas e comunidades, oferecendo alternativas para a inclusão produtiva e social.

No Brasil, o avanço do cooperativismo vem ganhando reconhecimento, uma vez que tem contribuído no desenvolvimento social e econômico do país (PORTO; FERREIRA, 2015).

Após anos de neoliberalismo exacerbado, retrocessos políticos e socioeconômicos, e árdua luta pela preservação da Democracia e do Estado Democrático de Direito, a economia solidária e o cooperativismo continuam atraindo a atenção da sociedade,

ampliando a percepção social de constituir uma alternativa efetiva para a geração de ocupação e renda no campo e na cidade, especialmente em contextos sociais vulnerabilizados pela exclusão social, o desemprego e a massiva precarização do trabalho (AGUERRE et al., 2025, p. 09).

Nesse contexto, é possível observar que os princípios da economia solidária e do cooperativismo encontram correspondência em diversas experiências comunitárias, especialmente naquelas vinculadas aos movimentos sociais do campo. Uma dessas expressões se manifesta no turismo desenvolvido em assentamentos rurais, onde a autogestão, o trabalho coletivo e a solidariedade se materializam como práticas de resistência e geração de renda.

Ao pensar sobre turismo em assentamentos rurais, especialmente aqueles ligados ao MST, a terminologia e as perspectivas se multiplicam. Alguns autores adotam o termo "Turismo da Reforma Agrária", focando na dimensão política e social da terra, como é o caso do assentamento Dênis Gonçalves. A coordenadora do MST em Minas Gerais, Priscila Araújo, reforçou que o Turismo da Reforma Agrária é uma forma de oferecer ao conjunto da sociedade o acesso aos bens naturais e culturais dos territórios da Reforma Agrária (MORAES et al., 2025). No entanto, alguns pesquisadores têm adotado o termo Turismo de Base Comunitária (TBC) e Turismo Rural Comunitário (TRC) para descrever e analisar experiências em assentamentos.

O turismo de base comunitária atua como um meio de resistência e conservação, contribuindo para a manutenção da vida no campo. Apesar dos conflitos, interesses e poderes que permeiam essas discussões, essa abordagem pode reforçar a autonomia dos grupos envolvidos, incentivar a preservação ambiental e valorizar a cultura local. Desse modo, essa prática se transforma em um instrumento crucial para a proteção do território e o desenvolvimento local, em consonância com as necessidades e direitos das comunidades tradicionais e camponesas (MORAES et al., 2025).

Ao reforçar o protagonismo da comunidade local, o turismo de base comunitária incentiva a autogestão e o cooperativismo, o que tende a atender às dinâmicas de trabalho em assentamentos rurais. Ademais, contribui para a valorização do patrimônio, da identidade, das tradições e da gastronomia dessas comunidades, auxiliando na preservação de sua cultura e modo de vida. Isso se torna fundamental para evitar que o turismo não se torne explorador e destruidor, impactando a cultura, a natureza e o bem-estar da população local (ZANETONI et al., 2021).

Solha, Elesbão e Souza (2017) abordam o turismo rural comunitário como uma estratégia de desenvolvimento. Os autores focam em como essa prática pode impulsionar o



desenvolvimento econômico e social em áreas rurais, enfatizando a importância do envolvimento ativo da comunidade e da valorização dos recursos e saberes locais para gerar oportunidades e fortalecer a identidade do lugar. No contexto do Assentamento Dênis Gonçalves, a perspectiva de Solha, Elesbão e Souza infere como o TBC é implementado como uma estratégia de desenvolvimento rural que complementa a produção agrícola. Isso implica investigar se o turismo está realmente criando novas oportunidades de trabalho e renda para os assentados, diversificando suas atividades e fortalecendo a economia local. O trabalho no turismo, nesse sentido, deve ser visto como um meio para a produção social e econômica do Assentamento, pautada na participação coletiva e na valorização das características e necessidades da comunidade. Quando o turismo é planejado e executado pela própria comunidade, ele atua como um catalisador para a solidariedade interna e para a valorização dos saberes e práticas locais. Essa perspectiva poderia se conectar com a experiência do Assentamento Dênis Gonçalves. Sendo assim, ao receber visitantes e compartilhar sua trajetória de luta, os assentados não apenas geram renda, mas também reafirmam sua identidade e reforçam os laços comunitários. O TBC, assim, emerge como uma ferramenta essencial para a coesão social e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à terra conquistada. Nessa realidade, o trabalho no turismo transcende o aspecto econômico: torna-se uma forma de resistência e de organização coletiva.

Portanto, as questões de trabalho relacionadas à oferta de atividades de lazer e comunicação contribuem para ensinar, construir, desconstruir e transformar o pensamento social, incentivando os visitantes a formarem suas próprias percepções sobre a vida nos assentamentos rurais. Assim, o turismo contribui para afastar os visitantes de percepções estereotipadas ou errôneas frequentemente veiculadas pelos principais meios de comunicação, favorecendo uma compreensão respeitosa e enriquecedora da cultura e do dia a dia dessas comunidades. Dessa forma, essa experiência promove uma troca de conhecimentos mais equitativa e consciente, reforçando o diálogo e o respeito entre diversas realidades (MELO, 2012).

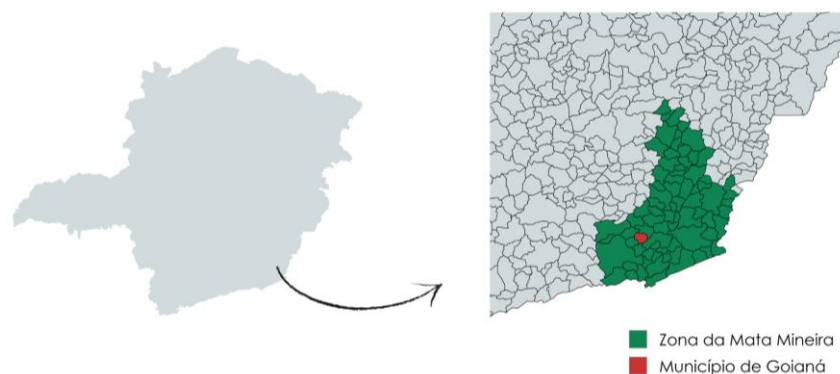
4. Resultados e Discussões

O Assentamento Dênis Gonçalves surgiu do processo de ocupação da região improdutiva da antiga Fazenda Fortaleza de Sant'anna, que teve início em 25 de março de 2010. Naquele dia, famílias sem-terra, com o apoio de docentes e alunos das Universidades Federais de Juiz de Fora e Viçosa, ocuparam a propriedade, considerada um latifúndio improdutivo na

região da Zona da Mata mineira (FERNANDES, 2023). A história da região, caracterizada por exploração, trabalho escravo e grandes propriedades improdutivas, foi reescrita com a chegada do MST, que imprimiu uma nova fase para o uso social e consciente da terra (SILVA; TEIXEIRA, 2022). A criação de assentamentos, como o Dênis Gonçalves, é um marco na luta pela reforma agrária no Brasil, transformando terras improdutivas em espaços de produção e resistência camponesa, um processo que Stedile (2005) destaca como fundamental para a construção de um novo projeto de sociedade no campo.

Situado no município de Goianá, o Assentamento abrange mais de 4.683 hectares, com uma extensa área de reserva legal de Mata Atlântica (Figura 02). Condição que contribui para a conservação da fauna e da flora, além da observação de aves diversas. A biodiversidade presente no assentamento o torna um verdadeiro paraíso para observadores de aves, superando em diversidade parques nacionais renomados como o Parque Nacional da Tijuca (157 espécies), a Serra do Brigadeiro (160 espécies) e o Parque Estadual do Ibitipoca (141 espécies), com mais de 260 espécies registradas (SILVA; TEIXEIRA, 2022). A riqueza natural desses territórios não apenas oferece oportunidades de conservação ambiental, mas também serve como elementos biofísicos valiosos para o desenvolvimento de atividades ecológicas, alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

Figura 02 - Mapa de Minas Gerais e Zona da Mata Mineira



Fonte: os autores, 2025

O turismo em espaços de reforma agrária, especialmente em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), emerge como um campo fértil para a reflexão crítica sobre o trabalho. Longe de ser tratado apenas como uma atividade econômica, o turismo se entrelaça com as lutas históricas por terra, justiça social e autonomia camponesa. Autodenominada como Turismo da Reforma Agrária, essa prática representa uma forma de



oferecer à sociedade o acesso aos bens naturais e culturais dos territórios da reforma agrária (LUSTOSA, 2021). Ela se diferencia do turismo de massa ao propor uma valorização do território e dos modos de vida locais, contrapondo-se à mercantilização e à exploração que frequentemente caracterizam o setor turístico convencional (RODRÍGUEZ, 2016).

No Assentamento Dênis Gonçalves, o trabalho no turismo assume diversos significados que estão arraigados na identidade e política organizativa do MST, representando um meio de geração de renda, de valorização da cultura camponesa e de visibilidade da agricultura familiar. O agendamento e preparação das visitas, o acolhimento e condução dos visitantes pelos lotes e a contação da história de ocupação da terra incluem também informações sobre a relevância da produção de alimentos saudáveis e do modo de vida do camponês (Figura 03). Isso possibilita a difusão e comunicação sobre o papel social da Reforma Agrária popular para a sociedade em geral (MORAES et al., 2025).

Figura 03 - Visita ao lote do assentado Laerte, que concilia o trabalho diário do campo com a produção de quitandas para comercialização



Fonte: os autores, 2025

Além disso, o trabalho no turismo no Dênis Gonçalves adquire o significado de fortalecimento da autogestão e da organização coletiva e popular. As decisões sobre o modo de organização do turismo são majoritariamente tomadas pelo Coletivo de Patrimônio e Turismo. Este grupo é formado por assentadas e militantes locais que se dedicam a essa frente de trabalho. Essa forma de gestão participativa reflete o que Singer (2002) denomina de autogestão solidária, na qual os trabalhadores planejam e executam suas atividades de modo coletivo, compartilhando responsabilidades e decisões. Assim, o turismo é construído com base na cooperação e no protagonismo dos sujeitos locais, reafirmando os princípios da economia



solidária. Em princípio, a sua formação e funcionamento são pautados pela participação e pela tomada de decisões em conjunto, buscando garantir que as estratégias do turismo estejam alinhadas às pautas prioritárias do assentamento e do movimento, como a valorização da cultura camponesa e da agricultura familiar. Tal dimensão humana do trabalho é vital, pois os encontros e trocas gerados pelo turismo se tornam espaços de reafirmação identitária e de resiliência, onde a história de luta e as conquistas do assentamento são celebradas e transmitidas, consolidando um senso de pertencimento e propósito que vai muito além do financeiro (SAMPAIO, 2005). A dinâmica observada no assentamento é caracterizada por uma lógica de organização que prioriza a confiança mútua e a reciprocidade entre os membros, em vez da competição individual, o que garante a coesão do grupo (GAIGER, 2003).

A respeito da divisão das benesses econômicas, não há uma divisão equitativa imediata e individualizada dos ganhos totais. Em vez disso, condutores, cozinheiros ou aqueles que preparam a infraestrutura para os visitantes recebem uma diária ou uma remuneração pelo seu trabalho pontual. A maior parcela da receita gerada é destinada a um fundo coletivo, administrado pelo próprio Coletivo de Patrimônio e Turismo, possibilitando o investimento na infraestrutura receptiva, como a aquisição de cadeiras, pratos, utensílios de cozinha, melhorias nos espaços de acolhimento e outras que fortaleçam o processo organizativo e a continuidade do turismo. Tal prática traduz o que se configura como Economia Solidária, reforçando o compromisso com a autogestão e a solidariedade, ao priorizar o bem comum em detrimento da acumulação individual. O reinvestimento coletivo é fundamental para a sustentabilidade do TBC, garantindo que a atividade não se esgote na mera remuneração individual, mas contribua para o bem-estar e o desenvolvimento local (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009).

Nesse sentido, o cooperativismo emerge como um caminho possível e promissor para que os trabalhadores decidam coletivamente sobre a produção, a comercialização e a distribuição dos benefícios (SINGER, 2002). Dessa forma, a Cooperativa de Produção Agroindústria (COOPAC), formada por sete militantes do MST e assentados, que se unem voluntariamente para comprar insumos, produzir e comercializar produtos da Reforma Agrária, tem contribuído também para a operação das atividades ligadas ao turismo no Assentamento, como a alimentação, desde hortaliças, antepastos, bolos e conservas sem o uso de agrotóxicos (Figura 04). A integração produtiva e solidária entre os assentados, exemplificada pela COOPAC, constitui uma aplicação concreta do cooperativismo como instrumento de fortalecimento da economia solidária no campo. A relevância do cooperativismo para o desenvolvimento rural e para a autonomia camponesa é amplamente reconhecida, pois fortalece



a capacidade de organização dos produtores e a geração de valor local, como apontam Solha, Elesbão e Souza (2017).

Figura 04 - Assentados(as) apresentam a COOPAC



Fonte: os autores, 2025

Pensar e articular caminhos coletivos para o trabalho no turismo sob a ótica local, com base na experiência do assentamento Dênis Gonçalves, exige ir além dos modelos convencionais de mercado. A trajetória do assentamento e seus princípios de organização fornecem um terreno fértil para a construção de alternativas que valorizem a coletividade e a autonomia dos trabalhadores. A articulação de parcerias com instâncias externas, como a prefeitura, câmara municipal e universidades, também se mostra um caminho coletivo estratégico. A parceria com a academia, por exemplo, pode trazer pesquisas e conhecimentos que auxiliem no aprimoramento da gestão, na divulgação do destino e na formação dos assentados, enquanto as parcerias com o poder público podem facilitar o acesso a políticas públicas e o reconhecimento do Turismo da Reforma Agrária como uma modalidade de fortalecimento territorial. Como Sampaio (2005) sugere, o turismo exige a articulação de diferentes atores para que seus benefícios sociais e econômicos se concretizem de forma justa e sustentável, reforçando a importância dessas alianças para o fortalecimento do trabalho coletivo no turismo do assentamento Dênis Gonçalves.

Assim, ao contrário de práticas turísticas convencionais baseadas na exploração e na mercantilização dos territórios, o turismo promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se estrutura a partir do protagonismo das pessoas que vivem e produzem nesses espaços. São os agricultores, educadores populares, artistas, mulheres e jovens que, por meio de sua organização, saberes e práticas, constroem coletivamente experiências



turísticas que expressam seus modos de vida, lutas e valores. As experiências de turismo da reforma agrária realizadas no Assentamento Dênis Gonçalves também se inserem em uma perspectiva educativa, na medida em que permitem aos visitantes conhecer o modo de vida camponês, os princípios da agroecologia e as lutas pela terra. A visita se configura, assim, como um espaço de intercâmbio e de formação política, em consonância com a pedagogia do Movimento Sem Terra. Essa dimensão educativa é um dos aspectos mais significativos da experiência, pois ultrapassa a lógica econômica e propõe um diálogo de saberes entre assentados e visitantes, onde o aprendizado se dá pela vivência, pela escuta e pela partilha de experiências. Sendo assim, articulação entre práticas educativas e produtivas também é ressaltada por Aguerre et al. (2025), ao afirmarem que:

Se a nova formação socioeconômica possui elementos no presente, como o cooperativismo e a economia solidária, como modo de produção não capitalista, é possível acrescentar a agroecologia, como sistema alimentar baseado na agricultura familiar camponesa e não controlado pelas indústrias alimentícias de ultraprocessados e pelo uso de agrotóxicos, e a educação transformadora, como estratégia para a formação de sujeitos capazes de criar coletivamente as novas formas de organização social (AGUERRE et al., 2025, p. 36).

A trajetória do MST demonstra que a reforma agrária é, acima de tudo, um projeto de formação humana e emancipação social. Os assentamentos não apenas redistribuem terra, mas criam condições para a valorização da cultura local, da educação popular e da autogestão comunitária. As práticas observadas no Assentamento Dênis Gonçalves evidenciam que o turismo da Reforma Agrária ultrapassa o viés econômico, configurando-se como uma expressão territorializada da economia solidária, onde o trabalho coletivo, a autogestão e o compromisso social se articulam para promover desenvolvimento local e autonomia camponesa, mas também para superar a lógica da precarização e avançar a emancipação dos trabalhadores rurais.

5. Considerações Finais

O Turismo da Reforma Agrária no Assentamento Dênis Gonçalves sinaliza um caminho concreto e promissor para a construção de formas justas e solidárias de trabalho no campo. Conforme demonstrado ao longo deste estudo, essa experiência vai além de uma mera atividade econômica, enraizando-se nas lutas históricas por terra, justiça social e autonomia camponesa. O trabalho no turismo assume múltiplos significados, funcionando como meio de geração de renda, valorização da cultura camponesa e visibilidade da agricultura familiar, articulando-se com um modo de vida que se contrapõe à lógica exploratória do turismo tradicional.



Com base nos dados levantados, é possível afirmar que os resultados da pesquisa não apenas corroboram, mas também avançam a compreensão teórica sobre os conceitos de Turismo de Base Comunitária (TBC), economia solidária, cooperativismo e trabalho rural no contexto da Reforma Agrária. A vivência concreta observada fortalece a noção de que o turismo pode ser estruturado de forma coletiva, autogestionária e contra-hegemônica. Ao mesmo tempo, os achados oferecem contribuições empíricas que qualificam esses referenciais, ao revelar o trabalho no turismo como uma prática que transcende o econômico, assumindo dimensões simbólicas, políticas e identitárias.

A atuação do Coletivo de Patrimônio e Turismo, o reinvestimento em fundos comuns e a inserção da cooperativa agroindustrial (COOPAC) no circuito turístico são expressões concretas da economia solidária em ação. Os sentidos atribuídos ao trabalho turístico pelos assentados, como forma de resistência, afirmação da cultura camponesa e instrumento de luta política, trazem contribuições originais para os debates sobre trabalho digno e emancipação social no campo.

Dessa forma, o turismo no Assentamento Dênis Gonçalves vem mostrando a sua capacidade de fortalecer a autonomia dos trabalhadores rurais, promovendo práticas econômicas alinhadas aos princípios do cooperativismo e da economia solidária. A organização coletiva, com o Coletivo de Patrimônio e Turismo à frente das decisões e a gestão dos recursos por meio de um fundo comum, representa um modelo que prioriza o bem coletivo em vez da acumulação individual. Essa abordagem expressa um compromisso com a solidariedade e a sustentabilidade, elementos fundamentais para a consolidação de um turismo com potencial transformador, além de inspirar a elaboração de políticas públicas que atendam o Turismo da Reforma Agrária como uma forma efetiva de fortalecimento territorial.

Agradecimentos e apoios: O apoio da Cátedra da UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Coletivo de Patrimônio e Turismo da Reforma Agrária do Assentamento Dênis Gonçalves.

REFERÊNCIAS

AGUERRE, P. [et al.]. (orgs.). **Economia solidária e cooperativismo:** uma abordagem emancipatória. 1. ed. São Paulo: Educ, 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.



BAPTISTA, Vinícius Ferreira. A solidariedade na economia e a Economia Solidária das cooperativas. **Otra Economía**, v. 8, n. 15, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.02>. Acesso em: 08 out. 2025.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra Capital, 2009.

FERNANDES, J. V. de A. T. **Possibilidades e limitações para a prática turística em um Assentamento Rural: uma análise do turismo da reforma agrária realizado no Assentamento Dênis Gonçalves, MG**. 2023. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>. Acesso em: 29 jul. 2025

LUSTOSA, M. C. MST inicia experiência de turismo da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira. **MST Minas Gerais**, 27 set. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/27/mst-inicia-experiencia-de-turismo-da-reforma-agraria-na-zona-da-mata-mineira/>. Acesso em: 26 maio 2025.

MARTONI, R. M; ALVES, K. S. As Condições da Classe Trabalhadora em Atividades Características do Turismo: Especificidades e Tendências Socioprodutivas. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 1, p. 211-223, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6020>. Acesso em: 26 maio. 2025.

MELO, T. S. de. **Turismo E(m) Assentamentos De Reforma Agrária: Uma Leitura Dos Anais Do Congresso Brasileiro De Turismo Rural**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Rio Claro, 2012.

MELO, T. S. de; MARQUES, M. L. V. Economia Solidária e Turismo como Luzes para uma Incursão pelos Caminhos da Transformação Social. **Sociedade e Território**, v. 34, n. 2, p. 66–82, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2022v34n2ID30104>. Acesso em: 26 maio de 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 296 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p.

MORAES, E. A. de; ROSA, A. B. de M.; MENDONÇA, T. C. de M.; ANDRADE, T. de L. Turismo de Base Comunitária e Reforma Agrária: aproximações e experiências em Assentamentos Rurais no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. e15209, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/teri.v15i2.82680>. Acesso em: 26 maio. 2025.



PAULA, A. T. de. **Trabalhadores em situação de intensa precariedade**. Montevideo: Rel-Uita, 2018. Disponível em: <http://rel-uita.org/br/trabalhadores-em-situacao-de-intensa-precariedade/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PEIRANO, Mariza Corrêa. **A favor da etnografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008. 93 p.

PORTO, S. B.; FERREIRA, M. V. Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária – Solicred. **Cadernos Gestão Social**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 337, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/323>. Acesso em: 09 out. 2025.

RODRÍGUEZ, M. B. La actividad turística en los espacios del capital. **Revista Iberoamericana de Producción Académica y Gestión Educativa**, v. 3, n. 5, p. 981–997, 2016. Disponível em: <https://www.pag.org.mx/index.php/PAG/article/view/549>. Acesso em: 27 maio 2025.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 148–165, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i2p148-165>. Acesso em: 25 maio 2025.

SILVA, D.; TEIXEIRA, M. Assentamento Dênis Gonçalves: 12 anos de resistência e esperança. **MST Minas Gerais**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/03/25/assentamento-denis-goncalves-12-anos-de-resistencia-e-esperanca/>. Acesso em: 26 maio 2025.

SINGER, P. **Economia solidária**: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOLHA, C. T.; ELESBÃO, I.; SOUZA, M. de (Orgs.). **Turismo rural comunitário como estratégia de desenvolvimento**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2017.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ZANETONI, J. P.; MARIANI, M. A.; ARAÚJO, G.; SANTOS, G. Turismo de base comunitária (TBC) como fonte de renda para assentamentos da agricultura familiar. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 5, n. 1, 2 out. 2021



FUTURO DA CARREIRA EM HOTELARIA: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DA PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA E PSICOSSOCIAL

THE FUTURE OF THE HOSPITALITY CAREER: A THEORETICAL ESSAY FROM A
CONSTRUCTIONIST AND PSYCHOSOCIAL PERSPECTIVE)

EL FUTURO DE LA CARRERA EN HOTELERÍA: UN ENSAYO TEÓRICO DESDE LA
PERSPECTIVA CONSTRUCCIONISTA Y PSICOSOCIAL

60

Wallace Bezerra Farias ¹
Luiz Gonzaga Godoi Trigo ²

Resumo

O setor hoteleiro, marcado por modelos hierárquicos e crescente precarização laboral, enfrenta um aparente desinteresse das novas gerações pela carreira na área. Este ensaio teórico investiga como as perspectivas socioconstrucionistas e psicossociais podem ressignificar a experiência de carreira em hotelaria diante das transformações contemporâneas do trabalho. A partir de uma revisão crítica de teorias como *Life Design* e *Psychology of Working Theory*, articulada com reflexões da prática docente, identificam-se tensões entre a precarização e as trajetórias profissionais. Demonstra-se que a construção narrativa de identidades, a agência dos sujeitos e o sentido do trabalho são fundamentais para explicar a permanência ou o abandono do setor. Propõem-se cinco caminhos teóricos: reconceber a carreira de forma psicossocial e relacional; ampliar o conceito do "trabalhar"; desenvolver intervenções focadas em justiça social; fomentar a coconstrução de narrativas; e reconhecer a subjetividade e as relações sociais como centrais na experiência de carreira. Conclui-se que a lente socioconstrucionista e psicossocial oferece um referencial para orientar práticas formativas e organizacionais mais equitativas, preparando profissionais para a incerteza e para um setor mais justo e sustentável.

Palavras-chaves: Carreira. Hotelaria. Construcionismo. Psicossocial.

1. Introdução

Nas últimas décadas, as relações de trabalho vêm sendo remodeladas por uma lógica de flexibilização que privilegia contratos temporários, terceirizações e escopos de atividade cada vez mais fragmentados, resultando em trajetórias profissionais pautadas pela incerteza e pela instabilidade. No contexto do chamado “novo capitalismo”, conforme assinala Sennett (2012), a carreira linear cede lugar a um processo contínuo de reinvenção, no qual o indivíduo é constantemente exigido a atualizar suas competências e adaptar-se a demandas voláteis de mercado.

Essa naturalização da insegurança converte-se em um traço estrutural do panorama laboral contemporâneo, reivindicando do trabalhador não apenas resiliência, mas também uma

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (PPGTUR- USP) e Professor em Hotelaria pelo Instituto Federal de Brasília. E-mail: wallace.farias@ifb.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9290141515936553>.

² Professor Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. E-mail: trigo@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0322089095908308>.



disposição permanente ao risco como “proletários-de-si-mesmo” (Antunes, 2018; 2021). Por conseguinte, a fragmentação de direitos e a pressão por produtividade elevaram a efemeridade dos vínculos empregatícios, reforçando um ambiente em que a continuidade na carreira depende de constantes mudanças dos contratos sociais e laborais (Antunes; Alves, 2004; Sennett, 2012; Antunes, 2021).

No setor hoteleiro, historicamente marcada por baixos salários, jornadas extensas e elevadas taxas de *turnover* de colaboradores (Asimah, 2018), essa sobrecarga estrutura-se não apenas pela busca de redução de custos, mas também pela expectativa de que o trabalhador assumira múltiplas funções com escassa valorização, perpetuando ciclos de vulnerabilidade e limitando a construção de trajetórias profissionais estáveis e reconhecidas.

Ademais, observa-se atualmente uma aparente diminuição do interesse das novas gerações formação em turismo e hospitalidade (Bucley, et al., 2025), impulsionada, de um lado, pela precarização das condições laborais e, de outro, pela valorização de novos princípios, como a busca por qualidade de vida, autonomia e sentido no trabalho (Walmsley, 2020). Além disso, a automação de funções rotineiras, a concorrência com as plataformas digitais (Lohmman et al., 2022), a gestão baseada em dados e, mais recentemente, a emergência da inteligência artificial alteram radicalmente as competências requeridas para atuação nesse campo (Carlisle, Ivanov & Dijkmans, 2023).

A formulação dos conceitos de carreira contemporânea, antes lineares e agora flexíveis, tem suas origens nas transformações estruturais percebidas no mundo do trabalho a partir da década de 1970, marcadas por um “processo de reestruturação produtiva, a flexibilização das relações laborais e a crescente individualização da trajetória profissional” (Ribeiro, 2023, p. 17). Tais mudanças passaram a demandar dos trabalhadores de turismo não apenas qualificações técnicas, mas também competências sociocognitivas mais amplas, como a capacidade de adaptação, pensamento crítico e atuação ética em contextos complexos e dinâmicos (Trigo, 1992, 1998, 2020).

Para analisar este cenário, este ensaio propõe uma reflexão crítica que articula a experiência docente em Hotelaria com as contribuições teóricas de pesquisadores do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (IPUSP). Inspirado em particular pelos trabalhos de Ribeiro et al. (2023), o texto utiliza a perspectiva do construcionismo social e de teorias como o *life design* (Savickas et al., 2009; Duarte et al., 2010; Ribeiro, Teixeira & Duarte, 2019) e a *psychology of working theory* (Duffy et al., 2016; Pires et al., 2020) como um arcabouço para compreender as dinâmicas do setor.



A partir dessas referências, a pergunta que orienta este ensaio é: como a perspectiva construcionista e psicossocial podem contribuir para compreender e ressignificar a experiência de carreira em hotelaria diante das transformações do trabalho na contemporaneidade? Desta forma, busca-se refletir criticamente sobre os sentidos da carreira em hotelaria para os profissionais da atualidade e do futuro, explorando como essas dinâmicas se entrelaçam para moldar a trajetória destes profissionais, cujas vivências e percepções, advindas da prática docente dos autores, enriquecem a discussão teórica.

2. A carreira como fenômeno contemporâneo: um conceito em construção

Historicamente, a carreira foi compreendida de duas maneiras principais: (a) como um artefato administrativo voltado para a gestão de pessoas nas empresas, a focada nas trajetórias de cargos e funções, conceituada como dimensão objetiva; e como um processo psicossocial voltado à orientação e ao aconselhamento, centrada no desenvolvimento psicológico do indivíduo, chamada de dimensão subjetiva (Hughes, 1937; Dutra, 2017; Ribeiro, 2019, 2021, 2023).

Com as reestruturações produtivas e a crescente flexibilização e individualização da vida a partir dos anos 1970, as teorias e estudos de carreira tiveram que ampliar seus focos e incorporar ambas as dimensões (Antunes & Alves, 2004; Ribeiro, 2021, 2023). Essa transição foi sintetizada pela metáfora "A Carreira está Morta, Longa Vida à Carreira", proposta por Douglas Hall (1996a) no título de seu livro, que indica que o modelo único da carreira organizacional tradicional estava obsoleto e que novos modelos e formas de carreira estavam surgindo (Hall, 1996a, 1996b). Essa necessidade de analisar a carreira em suas dimensões subjetiva e objetiva gerou uma aproximação entre estas diferentes escolas de pensamento (Ribeiro, 2021, 2023).

De acordo com Ribeiro (2014), a realidade, incluindo a carreira, "é formada pelos discursos socialmente compartilhados e construídos sobre a realidade, que lhe atribuem significados, ou seja, haveria somente realidades discursivas e narrativas, não uma realidade objetiva" (p. 91). A carreira, nesta perspectiva, é entendida como um fenômeno relacional, dinâmico e contextual que, sob uma perspectiva teórica crítica e construcionista, privilegia a agência dos sujeitos, suas narrativas e suas estratégias de sentido diante das rupturas e possibilidades do mundo do trabalho contemporâneo.

As "carreiras" (no plural, marcando a pluralidade e a heterogeneidade) seriam, pois, a resultante das relações cotidianas e do compartilhamento de práticas e discursos, os quais levam à coconstrução de projetos de vida de trabalho (práticas discursivas) e das respectivas trajetórias



de vida de trabalho (narrativas). As teorias de carreira contemporâneas, como o *life design* e a TPT (Teoria da Psicologia do Trabalho), ambas inspiradas pela perspectiva construcionista, oferecem compreensões aprofundadas sobre a flexibilização das carreiras e a individualização das trajetórias profissionais (Ribeiro, 2023).

Dessa maneira, o *life design* (Savickas et al., 2009; Duarte et al., 2010; Ribeiro, Teixeira & Duarte, 2019) postula que a construção da vida e da carreira é um processo contínuo e adaptativo, no qual os indivíduos são vistos como sujeitos ativos de suas próprias histórias, enfatizando a criação de narrativas pessoais coerentes, que integram o passado, o presente e as aspirações futuras, transformando experiências de vida em um projeto reflexivo. Além disso, concentra-se na capacidade de as pessoas atribuírem sentido e coerência às suas trajetórias, mesmo diante de mudanças, e envolve a coconstrução biográfica de uma identidade em relação com o mundo social e do trabalho (Duarte et al., 2010; Ribeiro et al., 2019; Ribeiro, 2023).

Por sua vez, a Teoria da Psicologia do Trabalho (TPT), vai além do conceito tradicional de "trabalho" (substantivo), focando no "trabalhar" (verbo), entendendo-o como uma ação inerentemente relacional e um processo dinâmico (Duffy et al., 2016; Pires et al., 2020). Esta abordagem considera a capacidade de gerar trabalho decente como central para a carreira, englobando fatores preditores como atores preditores, restrições econômicas, marginalização, volição do trabalho e adaptabilidade de carreira, assim as necessidades humanas básicas de sobrevivência, conexão social e autodeterminação (Ribeiro, 2021). A TPT é particularmente relevante para analisar as experiências de trabalho em contextos vulneráveis e instáveis, onde a busca por sentido e dignidade no trabalhar se torna um pilar fundamental da existência (Ribeiro, 2023).

Considerando as implicações desse cenário que compõem o "novo capitalismo" e das transformações visão de carreira, autores como Sennett (2012) e Antunes (2018, 2021) oferecem um arcabouço para compreender essas novas dinâmicas do mundo do trabalho, na qual a capacidade de mudar e a flexibilização constantes tornaram-se uma máxima, mais valorizadas do que a segurança do emprego e o compromisso institucional. Essa flexibilidade, embora construtiva de uma economia dinâmica, pode comprometer o senso de objetivo, a integridade e a confiança mútua dos trabalhadores, gerando um ambiente de instabilidade e insegurança.

Essa lógica de constante adaptabilidade, associada à racionalidade econômica que privilegia o lucro em detrimento da vida dos trabalhadores, tem contribuído para o enfraquecimento dos empregos formais e para a expansão de formas laborais desprovidas de



garantias e proteção social (Antunes & Alves, 2004; Sennett, 2012; Antunes, 2021). A precarização atinge de maneira especialmente intensa os grupos historicamente vulnerabilizados (como mulheres, pessoas negras, imigrantes, entre outros), que são frequentemente empurrados para ocupações informais e de baixa qualidade, muitas vezes sustentadas por redes de apoio informais em vez do suporte estatal (Antunes, 2021).

Diante desse cenário, tornam-se obsoletas as concepções tradicionais de carreira, baseadas em linearidade e ascensão, demandando uma abordagem mais ampla e sensível à questões como as desigualdades, à diversidade das experiências laborais e à busca por justiça social e dignidade no trabalho.

3. Futuro e carreira em Hotelaria sob a perspectiva teórica construcionista

A partir da vivência docente dos autores em cursos técnicos e superiores de Turismo e Hotelaria, é possível tecer reflexões sobre os desafios e expectativas profissionais dos jovens. Tais percepções, de caráter vivencial, embora não resultem de pesquisa empírica formal, subsidiam a problematização teórica proposta neste ensaio nos parágrafos a seguir.

Observa-se que, apesar de muitos egressos se mostrarem dispostos a assumir responsabilidades, é comum que enfrentem processos de superexploração, com demandas que excedem suas funções. Esse cenário, somado às longas rotinas de trabalho, parece contribuir para um esgotamento físico e mental que leva a um desestímulo generalizado.

Ainda assim, é importante ponderar que a narrativa da precarização não é monolítica, e diversos egressos encontram realização profissional, especialmente por meio da inovação, do empreendedorismo ou ao redirecionar suas trajetórias de maneira autônoma. Em contextos mais dinâmicos, como em redes hoteleiras estruturadas ou empreendimentos de luxo, há registros de carreiras ascendentes, demonstrando que as possibilidades não são de todo restritas. Outro fenômeno relevante é o ingresso de estudantes nos cursos sem um pleno interesse prévio, sendo comum o uso da expressão "caindo de paraquedas". Isso sugere que a aleatoriedade ainda prevalece nas escolhas de carreira na área, o que leva alguns a se identificarem e construírem trajetórias promissoras, enquanto outros se frustram com o mercado e abandonam o setor.

Esse contexto evidencia um fenômeno amplamente discutido na literatura crítica sobre a precarização do trabalho, compreendida como parte de um processo de reorganização do capitalismo contemporâneo, no qual a flexibilização das relações laborais e a desregulamentação dos direitos sociais se tornaram estratégias centrais para a competitividade econômica (Antunes & Alves, 2004; Sennett, 2012; Antunes, 2021). Essa nova configuração



de valorização da adaptabilidade em detrimento da estabilidade, acaba por aprofundar a questão da precarização ao não representar uma deterioração pontual, mas sim uma nova forma de regulação social que atinge com maior intensidade os trabalhadores mais vulnerabilizados (Antunes, 2021).

Tal lógica, fundamentada em uma racionalidade econômica que privilegia o lucro acima do bem-estar dos trabalhadores, contribui para o enfraquecimento dos empregos formais e para a expansão de formas laborais desprovidas de garantias, acentuando desigualdades (Antunes, 2021). Ao projetar tais tendências sobre a hotelaria, a precarização se manifesta em longas jornadas, alta rotatividade e sobrecarga emocional (Asimah, 2018), impactando diretamente a construção das trajetórias de carreira e exigindo dos jovens a redefinição de suas estratégias profissionais e a reinvenção contínua (Trigo, 1998).

Deve-se, no entanto, considerar a heterogeneidade do setor hoteleiro e seu reflexo nas oportunidades. A qualidade das experiências profissionais depende de fatores como o porte do empreendimento, o modelo de gestão e o contexto regional. Apesar da diversificação e da automação, a estrutura ainda se sustenta em padrões tradicionais e hierarquizados, o que pode entrar em choque com os perfis das novas gerações, cujos valores se distanciam do modelo convencional de carreira (Walmsley et al., 2020), refletindo-se no possível (des)interesse de ingresso nos cursos superiores da área (Buckley et al., 2025).

Ao aplicar a lente construcionista a esse contexto, a carreira em hotelaria não pode ser reduzida a um plano linear. Trata-se, neste olhar, de um processo psicossocial e relacional, marcado pela forma como os indivíduos atribuem sentido à sua experiência laboral, negociando com os limites e possibilidades do ambiente. É neste aspecto que Trigo (1998, 2020) enfatiza que a atuação profissional na área exige uma formação sólida, transdisciplinar e humanista, aliada à capacidade de lidar com a instabilidade do mundo contemporâneo.

As perspectivas construcionistas argumentam que as trajetórias de carreira não são restritas a escolhas individuais ou planos rígidos, mas são coconstruídas através das relações e dos discursos sociais (Blustein, 2011). Na hotelaria, isso significa que as carreiras são moldadas não apenas por estruturas de RH, mas também por narrativas sociais (como a percepção de baixos salários), interações e pela habilidade dos indivíduos de negociar e atribuir significado às suas experiências. Nesse cenário, a importação acrítica de teorias e práticas sem a devida contextualização pode, inclusive, acentuar a injustiça social, pois a construção da identidade profissional é um processo contínuo e interativo, influenciado pelos contextos históricos e sociais (Ribeiro, 2021).



Essa dualidade entre precarização e oportunidades de carreira é um reflexo direto das desigualdades estruturais que influenciam as trajetórias. Nesse sentido, teorias como a TPT (Duffy et al., 2016; Pires et al., 2020) e o *Life Design* (Savickas et al., 2009; Ribeiro et al., 2019) são fundamentais para compreender como os sujeitos constroem seus percursos em contextos de incerteza, enfatizando a atribuição de sentido ao “trabalhar” e reconhecendo a carreira como coconstruída em relação com discursos sociais, condições materiais e histórias de vida.

Diante disso, propõem-se alguns caminhos teóricos para uma compreensão mais crítica do futuro da carreira em hotelaria sob a ótica construcionista: (a) reconceber o conceito de carreira, superando a visão tradicional e incorporando as dimensões psicossocial e relacional; (b) considerar o “trabalhar” em hotelaria em seu sentido amplo, compreendendo os significados atribuídos pelos sujeitos; (c) desenvolver intervenções educacionais e de carreira contextualizadas frente à precarização, promovendo a justiça social; (d) incentivar a coconstrução de narrativas de carreira, auxiliando os trabalhadores a atribuir sentido às suas trajetórias; e (e) reconhecer que a subjetividade, a identidade e as relações sociais são elementos centrais da experiência de carreira.

4. Considerações finais

A discussão sobre o futuro da carreira em um setor específico como a hotelaria exige uma compreensão profunda das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e das diversas formas como as carreiras são (co)construídas pelos indivíduos em seus contextos socioculturais e econômicos. O setor hoteleiro, tradicionalmente estruturado por modelos hierárquicos rígidos e dinâmicas operacionais padronizadas, é cada vez mais tensionado por processos de reestruturação dos modelos de gestão, aceleração tecnológica e mutações no próprio papel que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos, especialmente daqueles mais jovens.

O presente ensaio evidenciou como a perspectiva socioconstrucionista, combinada com um enfoque psicossocial, redefine a compreensão das carreiras em hotelaria ao considerar o sujeito como construtor ativo de narrativas profissionais imbricadas em contextos históricos, institucionais e tecnológicos. Além disso, a incorporação de percepções advindas da experiência docente enriqueceu o debate teórico, ao fornecer exemplos que destacam as complexas relações entre as expectativas formativas, as exigências laborais e os projetos de vida.

A profissionalização em hotelaria, portanto, deve transcender a formação técnica pontual, exigindo uma educação permanente e dinâmica, capaz de preparar e qualificar



profissionais para um ambiente de transformações cada vez mais aceleradas. A colaboração entre a academia e o mercado, torna-se fundamental para o aperfeiçoamento da formação dos futuros profissionais, mais humanística e focada no desenvolvimento de habilidades como pensar, expressar-se e tomar decisões, reconhecendo a prevalência de si próprios como seres humanos em detrimento do capital ou da tecnologia.

Em resposta a precarização do trabalho e à constante incerteza, enfatiza-se a necessidade de equilíbrio emocional e maturidade existencial para os profissionais de hotelaria, preparando-os para as diversas situações, aproveitando oportunidades e minimizando danos do imprevisto. Assim, o futuro da carreira em hotelaria, sob uma ótica construcionista e psicossocial, exige uma formação sólida, profunda e permanente, aliada à ética, à seriedade profissional e à capacidade de adaptação resiliente frente às contínuas (re)definições de mundo e trabalho.

No plano da investigação futura, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem egressos de diferentes níveis formativos, de modo a mapear fatores que influenciam tanto o sucesso quanto o abandono na carreira. Sugere-se também o debate e o aprimoramento dos conceitos e discussões introduzidos neste ensaio, de modo a contribuir com o desenvolvimento crítico da pesquisa científica em Turismo e Hotelaria.

Em síntese, este ensaio reafirma a importância de uma abordagem que articule análise estrutural e perspectiva subjetiva para a compreensão das carreiras em hotelaria. A lente socioconstrucionista, ao destacar a dimensão relacional e processual do trabalho, oferece um referencial capaz de orientar práticas educacionais e organizacionais mais equitativas, éticas e sustentáveis, promovendo trajetórias profissionais que reconheçam a diversidade de experiências e contribuam para a construção de um setor hoteleiro mais justo e humano.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Antunes, R. (2021). O trabalho no capitalismo pandêmico: Para onde vamos? In A. Lole, A. C. G. Machado, C. M. Viegas, & L. Amaral (Eds.), *Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia* (pp. 13–25). Mórula.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335–351. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>



Asimah, V. K. (2018). Factors that influence labour turnover intentions in the hospitality industry in Ghana. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 7(1).

<https://www.ajhtl.com/2018.html>

68

Blustein, D. L. (2011). A relational theory of working. *Journal of Vocational Behavior*, 79(1), 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2010.10.004>

Buckley, R., Kozak, M., Wen, J., & Cooper, M. (2025). Revitalizing tourism research. *Annals of Tourism Research*, 112(1), 103946. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2025.103946>

Carlisle, S., Ivanov, S., & Dijkmans, C. (2023). The digital skills divide: Evidence from the European tourism industry. *Journal of Tourism Futures*, 9(2), 240–266.

<https://doi.org/10.1108/JTF-07-2020-0114>

Duarte, M. E., Lassance, M. C. P., Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J.-P., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R., & van Vianen, A. E. M. (2010). A construção da vida: Um novo paradigma para entender a carreira no século XXI. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 392–406.

Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Austin, K. L. (2016). The Psychology of Working Theory. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 127–148.

<https://doi.org/10.1037/cou0000140>

Dutra, J. S. (2017). *Gestão de carreiras: A pessoa, a organização e as oportunidades* (2nd ed.). GEN Atlas.

Hall, D. T. (1996a). *The career is dead—long live the career: A relational approach to careers*. Jossey-Bass.

Hall, D. T. (1996b). Protean careers of the 21st century. *Academy of Management Executive*, 10(4), 8–16. <https://doi.org/10.5465/ame.1996.3145315>

Hughes, E. C. (1937). Institutional office and the person. *American Journal of Sociology*, 43(3), 404–413.

Lohmann, G., Lobo, H. A. S., Trigo, L. G. G., Valduga, V., Castro, R., Coelho, M. de F., Cyrillo, M. W., Dalonso, Y., Gimenes-Minasse, M. H., Gosling, M. de S., Lanzarini, R., Leal, S. R., Marques, O., Mayer, V. F., Moreira, J. C., Moraes, L. A. de, Panosso Netto, A., Perinotto, A. R. C., Queiroz Neto, A., ... Uvinha, R. R. (2022). O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, 2456. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2456>

Pires, F. M., Ribeiro, M. A., & Andrade, A. L. (2020). Teoria da Psicologia do Trabalho: Uma perspectiva inclusiva para orientação de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 21(2), 203–214. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2020v21n207>

Ribeiro, M. A. (2014). *Carreiras: Novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Juruá.



Ribeiro, M. A. (2019). O paradigma Life Design: Teoria, investigação e intervenção. In M. A. Ribeiro, M. A. P. Teixeira, & M. E. Duarte (Eds.), *Life Design: Um paradigma contemporâneo em orientação profissional e de carreira* (pp. 49–66). Vetor.

Ribeiro, M. A. (2021). Carreira: Panorama dos principais enfoques teóricos. In L. C. Oliveira-Silva & E. B. D. Campos (Eds.), *Psicologia da carreira: Fundamentos e perspectivas da psicologia organizacional e do trabalho* (pp. 13–34). Vetor.

Ribeiro, M. A., Knabem, A., Almeida, M. C., Greve, M. S., & Figueiredo, P. M. (2023). *Articulando a orientação profissional e de carreira e a psicologia organizacional e do trabalho: Estudos construcionistas sobre trabalhar, construções identitárias do trabalhar e carreiras*. CRV; IPUSP.

Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J. P., Duarte, M. E., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R., & van Vianen, A. E. M. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, 75(3), 239–250.
<https://doi.org/10.1016/j.jvb.2009.04.004>

Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter: O desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Bestbolso.

Trigo, L. G. G. (1992). A formação profissional em lazer e turismo nas sociedades pós-industriais. *Comunicarte*, 10(16/17).

Trigo, L. G. G. (1998). *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Papirus.

Trigo, L. G. G. (2020). Viagens e turismo: Dos cenários imaginados às realidades disruptivas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(3), 1–13.
<https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.2107>

Walmsley, A., Cripps, K., & Hine, C. (2020). Generation Z and Hospitality Careers. *Hospitality & Society*, 10(2), 173–195. https://doi.org/10.1386/hosp_00019_1



A REALIDADE POR TRÁS DOS PANOS: O TRABALHO DAS COSTUREIRAS DE FANTASIAS DE CARNAVAL¹

THE REALITY BEHIND THE CURTAINS: THE WORK OF CARNIVAL COSTUME SEAMSTRESSES

LA REALIDAD DETRÁS DEL TELÓN: EL TRABAJO DE LAS COSTURERAS DE DISFRACES DE CARNAVAL

70

*Angela Teberga de Paula*²

*Caroline Bahniuk*³

*Edilene Vilas Bôas Benevides Corrêa*⁴

Resumo

Neste artigo, buscamos compreender a precariedade do trabalho no carnaval do Rio de Janeiro, que envolve números grandiosos na quantidade de turistas, na receita gerada, na geração de emprego formal e postos de trabalho informal. Mais especificamente, buscamos analisar e dar visibilidade às condições precárias de trabalho em que estão submetidas as costureiras de fantasias de escolas de samba. Trata-se de um recorte de pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, entre 2023 e 2024. Para tanto, foram realizadas entrevistas com três costureiras, além da observação do ambiente de trabalho e contexto de vida dessas trabalhadoras. A pesquisa apresenta como resultado a presença de marcadores da precarização das condições de trabalho das costureiras, como longas jornadas e informalidade, bem como ambientes inóspitos para a realização de suas atividades.

Palavras-chaves: Trabalho. Trabalhadoras. Costureiras. Carnaval.

1. Introdução

No dia 12 de fevereiro de 2025, há pouco menos de quinze dias para o carnaval daquele ano, acordamos com a notícia de um incêndio de grande proporção em uma fábrica têxtil que produzia fantasias de carnaval para escolas de samba de segunda categoria do Rio de Janeiro. O incêndio atingiu trabalhadores que chegavam ao local e outros que dormiam no prédio, ao total vinte ficaram feridos e um veio a óbito dias depois da tragédia. Infelizmente, esse não é um caso único, ao longo dos últimos anos são recorrentes esses episódios. E, apesar de haver certa comoção momentânea em razão da perda das fantasias e/ou alegorias do desfile, pouco se fala sobre os trabalhadores que produzem as condições para que a festa se realize.

O Carnaval carioca é um dos principais e maiores eventos do mundo. Em 2025 registrou 8 mi de turistas e receita de R\$ 5 bi, 98,5% dos leitos ocupados e os desfiles no Sambódromo

¹ Este artigo foi publicado originalmente, em uma versão resumida, nos Anais do II Seminário Internacional “A Economia Política do Turismo” (II ECOPLTUR), realizado entre 16 e 21 de agosto de 2025, na Universidade Federal do Pará (UFPA), no município de Belém-PA.

² Universidade de Brasília – angela.teberga@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104>

³ Universidade de Brasília – carolbani@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/126153900022236>

⁴ Universidade de Brasília - edilenevilasboas98@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5091329850784036>



tiveram um público de 500 mil pessoas. (Riotur). De acordo com pesquisa Sebrae (2010), o setor de eventos atua com altas taxas de informalidade e terceirização de mão de obra. Os trabalhadores do turismo, de um modo geral, atuam à margem do mercado formal e sujeitos à precarização (Antunes, 2018). As costureiras de fantasias do carnaval são invisíveis, trabalham na informalidade e por longas jornadas sem direitos básicos garantidos.

Sabemos que o setor de eventos atua majoritariamente por meio de contratos informais, terceirizados e/ou intermitentes, resultando em um conjunto de trabalhadores à margem do mercado formal de trabalho e sujeito à precarização de sua força de trabalho. Por trás do exuberante espetáculo do Carnaval Carioca, as condições de trabalho das costureiras que confeccionam as fantasias estão muito longe da importância social deste acontecimento e dos benefícios econômicos previstos para o Brasil.

A partir desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as condições de trabalho em que estão submetidas as costureiras de fantasias de escolas de samba. O objeto da pesquisa é as condições de trabalho das costureiras de fantasias do carnaval carioca. As perguntas norteadoras são: Quais são as condições de trabalho das costureiras de fantasias do Carnaval carioca? Quais os fatores que influenciam na manutenção das condições precárias do trabalho das costureiras do carnaval carioca?

2. Metodologia

A Pesquisa se deu de forma qualitativa, em duas etapas. A primeira etapa se deu por meio da análise dos dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Data Sebrae, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A segunda etapa consiste na revisão de literatura, realização de entrevistas semiestruturadas e terá como objeto a trajetória de vida das costureiras entrevistadas bem como a observação do espaço e contextos destas profissionais, por parte da pesquisadora. A escolha das entrevistadas seguiu a técnica da amostra por conveniência, em que o pesquisador seleciona os sujeitos a que tem acesso admitindo que estes possam representar o universo a ser estudado (Gil, 1999, p. 104) os contatos iniciais foram realizados via telefone e *WhatsApp* com uma cooperativa de costureiras de fantasias da escola de samba Mangueira e posteriormente de forma presencial para a realização das entrevistas na cidade do Rio de Janeiro.



As entrevistas semiestruturadas tiveram por objetivo ouvir os relatos da trajetória de vida das costureiras e fazer um recorte no que concerne às atividades laborais e foram analisadas com a metodologia de análise do conteúdo (Bardin, 2011).

72

De acordo com Aquino (2014), a tentativa de "dar voz" aos trabalhadores sobre sua realidade e das atividades que exercem configura a metodologia qualitativa. A aproximação da sua realidade social possibilita uma análise subjetiva em seus espaços.

3. Etapas da Metodologia

A primeira etapa consistiu em levantamento de dados nos *sites* e plataformas citados acima e pesquisa de artigos acadêmicos sobre as temáticas trabalho em eventos, precarização em eventos e trabalho de costureiras no carnaval do Rio de Janeiro. Com a organização do material foram realizadas leituras de artigos, livros, notícias e entrevistas. Em seguida foi elaborado roteiro de entrevista e termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para a realização das entrevistas. As entrevistas com as costureiras foram agendadas com o auxílio de uma gestora de projetos culturais do Rio de Janeiro que atua com costureiras de fantasias da escola de samba Mangueira. Após o agendamento das entrevistas, a pesquisadora foi para o Rio de Janeiro e encontrou as profissionais em um barracão no cais do porto, sendo realizadas 2 entrevistas neste local. A terceira entrevista se deu pelo aplicativo *WhatsApp* por comodidade da entrevistada.

As entrevistadas foram esclarecidas quanto ao disposto no TCLE e todas autorizaram o uso das informações. As autorizações ficaram gravadas no início das entrevistas. Durante o processo das entrevistas a pesquisadora observou os espaços de trabalho bem como as conexões entre as falas e a realidade verificada. A pesquisadora fez fotos e vídeos dos espaços e de duas das entrevistas.

Posteriormente os dados foram sistematizados com auxílio do software Excel sendo feita a interpretação dos dados. O relatório da pesquisa científica foi apresentado na Semana Universitária da UnB em novembro de 2024.

4. Referencial Teórico

O referencial teórico foi organizado em tópicos que se referem aos principais conceitos e teorias acionados para fundamentar o artigo.

Segundo Mislene e Cunha (2022), a produção no capitalismo estabelece a segregação entre o conhecimento criativo e o conhecimento técnico. O artesão passa a vender não mais o seu produto, mas a sua força de trabalho, recebendo um salário por este e, geralmente,



executando apenas uma parte do processo de produção. Nesta situação, podemos identificar a costureira e o seu trabalho. Com o avanço tecnológico, as ferramentas são substituídas pelas máquinas e o processo produtivo deixa de ser artesanal e passa a ser fabril, o que possibilita a larga produção das mercadorias.

Desde o princípio do capitalismo até os dias de hoje, os capitalistas buscam a lucratividade máxima, ainda que para isso precisem baratear o custo com a força de trabalho. É a exploração do trabalho que garante o mais-valor para o capitalista, daí a necessidade de “forçar” a redução e a perda de direitos trabalhistas, além da garantia de um contingente cada vez maior de desempregados ou subempregados. A precarização das relações trabalhistas sustenta o *status quo* do capital, que é amparado pelo discurso de “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital” (Netto; Braz, 2021, p. 41).

Para Hall (1992, p. 59), os megaeventos “apresentam grandiosidade em termos de público, mercado-alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da comunidade anfitriã”. Além disso, os megaeventos constituem “práticas de ócio e negócio” em escala internacional, sendo “um dos primeiros sinais da mundialização da sociedade moderna e mais recentemente um dos principais sintomas da globalização” (Paiva, 2015, p. 480). O autor ressalta ainda que por envolver várias dimensões como economia, política, cultura, ideologias, estes apresentam uma complexidade social, com reflexos significativos na produção e consumo do espaço urbano.

Na década de 1920, as escolas surgiram como agremiações carnavalescas, sendo os famosos cordões ou blocos e os desfiles festivos o centro articulador da formação das escolas de samba no Rio de Janeiro. Com o surgimento das escolas, no início dos anos 30, o desfile já se configurava uma competição que definiria uma forma artística própria. Ao longo do século XX, o desfile propiciou à cidade um canal de expressão e mediação de processos sociológicos importantes, tais como a expansão da cidade rumo aos subúrbios e à periferia, a expansão das camadas médias e populares e sua interação, além da importância crescente do jogo do bicho junto às camadas populares (Cavalcanti, 2002).

No carnaval, há uma “troca de papéis”, os excluídos surgem no meio da cena como nobres. Alguns exemplos são: o mestre sala e a porta bandeira que desfilam como os reis do cortejo, a bateria que é a grande orquestra e as assistas as princesas do festejo. É no desfile que a escola conta, através do seu samba de enredo e sua evolução, uma história com temática,



heróis, vilões, reis, princesas e alguns finais felizes, culminando no cortejo que é a plenitude do rito e envolve toda a comunidade da escola (Cavalcanti, 2002). O desfile na Marquês de Sapucaí, mais conhecida como Sambódromo do Rio de Janeiro, é o grande palco das ilusões.

Convém notar que essa “grande fantasia” repercute, ano após ano, na movimentação de cifras gigantescas.

A história da costura está alinhavada à história da sociedade, com suas mudanças tecnológicas, culturais, econômicas e políticas. A costura é tão antiga quanto à civilização humana, seus produtos se conectam às nossas vidas como uma segunda pele. A partir da primeira Revolução Industrial (1760-1850), a mecanização da costura passa a gerar uma produção em larga escala, de maneira que as mulheres perdem sua renda como costureiras artesanais e migram para as fábricas da indústria têxtil, com salários insuficientes e jornadas acima de 14 horas diárias. Após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se grande expansão do processo produtivo têxtil, através da confecção de roupas *prêt-à-porter* (pronto para vestir), com moldes e tamanhos padronizados, o que gera uma profunda intensificação da exploração do trabalho (Costa, 2024), apesar de certa democratização do acesso do mercado consumidor.

Historicamente, a produção têxtil (artesanal ou fabril) foi atribuída às mulheres. De acordo com Maleronka (2007), as alternativas de subsistência, no início do século XIX, eram bastante restritas para as mulheres e, juntamente com a pobreza, empurravam as meninas, desde a infância, para a costura, que fazia parte de um grupo de afazeres ligados ao cotidiano doméstico. Bordin (2019) ressalta que a costureira aparece sempre de forma superficial e pouco ou nada valorizada nos estudos sobre o ofício, geralmente uma categoria com baixa escolaridade e baixos salários.

Na plataforma Data Sebrae (2021), estão registrados 12.425 empregados formais na indústria de transformação ligada à costura com cinco atividades de confecção de peças de vestuário e afins, na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. A renda média destes empregados é de R\$ 2.235,00, sendo 77% do sexo feminino e 70% de etnias negras ou indígenas.

A profissão de costureira, embora reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ainda não é regulamentada. O Projeto de Lei nº 7806/2014, que propõe a regulamentação da profissão de costureira, ainda não foi aprovado.

5. Resultados e discussão

Foram realizadas três entrevistas com costureiras que trabalham para o carnaval do Rio de Janeiro. Na realização das entrevistas, pudemos perceber a vontade das trabalhadoras da



costura de contar suas histórias mesclada com o receio de serem identificadas. Por isso, as entrevistadas foram identificadas com os nomes fictícios: Maria, Ana e Selma, para proteger seu anonimato.

Alguns pontos merecem atenção para uma compreensão das realidades dessas trabalhadoras. Resumimos e organizamos suas respostas em três blocos de análise: 1) Perfil das entrevistadas; 2) Condições de trabalho (contrato e jornadas) e 3) Saúde e segurança no trabalho.

Em relação ao **perfil das entrevistadas**, todas as entrevistadas são mulheres, acima dos 38 anos. Chama a atenção o fato de uma delas ter 69 anos de idade e ter mais de 53 anos de ofício, o que significa dizer que trabalha desde os 16 anos de idade. A escolaridade é variada: a entrevistada Maria cursou Ensino Médio; Ana cursou o Ensino Fundamental e Selma, o Ensino Superior. Declaram ter iniciado na costura com o objetivo de complementar renda ou por desemprego na área de formação. Afirmam gostar do carnaval e que possuem em seu imaginário a magia da festa, além de sentir orgulho de verem suas peças sendo utilizadas nos desfiles.

A respeito das **condições de trabalho**, verificamos que as jornadas de trabalho das entrevistadas chegam a ultrapassar as 12 horas diárias, sem remuneração extra e são definidas pela líder da equipe, inclusive a pausa para o almoço. É comum trabalharem nos finais de semana, pois recebem por peça/produto realizado e precisam cumprir as metas de produção. A entrevistada Ana sente orgulho de ser reconhecida como “motorista de fuga”, pela agilidade com que desempenha suas atividades, chegando a fechar 800 camisetas em um dia, ou seja, uma a cada um minuto e trinta e cinco segundos.

De acordo com Cavalcanti (1994), nos “barracões” (grande galpão onde são produzidas as fantasias, os adereços e as alegorias das escolas de samba) há uma predominância da informalidade nas relações de trabalho, sem cumprimento dos direitos básicos e com acordos “de boca”, sendo a atividade da costura tratada como uma atividade de menor importância. De um modo geral, as equipes são contratadas por empreitadas, prevalecendo o contrato com a chefe da equipe, geralmente um Microempreendedor Individual (MEI), que leva sua equipe para o barracão para a confecção das fantasias. A contratação é tácita, não havendo nenhum instrumento de proteção aos direitos e garantia de remuneração pelos serviços prestados.

Em relação à **saúde e segurança no trabalho**, todas as entrevistadas realizam esforços repetitivos e permanecem muitas horas sentadas executando os mesmos movimentos. Ao mesmo tempo, revelam pouca possibilidade de criação, pois recebem os protótipos que



precisam ser feitos à risca conforme definido pelo carnavalesco. Indicam alta carga de pressão e estresse emocional conforme se aproxima a data dos desfiles e as entregas dos produtos. As entrevistadas dizem não realizarem pausas de descanso e/ou os exercícios para prevenção de Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT) e Lesão por Esforço Repetitivo (LER). Elas também declaram ter ou ter tido problemas de saúde relacionados ao ofício: dores osteomusculares, problemas de visão, labirintite e cistite.

Segundo Pereira e Heinski (2021), devido à especificidade das tarefas do ramo têxtil quanto à repetitividade e velocidade de produção, são comuns os sintomas de desconforto físico e dores contínuas, como DORT e LER, diminuindo a produtividade do trabalhador e gerando insatisfação. As principais queixas são os problemas osteomusculares, que geram além das dores altos níveis de estresse com impacto na saúde mental.

Durante as visitas aos locais de trabalho, observou-se: desconforto térmico com temperatura de 40° C e sem ventilação, grande acúmulo de resíduos como pó de serra, isopor, poeira, acetatos, fuligem, além dos cheiros fortes de cola, solvente, tintas e sprays, mobiliário sem ergonomia, ruído constante de máquinas e equipamentos. Observou-se que a água do bebedouro estava quente, havia um único banheiro para mais de 50 trabalhadores e não existia um espaço destinado para as refeições e pausas na jornada.

Apesar das condições desfavoráveis apresentadas acima, o retorno ao mesmo trabalho, ano após ano, demonstra aquilo que é comum no capitalismo: a impossibilidade de escolha. Como o trabalhador detém apenas sua força de trabalho para vender, há uma dependência real do trabalhador ao trabalho como única estratégia de subsistência, tal como exemplificada na fala da entrevistada Ana: “Fazer o quê, né? Se a gente não fizer carnaval vai fazer o quê? Vamos ficar sem trabalho? [...] E lá íamos nós para mais um carnaval...”.

Ao ser perguntada sobre o reconhecimento de seu trabalho, a entrevistada Selma declarou que não percebe nenhum reconhecimento e que se sentem totalmente substituíveis, “quando morre alguém é só cobrir com saco preto e colocar outra no lugar”. Essa declaração nos remete ao incêndio relatado na introdução do artigo.

6. Considerações finais

A pesquisa possibilitou conhecer melhor as nuances do trabalho das costureiras no carnaval carioca e a precariedade que permeia a atividade e a rotina dessas trabalhadoras, além de desmascarar a romantização do universo da fantasia deste grande espetáculo. Outro ponto refere-se à questão da informalidade, que leva à ausência de dados sobre o setor, dificultando o



acesso a informações sistematizadas que possibilitem uma análise mais adequada e fidedigna da realidade das costureiras do carnaval carioca.

Podemos identificar, na literatura e em campo, marcadores da precariedade do trabalho e uma insatisfação por parte das costureiras com suas condições de trabalho de modo geral: baixa remuneração, desvalorização da atividade, longas jornadas de trabalho, informalidade e ambiente insalubre. Isso demonstra, infelizmente, que o incêndio na fábrica de produção de fantasias no mês de fevereiro de 2025, que deixou vinte feridos e vitimou um trabalhador dias depois, não foi por acaso. Oxalá que o "amanhã", assim como questionado no samba, seja de mais dignidade para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

AQUINO, C. A. B. de. (2014). *Contribuições da análise sociológica do discurso às pesquisas no campo do trabalho*. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. dos. (orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho*. Bauru: Canal 6.

BARDIN, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BORDIN, E. Z. (2019). *Ofício Costureira: Um estudo sobre educação e as posições ocupadas no mercado de trabalho da confecção de vestuário na região metropolitana de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/193385>.

CAGED. Ministério do Trabalho e Previdência. Recuperado de <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>

CAVALCANTI, M. L. V. C. (1996). *Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Funart/UFRJ.

CAVALCANTI, M. L. V. C. (2002). *Os sentidos no espetáculo*. Rev. Antropol., v. 45, n. 1. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0034-77012002000100002>.

COSTA, F. (2024). *A história da costura e a civilização*. Salvador (BA). Recuperado de https://arqbahia.com.br/2024/03/14/a-historia-da-costura-e-a-civilizacao/escola/resumos-de-historia/#google_vignette

DATA SEBRAE - *Indicadores 2024: Empregados*. Recuperado de <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empregados>

FARIAS, E. (2015). *O saber carnavalesco: criação, ilusão e tradição no carnaval carioca*. Sociol. Antropol., v. 5, n. 1. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2238-38752015v519>



HALL, C. (1992). *Hallmark Tourist Events: impacts, management and planning*. Londres: Belhaven.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024) *Relatório PNAD: Amostra de domicílios – Séries históricas*. (IBGE). Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=series-historicas>

MALERONKA, W. (2007). *Fazer roupa virou moda. Um figurino de ocupação da mulher*. São Paulo: Estação das letras e cores.

Ministério do Trabalho e Previdência. (2024). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ano-base 2024 - Estatísticas*. Recuperado de <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>

Ministério do Trabalho e Previdência. (2024, julho). *CAGED - Estatística: Junho de 2024. Governo Federal*. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/caged>

MISLENE, R.; CUNHA, D. M. (2022). *Ofício de costureira: desvelando normas, saberes e valores*. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos, v. 3, n. 18. Recuperado de <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/39144/26124>

NETTO J. P.; BRAZ M. (2012). *Economia Política: Uma introdução crítica*. Biblioteca Básica de Serviço Social - USP - 5. ed. São Paulo. Cortez Editora.

O GLOBO. *Rio teve 8 milhões de foliões e movimentou R\$ 5 bilhões em 2024: 'fomos o maior carnaval de rua do Brasil'*. Maria Guimarães, 21/02/2024. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/noticia/2024/02/21/rio-teve-8-milhoes-de-foliones-e-movimentou-r-5-bilhoes-em-2024-fomos-o-maior-carnaval-de-rua-do-brasil.ghtml>

PAIVA, R.A. (2015). *Eventos e megaeventos: ócio e negócio no turismo*. Revista brasileira de pesquisa em turismo. São Paulo, n. 9, v. 3, pp 479-499, set-dez. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.890>

PEREIRA, J. G. HEINSKI, R. M M. (2021). *O impacto das doenças DORT/LER na saúde ocupacional do profissional de costura do ramo têxtil*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 10, n. 6, p. 84-101. Recuperado de <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/costura-do-ramo>

SIMAS, L. A.; MUSSA, A. (2023). *Samba de Enredo: História e arte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



ENTRE O LUCRO E A DIGNIDADE HUMANA: TRABALHO, CAPITAL E OS ODS NO TURISMO DE OURO PRETO

BETWEEN PROFIT AND HUMAN DIGNITY: LABOR, CAPITAL, AND THE SDGS IN OURO
PRETO'S TOURISM

ENTRE EL LUCRO Y LA DIGNIDAD HUMANA: TRABAJO, CAPITAL Y LOS ODS EN EL
TURISMO DE OURO PRETO

79

Carlos Henrique Alves Viana¹
Kerley dos Santos Alves²

Resumo

Este artigo reflete sobre a relação antagônica entre o modo de produção capitalista e as iniciativas de desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030. Partindo do pressuposto de que as expressões da "questão social" se originam na ordem do capital, o estudo analisa a tensão entre a busca pelo lucro e a dignidade humana no setor turístico de Ouro Preto (MG). O objetivo central é examinar como a relação trabalho-capital neste contexto impacta os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades). A metodologia é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise crítica. Os resultados evidenciam que a precarização do trabalho, manifestada na informalidade, em jornadas exaustivas e na baixa remuneração, perpetua um ciclo de vulnerabilidade social e desigualdade, chocando-se diretamente com os ideais dos ODS. Conclui-se que, enquanto o modo de produção capitalista prosperar, a superação plena das mazelas sociais permanece no campo das suposições, pois a busca por um desenvolvimento verdadeiramente sustentável confronta as bases estruturais do próprio sistema.

Palavras-chaves: Turismo. Trabalho. Capitalismo. Ouro Preto. Desenvolvimento sustentável.

1. Introdução

A Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), representam uma ambiciosa narrativa progressista que fomenta um debate global sobre a construção de um futuro mais equitativo e ambientalmente consciente. Contudo, este horizonte de esperança choca-se frontalmente com as engrenagens do modo de produção capitalista, cuja lógica intrínseca de acumulação e valorização do capital, conforme apontam Netto e Braz (2012), tende a priorizar o lucro em detrimento do bem-estar social e da sustentabilidade ecológica. É neste campo de tensões que as expressões da "Questão Social" se manifestam, emergindo da divergência estrutural entre capital e trabalho.

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: carlos.viana@aluno.ufop.edu.br
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1877458873104423>

² Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: kerley@ufop.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0155112780470566>.



Nesse cenário, a problemática central deste trabalho reside no conflito entre a lógica do lucro, inerente ao modelo socioeconômico posto, e as condições de trabalho no setor turístico de Ouro Preto, um microcosmo que reflete desafios globais. A busca incessante por rentabilidade no turismo, embora seja um setor potencial para gerar empregos e renda, frequentemente resulta na precarização das relações de trabalho, com impactos diretos na dignidade dos trabalhadores e na própria sustentabilidade da atividade. A cidade de Ouro Preto, que recebe anualmente um número expressivo de visitantes, depende de uma vasta massa de trabalhadores(as) para atender a essa demanda, muitos dos quais, provavelmente, atuam em condições de informalidade e vulnerabilidade.

A justificativa para esta análise, portanto, reside na urgência de compreender como essa relação trabalho-capital se manifesta no chão da fábrica do turismo e de que maneira compromete a busca por uma atividade turística mais justa e sustentável, alinhada aos ODS. Diante disso, o objetivo central deste trabalho é examinar a relação entre trabalho e capital no setor turístico de Ouro Preto (MG), com o intuito de compreender como essa dinâmica impacta os esforços para alcançar, especificamente, os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), e como as tensões entre a lógica do lucro e a busca por trabalho digno se manifestam no contexto local.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica. Para a análise do caso do turismo em Ouro Preto, o trabalho se apoia em uma análise documental de dados secundários extraídos de relatórios oficiais publicados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia do município. As fontes primárias de dados são:

- Estimativas de Desemprego em Ouro Preto e seus Distritos (Ouro Preto, 2025), baseado em pesquisa de campo com 304 residentes, que fornece um panorama detalhado sobre desemprego, perfil ocupacional, gênero e escolaridade, incluindo trabalhadores fora do mercado formal.
- O Relatório Mensal do Mercado de Trabalho de Ouro Preto (Ouro Preto, 2025b), que utiliza microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para analisar o emprego formal, salários médios por setor, gênero e escolaridade.

A metodologia consistiu em interpretar criticamente esses dados à luz do referencial teórico sobre capitalismo, trabalho e desenvolvimento sustentável (Netto; Braz, 2012;

Bambirra, 2013). O propósito é conectar a realidade local, evidenciada pelos números, com as discussões macro, demonstrando as contradições, por vezes veladas, entre a lógica do capital no turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3. Revisão de literatura

3.1 Capital, trabalho e a gênese da questão social

O modo de produção capitalista, como modelo socioeconômico hegemônico, estrutura-se a partir de uma contradição fundamental. Netto e Braz (2012) evidenciam que a acumulação de capital, motor do sistema, é gerada através da “reprodução ampliada”, um processo no qual a mais-valia, o valor produzido pelo trabalhador e não pago pelo capitalista, é convertida em mais capital. Essa dinâmica cria, inevitavelmente, uma divisão de classes: de um lado, a classe burguesa, detentora dos meios de produção, e de outro, a classe trabalhadora, detentora da mercadoria força de trabalho e que, na sociedade contemporânea, apresenta-se de maneira mais plural, envolvendo trabalhadores formais, informais e outras categorias, como microempreendedores e pessoas jurídicas (“PJ”). É na esteira desse processo que surge e se reproduz a “questão social”, com suas múltiplas expressões de desigualdade. A pobreza não é uma construção natural, mas social, um mecanismo necessário para a existência do capitalismo. Em um mundo de superlucros, a existência da miserabilidade é uma patologia social inevitável.

A categoria trabalho é, portanto, central para a compreensão da ordem do capital. Para além de uma atividade de subsistência, o trabalho é uma atribuição única do ser social, que o diferencia dos seres orgânicos e inorgânicos. Segundo Netto e Braz (2012, p. 42-43), o trabalho humano se caracteriza por: 1) exigir instrumentos que se interpõem entre o trabalhador e a matéria; 2) requerer habilidades e conhecimentos adquiridos e transmitidos por aprendizado; e 3) atender a um conjunto de necessidades que se expandem e se complexificam continuamente. É essa capacidade de transformar a natureza de forma consciente que cria a riqueza social, que no capitalismo é privatizada.

3.2 Capitalismo dependente e superexploração

Para analisar realidades como a brasileira, é fundamental introduzir os conceitos de capitalismo dependente e superexploração. Conforme Bambirra (2013, p. 144), a situação de dependência conforma estruturas "cuja características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes". Isso significa que países periféricos se inserem na economia global de maneira desigual, transferindo valor para os países centrais. Para compensar essa perda, o capital interno recorre a um mecanismo



específico: a superexploração da força de trabalho. Guanais (2019), define a superexploração como um mecanismo viabilizado por três eixos: o prolongamento da jornada laboral, o aumento da intensidade do trabalho e a redução do consumo dos operários para além de seu limite normal (GUANAIS, 2019, p. 231). O turismo em países dependentes, como o Brasil, torna-se um campo fértil para a manifestação desses processos.

3.3 A Agenda 2030 como horizonte contraditório: Ouro Preto sob a lente dos ODS

Em contraposição a essa lógica, a Agenda 2030 emerge como um plano de ação global para “Pessoas, Planeta e Prosperidade” (Labadi et al., 2023). Seus 17 ODS estabelecem metas ambiciosas para erradicar a pobreza em todas suas formas e em todos lugares (ODS 01), promover o trabalho digno e crescimento econômico (ODS 08) e reduzir desigualdades dentro e entre os países (ODS 10). Contudo, a implementação dessa agenda ocorre dentro do mesmo modelo socioeconômico responsável pela geração e perpetuação dessas e outras mazelas sociais, econômicas e ambientais existentes. O turismo é, de maneira frequente, apresentado como um setor estratégico para alcançar os ODS, mas essa visão otimista ignora as contradições presentes moldadas pela estrutura do modo de produção capitalista. Martoni (2019) adverte que o discurso do "desenvolvimento sustentável" pode camuflar a lógica do "sociometabolismo do capital", onde a valorização do valor continua sendo o objetivo final. O trabalho no turismo, que deveria ser dignificante, é muitas vezes "adjetivado como 'agradável', 'aprazível'" (Martoni; Alves, 2019, p. 378), ocultando as relações de exploração por trás do sorriso do trabalhador e da trabalhadora.

Assumindo as reflexões supracitadas, vale apontar que as expressões da questão social e os impasses atrelados ao capitalismo estão presentes no cotidiano de milhões de indivíduos inseridos nas mais variadas áreas estudadas e de atuação. No turismo essa realidade está tão presente quanto em qualquer outra área, e a experiência laboral de trabalhadores dos atrativos turísticos de Ouro Preto-MG pode reforçar essa reflexão.

O município de Ouro Preto possui um elevado potencial turístico. Isso acontece em decorrência de suas riquezas materiais, imateriais e naturais; do reconhecimento como patrimônio da humanidade; da carga histórica concentrada em seu território; e outros. Por ser uma cidade com tamanho potencial, a cada ano Ouro Preto acaba sendo o destino turístico de pessoas de diversas localidades, tanto do Brasil, quanto de outros países. Devido ao grande número de visitantes e à potencialidade turística que a cidade abrange, fica evidente que o turismo é um dos setores econômicos estruturais do município ouro-pretano.



O Turismo, além de levar visibilidade e valorização ao patrimônio da cidade, é composto por uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que fazem cotidianamente todos os empreendimentos funcionarem, inclusive nos atrativos turísticos para visitação e entretenimento por exemplo.

Mesmo que no turismo o empregado esteja mais próximo do consumidor do que o operário da indústria, a orientação para sorrir e o referencial lúdico/diferente do espaço (de consumo) somam-se à mente reificada, fato que ajuda a obstruir as relações laborativas como relações históricas e seu primordial propósito, qual seja: o bem receber não para os sujeitos, mas como veículo essencial para a troca. Assim, em muitas localizações e unidades produtivas de serviços, o trabalho projeta-se de forma invertida, sendo, não raras vezes, adjetivado como “gostoso”, “agradável”, “aprazível”, “interativo”. [...] (Martoni, 2019, p. 378).

A respeito dos sujeitos que atuam em atrativos turísticos em Ouro Preto, convém refletir sobre a relação entre a realidade presente no dia a dia de suas atividades laborais e a busca em atingir o propósito da agenda 2030 com os dezessete objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Como já exposto inicialmente, para essa reflexão foram selecionados três dos dezessete ODS, sendo eles: ODS 01, ODS 08 e ODS 10.

4. Resultados e discussão

A análise do turismo em Ouro Preto revela uma profunda disparidade entre a cidade propagandeada e a cidade vivenciada. Enquanto a primeira leitura pode facilmente ser representada pelo cartão-postal do centro turistificado, dos passeios, bares e restaurantes, a segunda leitura é representada pelo cotidiano dos moradores e trabalhadores(as), que se inserem em um mercado de trabalho marcado por adversidades estruturais.

4.1 ODS 01 (Erradicação da pobreza) e a perpetuação da vulnerabilidade

A proposta do ODS 01 ("erradicação da pobreza") opera em sentido contrário com a estrutura do trabalho turístico em Ouro Preto, que perpetua a vulnerabilidade por meio de três eixos, identificados nos dados locais: informalidade, baixa remuneração e desigualdade de acesso.

Em primeiro lugar, a informalidade se revela como uma característica estrutural. O relatório de desemprego de 2025 aponta que, embora os assalariados sejam o maior grupo (33,9%), o crescimento expressivo de trabalhadores autônomos (21,1%) e o surgimento de empreendedores (7,6%) sugerem uma forte tendência de "empreendedorismo por necessidade, em um contexto de mercado formal mais restrito" (Ouro Preto, 2025, p. 19). Essa população,



muitas vezes sem acesso a direitos trabalhistas e proteção social, compõe a face da precarização no turismo.

Em segundo lugar, a baixa remuneração nos setores que sustentam a atividade turística é evidente. Dados do CAGED mostram que, em abril de 2025, os salários médios nos setores de Serviços (R\$ 2.303) e Comércio (R\$ 1.629) são significativamente inferiores à média de setores como a Indústria (R\$ 3.254) (Ouro Preto, 2025b, p. 14). Essa disparidade indica que os trabalhadores na linha de frente do turismo recebem remuneração que dificulta a superação da pobreza.

Finalmente, a vulnerabilidade é agravada pela desigualdade educacional. A taxa de desemprego para analfabetos no município atinge 50%, e para aqueles com ensino fundamental incompleto ou completo, supera os 10%, contrastando com 4,7% para quem tem ensino médio completo (Ouro Preto, 2025, p. 13). Isso demonstra que o mercado de trabalho local, incluindo o turismo, penaliza os trabalhadores com menor escolaridade, perpetuando um ciclo de exclusão que o ODS 01 visa combater.

4.2 ODS 08 (Trabalho decente) e a realidade da superexploração

Em Ouro Preto, existe uma grande possibilidade de muitos trabalhos ligados diretamente ao turismo do município se estruturarem por meio de uma alta sazonalidade, elevada intensidade e jornadas de trabalho prolongadas e exaustivas. Por se tratar de uma cidade turistificada e por questões dessa natureza estarem ligadas intrinsecamente ao Turismo em contexto mais amplo, essa realidade pode ser compreendida como uma manifestação da superexploração discutida anteriormente, pois, essa sobrecarga, somada à remuneração inadequada, gera impactos severos na saúde mental e física dos trabalhadores. O medo da perda do emprego e as situações de precariedade podem conduzir ao adoecimento, conforme denunciam Soares e Schlindwein (2021, p. 20):

[...] o trabalho informal e o desemprego são fatores relacionados ao adoecimento mental que pode conduzir ao pensamento suicida, soma-se a isso o medo da perda do emprego de quem está assegurado pelo trabalho formal, ou seja, em diferentes vias o trabalho é responsável tanto pela saúde quanto pelo desdobramento do adoecimento que foi conduzido por situações de precariedade, organizações rígidas, sobrecarga e desemprego.

Compreendendo que o contexto supracitado representa mais um dos avanços da ordem do capital, entende-se que para promover emprego pleno e trabalho digno para todos, tal como salienta o ODS 08, é necessário, em primeiro lugar, priorizar os interesses da classe



trabalhadora, pois, assim é possível haver mudanças significativas nas dinâmicas estruturais do modelo socioeconômico contemporâneo.

A busca pelo "trabalho decente" é diretamente desafiada pela disparidade salarial de gênero, uma das facetas da superexploração. Em Ouro Preto, os dados são inequívocos: em todo o período analisado (maio de 2024 a abril de 2025), os homens apresentaram salários médios superiores aos das mulheres. Em abril de 2025, por exemplo, o salário médio para homens era de R\$ 2.687, enquanto para mulheres era de R\$ 2.165, uma diferença de quase 25% (Ouro Preto, 2025b, p. 13). Essa desigualdade estrutural, presente nos setores que movimentam o turismo, mostra que o crescimento econômico do setor não se traduz em condições de trabalho dignas e equitativas para todos, ferindo o princípio central do ODS 08.

4.3 ODS 10 (Redução das desigualdades) e a estrutura do capitalismo dependente

Falar sobre redução da desigualdade social, em uma sociedade historicamente estruturada de maneira desigual, chega ser um imenso obstáculo, uma vez que é por meio dela que o modo de produção capitalista se consolidou e se consolida.

[...] Independentemente das características particulares das economias nacionais, em todos os espaços em que se desenvolveu e desenvolve a acumulação capitalista, o resultado é essa polarização riqueza/pobreza; evidentemente, a consideração de ambas (riqueza e pobreza sociais) deve ser contextualizadas historicamente – entretanto, mesmo com essa contextualização, o que resulta da acumulação capitalista é a polarização mencionada. [...] (Netto; Braz, 2012, p. 150).

A desigualdade é um fator que se efetiva por meio da divisão, na qual de um lado têm-se os favorecidos e beneficiados, e do outro se têm os desfavorecidos e desprivilegiados. Em escala continental, a desigualdade está presente nas próprias relações entre países de capital central e países de capitalismo dependente, tal como o Brasil. Pode-se considerar que enquanto os países pertencentes ao primeiro grupo são os beneficiados, em diversos aspectos, os pertencentes ao segundo são os desprivilegiados que acabam sofrendo sérias consequências. A já mencionada superexploração da força de trabalho é um fator que exemplifica isso.

O ODS 10 é desafiado pela própria estrutura do turismo local, que espelha a lógica do capitalismo dependente. Há uma clara disparidade entre os lucros dos proprietários de hotéis e restaurantes e a remuneração precária de camareiras, garçons e guias. A análise interseccional revela que mulheres e pessoas negras se concentram desproporcionalmente nas posições mais precárias, acentuando as desigualdades de gênero e raça. A estrutura do turismo local, portanto, não apenas reflete, mas aprofunda as desigualdades, consolidando um modelo que concentra riqueza e socializa a precariedade.



A análise interseccional, que revela a concentração de mulheres e pessoas negras em posições precárias, encontra respaldo nos dados de Ouro Preto. A desigualdade de gênero, como pilar do ODS 10, manifesta-se de forma dupla: as mulheres enfrentam uma taxa de desemprego significativamente maior (8,4% contra 5,1% dos homens) e, quando empregadas formalmente, recebem salários menores, como já mencionado (Ouro Preto, 2025; Ouro Preto, 2025b). A análise por faixa etária agrava o quadro, com o desemprego feminino atingindo picos de 15,2% (30-39 anos) e 25% (acima de 60 anos), indicando barreiras adicionais relacionadas à maternidade e ao etarismo (Ouro Preto, 2025, p. 16). Essa estrutura não apenas reflete, mas aprofunda as desigualdades, consolidando um modelo turístico que concentra riqueza e socializa a precariedade, contrapõe as metas do ODS 10.

5. Considerações finais

Este trabalho demonstrou que a busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável enfrenta obstáculos estruturais. A análise do turismo em Ouro Preto evidencia que as dinâmicas do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho são barreiras concretas para a efetivação dos ODS 01, 08 e 10. A erradicação da pobreza, o trabalho decente e a redução das desigualdades não serão atingidos de forma plena enquanto as estruturas que perpetuam essas mazelas não forem transformadas.

A mera adesão aos princípios da Agenda 2030 não garante um desenvolvimento sustentável se não houver uma mudança estrutural nas relações de produção. É fundamental que a discussão sobre o turismo considere as contradições do modo de produção capitalista, buscando alternativas que priorizem o bem-estar dos trabalhadores. A Agenda 2030 deve ser vista não como uma solução final, mas como um ponto de partida para ações transformadoras e um campo de disputa política. Por mais que existam boas intenções, a superação do modelo socioeconômico atual se mostra como condição para atingir plenamente os interesses presentes nos ODS.

Reconhece-se que esta pesquisa possui limitações, notadamente o fato de a coleta de dados ter se restringido à revisão bibliográfica e análise documental, o que pode ter limitado a profundidade da análise empírica. Espera-se que este estudo contribua para o debate crítico sobre turismo e desenvolvimento sustentável, alertando para os riscos de uma abordagem superficial que ignore as relações de poder e exploração em detrimento da dignidade dos trabalhadores.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 15-24.

AZEREDO, Ruggeri Oliveira Sales et al. Análise biológica e sociocultural a cerca do manuseio da pedra sabão (esteatito) no município de Ouro Preto - MG. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, ed. 3, p. 10969 - 10976, 2021.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis-SC: Editora Insular, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

GUANAIS, Juliana Biondi. Intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 223-236.

LABADI, Sophia et al. **Património e objetivos do desenvolvimento sustentável: orientações estratégicas para os atores do património e do desenvolvimento**. Charenton-le-Pont: ICOMOS, 2023.

MARTONI, Rodrigo Meira; ALVES, Kerley dos Santos. As Condições da Classe Trabalhadora em Atividades Características do Turismo: Especificidades e Tendências Socioprodutivas. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-19, 2019.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Turismo & capital**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OURO PRETO, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia. **Estimativas de Desemprego em Ouro Preto e seus Distritos**. Ouro Preto [Prefeitura], 2025. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/pesquisa_municipal_empregos_2025.pdf?dc=1211. Acesso em: 30 out. 2025.

OURO PRETO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia. **Relatório Mensal do Mercado de Trabalho de Ouro Preto**. Ouro Preto: Prefeitura Municipal, jun. 2025b.

SOARES, Camila Gutieres dos Santos; SCHLINDWEIN, Vanderléia Dal Castel. Suicídio e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura brasileira. **Revista Trabalho (En)cena**, Palmas - TO, p. 01-27, 21 jul. 2021.



SOARES, Patrick Flores; PAULA, Fábio Zanini de; DOTTO, Dalva Maria Righi. As atividades do setor de turismo sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, [S. l.], p. 1-20, ago. 2022.

88

VIANA, Carlos Henrique Alves. **Questão social e sujeitos coletivos: expressões das lutas sociais na Região dos Inconfidentes – Minas Gerais**. 2023. 105 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.



PARADOXOS NO TURISMO, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E PROMOÇÃO DA SAÚDE: NOTAS INVESTIGATIVAS EM JUIZ DE FORA (MG)

PARADOXES IN TOURISM, HOMELESS PEOPLE AND HEALTH PROMOTION: INVESTIGATIVE NOTES IN JUIZ DE FORA (MG)

PARADOJAS EN EL TURISMO, PERSONAS SIN HOGAR Y PROMOCIÓN DE LA SALUD: NOTAS DE INVESTIGACIÓN EN JUIZ DE FORA (MG)

89

*Márcio José de Moraes Oliveira*¹

*Edilaine Albertino de Moraes*²

*Kerley dos Santos Alves*³

Resumo

Este estudo buscou analisar a relação entre turismo e promoção da saúde a partir da percepção das pessoas adultas em situação de rua em Juiz de Fora (Minas Gerais). A pesquisa, de natureza qualitativa e descritivo-exploratória, procedeu ao levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas em dois logradouros públicos e em uma praça no centro de Juiz de Fora, os quais se relacionam com práticas turísticas. Os resultados alcançados reafirmaram o aumento exponencial de vidas humanas em vias urbanas, em territórios compartilhados com o turismo e lazer. Apesar de o turismo, convencionalmente, privilegiar as camadas mais abastadas da sociedade e o mercado turístico, também apresenta potencial de oferecer possibilidades para a inclusão social e a promoção da saúde integral, podendo, assim, afetar as pessoas em situação de rua. Por isso, é fundamental o aumento da oferta de pontos turísticos e de lazer às pessoas em situação de rua em Juiz de Fora e o estabelecimento de políticas públicas que incluam esses grupos sociais, aumentando sua potência de saúde e de vida, trazendo consigo a diferença, a pluralidade e a diversidade nas ruas.

Palavras-chaves: Turismo; Saúde; População em situação de rua.

1. Introdução

O turismo enquanto fenômeno complexo contemporâneo encontra-se em exponencial expansão pelos espaços urbanos e contempla prioritariamente práticas para classes sociais mais abastadas. Porém, o seu modo de funcionamento, que segue uma lógica predominantemente econômica e política, negligencia seu acesso às camadas sociais menos favorecidas ou vulneráveis.

Contraditoriamente, o turismo social pode ser um meio de promover a inclusão, oferecendo oportunidades de acesso e participação de populações vulneráveis em atividades culturais e de lazer em ambientes urbanos (EUGENIO & CHEIBUB, 2020). É importante

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: 55320805691@estudante.ufjf.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1524327334077075>

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: edilaine.moraes@ufjf.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464>

³ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: kerley@ufop.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0155112780470566>.



considerar que o espaço urbano possui uma dimensão simbólica que varia segundo os diferentes grupos sociais que o compõe em um campo de disputas e lutas, que visam o direito à cidade, à cidadania plena e à igualdade para todos (CORRÊA, 2020). Assim, o turismo também se insere nesse contexto de apropriação e conflitos urbanos.

Neste trabalho, defende-se que o turismo seja desenvolvido enquanto um mecanismo de transformação da sociedade, no sentido de promover a emancipação, a democracia, a equidade, a justiça e a saúde. Nesse sentido, o foco deste estudo são os entrelaçamentos de dois importantes fenômenos, o turismo e as pessoas em situação de rua. A escolha desse público se justifica pelo seu crescimento contínuo em espaços urbanos na contemporaneidade global. Eles exercem numerosas atividades informais nas vias das cidades, tais como coleta e comercialização de materiais recicláveis, atividades artísticas em suas diversas expressões e venda de guloseimas para passantes.

De acordo com Araújo (2012), a população em situação de rua pode ser entendida como grupo populacional heterogêneo composto de pessoas que pertencem a diferentes realidades. Em geral, esse grupo possui em comum a condição de pobreza, a falta de pertencimento à sociedade e ao mercado de trabalho formal, e os problemas causados pelo abuso de álcool e outras drogas. Em suas trajetórias, possuem referência de alguma atividade laboral formal que fora importante na constituição de suas identidades. Mas, o fato de já terem sofrido algum infortúnio em suas vidas, seja a perda de emprego, o rompimento de laços afetivos ou a incapacitação causada pelo vício, contribuiu para, aos poucos, terem perdido a perspectiva de um projeto de vida, passando a utilizarem o espaço da rua para sobrevivência e/ou moradia.

Diante desse cenário, a rua é vista não apenas como um espaço geográfico e um ponto de passagem, mas como um território onde se desenrolam disputas pela multiplicidade de seus atores sociais, bem como um campo existencial de encontros e desencontros, onde são produzidas e reproduzidas subjetividades e objetividades. No cotidiano urbano, as pessoas em situação de rua não só são invisibilizadas, mas também enfrentam situações perversas ao serem acometidas por um profundo estigma social, que agride o seu modo de vida, contribuindo para o surgimento de problemas e agravos à sua saúde.

Com esse enfoque, a presente pesquisa buscou refletir sobre a relação entre turismo e promoção de saúde, com base na percepção das pessoas adultas em situação de rua em circulação pelo centro urbano de Juiz de Fora (Minas Gerais).

Compreende-se a saúde como um conceito dinâmico, que se baseia em valores sociais, culturais, subjetivos e históricos, com o objetivo de alcançar uma relação equilibrada que



possibilite uma vida de qualidade. Isso requer um maior autoconhecimento e aceitação pessoal, relações mais solidárias e tolerantes com os demais, relações cidadãs com o Estado e um profundo respeito à natureza. Essas relações significam construir a saúde em seu sentido mais amplo, radicalizando as lutas contra as desigualdades, participando na construção da cidadania e na constituição de sujeitos (BRASIL, 2002).

Esta reflexão temática se torna relevante tendo em vista a literatura incipiente, além de contribuir com subsídios para políticas públicas turísticas e sociais e seus possíveis desdobramentos para a promoção da saúde de pessoas em situação de rua.

2. Metodologia

A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com levantamento bibliográfico e documental nas plataformas Lilacs, Scielo, Periódicos da Capes, Google Acadêmico; e no portal da Prefeitura de Juiz de Fora e do Ministério da Saúde.

Posteriormente, a pesquisa de campo foi realizada de 18 a 30 de novembro 2023, em dois logradouros e uma praça no centro de Juiz de Fora, que possuem relação com mobilidades turísticas. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas direcionadas a pessoas adultas em situação de rua, que se abrigam em moradias improvisadas sob as marquises de prédios, pontes e viadutos; pedintes, incluindo, os vendedores de balas e guloseimas, os praticantes de malabarismos e os catadores de materiais recicláveis. A escolha dos entrevistados foi baseada na técnica por conveniência, ou seja, aqueles que estiveram prontamente disponíveis na ocasião das entrevistas. Procuraram-se quais se encontravam mais livres, respeitando o desejo de participar da entrevista. Foram identificados nove indivíduos em situação de rua, a maioria homens, de 30 a 70 anos, negros, solteiros, com ensino fundamental e renda de até um salário mínimo proveniente de aposentadoria, prostituição, catadores de materiais recicláveis, pintura, pedreiro e armador de ferragens. Na ocasião, houve a entrega do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o anonimato, atendendo a exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF (Parecer de aprovação nº 6.321.320).

A análise dos dados obtidos foi conduzida com base no método História Oral, cujas narrativas orais foram processadas como experimento em igualdade, como uma troca entre pessoas que possuem interesses comuns nos mesmos relatos, mas, elaboram interpretações a partir de lugares sociais e políticos diferenciados (CARDOSO, 2011). A pesquisa foi afetada no tocante à realização das aproximações de respostas muito singulares em diálogo com os objetivos investigativos.



3. Revisão de literatura

De acordo com Sicari e Zanella (2018), as razões que levam as pessoas a viverem nas vias das cidades são variadas, como a precarização das condições de vida. No entanto, reduzir esse fenômeno a questões econômicas limita a sua compreensão e reduz a complexidade implicada. A escolha pessoal de permanecer nas ruas, mesmo que não seja muito evidente nas pesquisas, deve ser considerada, já que os indivíduos descrevem a procura pela sensação de liberdade. Na prática cotidiana, isso pode resultar em humilhação, opressão e perturbação durante suas interações, gerando diversos traumas psicológicos que influenciam seus comportamentos, emoções e doenças (SANTANA & CASTELAR, 2014).

As pessoas em situação de rua se apropriam do espaço urbano como seus territórios de vida, que, para Corrêa (2000), são simultaneamente fragmentados e articulados, constituindo um reflexo da sociedade. A cidade é o lugar onde as diversas classes, gêneros e raças vivem e se reproduzem, envolvendo o cotidiano, as crenças, os valores e os mitos modernos. Assim, o espaço urbano assume uma dimensão simbólica que varia segundo os diferentes grupos sociais que o compõem em um campo de disputas e lutas que visam ao direito à cidade, à cidadania plena e à igualdade para todos. Essas questões se aproximam e se relacionam com o turismo.

Segundo Luiz (2017), os grandes centros urbanos vêm servindo de cenário para dois fenômenos. De um lado, a oferta de produtos turísticos que estimula a permanência dos turistas no destino e, de outro, o exponencial crescimento da população em situação de rua. Para esse autor, devido à estigmatização e invisibilidade enfrentada por esses grupos sociais, há uma tendência à distorção de sua condição de cidadania. Tais grupos, não sendo bem vistos, têm dificuldade na participação em atividades comuns, aqui incluídas as condições de trabalho e lazer. Consequentemente, intervenções nos modos de vida dessas pessoas nos centros urbanos ocorrem de maneira pejorativa ou discriminatória, como em práticas higienistas. E, no caso do turismo, parte-se do pressuposto de que o fenômeno da população em situação de rua se desenvolve em sentido contrário ao desenvolvimento econômico do setor, em uma conjuntura muito mais atenta à rentabilidade dos investimentos e ao crescimento econômico a qualquer custo.

Sob uma visão crítica ao turismo contemporâneo, Krippendorf (2001) propõe um turismo mais humanitário e que valoriza os interesses locais. O autor defende que a chave da humanização da viagem não seria a de um humano em férias, mas sim daquele que se encontrou e tomou consciência de sua mobilidade e das razões que o levam a viajar, que aprendeu a se



olhar existencialmente, cumprindo sua viagem interior ao adquirir sabedoria, possibilitando-lhe ir ao encontro de outras culturas.

Com esse propósito, Irving (2018) discute uma nova concepção de desenvolvimento turístico em bases sustentáveis cuja reflexão está impressa, irreversivelmente, na dinâmica contemporânea. Segundo uma percepção ética e cidadã, o desenvolvimento desse fenômeno se baseia em uma visão estratégica de longo prazo, que requer um movimento de reinterpretação do turismo, orientado por outros princípios e valores no contexto de um mundo em crise.

Assim, Luiz (2017) entende que a interação proporcionada pelo turismo se torna um instrumento de colaboração bilateral, tal como “programas inclusivos preparam grupos minoritários para uma vida integrada na sociedade, ao mesmo tempo em que prepara a sociedade para aceitar a diversidade individual” (COELHO & GUIMARÃES, 2012, p. 6). Portanto, a experiência turística tem sido muitas vezes concebida separada daquela que o indivíduo vive e sente cotidianamente, ou seja, trata-se de ir ao “encontro” de alteridades, de se confrontar com situações potencialmente diferentes daquelas do cotidiano (LAPLANTE, 1996).

Logo, qualquer fenômeno que afeta a vida social influencia integralmente as dimensões física, psíquica e espiritual das pessoas. Sendo assim, compreender o turismo e seus efeitos existenciais implica ainda associá-lo à saúde dos sujeitos.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que precedeu a criação do Sistema Único de Saúde, trouxe o conceito ampliado de saúde não só como a simples ausência de doenças ou o estado de bem-estar físico, mental e social. A saúde é resultante das condições de alimentação, moradia, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, o turismo também faz parte do seu escopo.

Queiroz; Barreto e Frois (2020) relatam que o turismo se constitui um importante aliado em temáticas relacionadas à saúde por ser um meio privilegiado de desenvolvimento interpessoal, liberdade, autonomia e liberação. Esses autores pesquisaram usuários de serviços residenciais terapêuticos da rede substitutiva de saúde mental em Belo Horizonte (MG) e concluíram diversos graus de autonomia desses sujeitos obtidos após o retorno de suas vivências de lazer, passeios, city tours e viagens.

Segundo Silva et al. (2021), viajar sempre foi uma constante na vida humana, assim como a viagem para fins terapêuticos. Nesse sentido, essa prática pode contribuir no processo



de restabelecimento psíquico de um sujeito depressivo, como ocorreu com um grupo de idosos com depressão, usuários de uma unidade de saúde de Belém (PA).

Os benefícios à saúde e ao bem-estar também têm sido vinculados ao contato com a natureza. De acordo com Cunha et al. (2022), a visitação aos parques urbanos é percebida como uma elevação em todas as dimensões do bem-estar, com destaque para a dimensão emocional, seguida pela física, ambiental, espiritual e social, além de estimular o desenvolvimento cognitivo e reduzir a ansiedade.

Sendo assim, a promoção da vida e saúde em seu sentido amplo requer um atendimento cuidadoso às necessidades do outro que se deseja cuidar, neste caso, as populações em situação de rua.

4. Resultados e discussão

Como principais resultados alcançados na pesquisa, a maioria dos respondentes atribuiu como motivações para suas situações de rua, questões relacionadas a conflitos familiares associadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas em consonância com o Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua (PEREIRA *et al.*, 2023).

Os entrevistados também mencionaram que são vítimas de atos violentos pelos seus pares ou domiciliados ou em albergues. Conforme o Ministério da Saúde, a violência não apenas se constitui em um problema da área de segurança, mas também da saúde pública, cabendo inclusive notificação compulsória nos serviços públicos ou privados de saúde (BRASIL, 2015).

Um dos entrevistados mencionou que uma estratégia eficaz para afastar-se de comportamentos violentos e prevenir o vício em drogas foi visitar, juntamente com outros assistidos de um equipamento de assistência social, algumas cidades históricas de Minas Gerais.

O turismo religioso também foi destacado nas declarações de três entrevistados como extremamente benéfico na interrupção do consumo de drogas e maior envolvimento em iniciativas que promovem a saúde e a paz.

Stroppa e Moreira-Almeida (2008) indicam que níveis mais elevados de envolvimento religioso estão associados à satisfação com a vida, à felicidade, ao aumento da autoestima e a uma saúde física e mental aprimorada, sendo mais evidente em indivíduos sob estresse ou em situação de vulnerabilidade.

Uma entrevistada afirmou que o tempo livre em parques urbanos com seus filhos proporciona um grande bem-estar pessoal e estimula a persistência do seu tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas, sendo, portanto, vantajoso para a sua saúde.



Para acessar o Parque Municipal de Juiz de Fora, é necessário o cadastro de pessoas em situação de rua. Isso tem aumentado a frequência delas lá, principalmente aos domingos, quando o ônibus tem gratuidade.

Em novembro de 2022, um grupo de 15 assistidos de um equipamento socioassistencial de Juiz de Fora visitou o Parque Municipal. Segundo a coordenadora do equipamento, a intenção da iniciativa foi oportunizar o conhecimento do espaço. Na ocasião, alguns tiveram o receio de realizar a visita, mas o estabelecimento de uma relação de confiança com eles foi fundamental para o aproveitamento do passeio, cujo objetivo era o contato com a natureza para proporcionar bem-estar. Um dos assistidos relatou que fora sua primeira visita ao Parque, considerando-o como um espaço aconchegante, tranquilo e muito bem cuidado (Portal PJJ, notícias, 25/11/2022).

A Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Juiz de Fora vem desenvolvendo ações para a promoção do turismo cultural para esse público, como aconteceu durante uma visita guiada no Cine Theatro Central, revelando seus aspectos históricos e de restauração e revitalização de seu prédio. Esse tipo de ação intenta propiciar às pessoas mais vulneráveis a sensação de pertencimento à cidade e o fortalecimento de vínculos (Portal PJJ, notícias, 10/01/2024).

As pessoas adultas em situação de rua pesquisadas perceberam as práticas turísticas de diferentes maneiras. Todos os entrevistados relataram que tiveram ao menos uma experiência dada como prazerosa, incluindo hospedagem, alimentação, passeios em áreas rurais e parques em Juiz de Fora, e também viagens religiosas e a praia em outras localidades. Cada pessoa mencionou as suas preferências, que estão, em sua maioria, relacionadas à promoção de bem-estar mental e emocional. Por outro lado, um dos entrevistados teve a autopercepção de estar uma pessoa doente, chamando a atenção dizendo: “não durmo, não me alimento, como ter saúde assim?”. Portanto, as questões de turismo e saúde estão também atreladas diretamente aos desafios da insegurança alimentar, fome e direito à moradia na cidade.

5. Considerações finais

Em um mundo em crise, o turismo e os indivíduos em situação de rua evidenciam controvérsias devido aos conflitos de interesses na ocupação de espaços urbanos e a partir de suas realidades concretas. Este estudo permitiu identificar, por meio de levantamento de dados bibliográficos, documentais e empíricos, as conexões entre esses grupos que habitam as ruas centrais de Juiz de Fora e as atividades de turismo e lazer afetadas pela problemática da saúde. As perspectivas de incluir socialmente e promover a saúde como um direito para indivíduos em



situação de rua pela via do turismo e do lazer podem auxiliar na execução de políticas públicas efetivas para potencializar a vida consciente desses indivíduos.

Assim, seria importante ampliar a análise em foco a partir da sistematização de dados sobre as experiências de turismo em outras cidades brasileiras que envolvem população em situação de rua, a fim de entender as interconexões com os cuidados de saúde para com esse público. Para tanto, recomenda-se identificar as relações possíveis entre a Política Nacional para a População de Rua (Decreto 7.053/2009), a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/2008), a Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria MS/GM nº 687/2006), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (2024 - em fase de formulação), entre outras associadas. Além disso, construir estratégias para estabelecer múltiplas conexões entre gestores públicos, acadêmicos e sociedade civil envolvidos nessas atividades, a fim de compreender esses saberes populares das ruas e encontrar caminhos para a melhoria de vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. F. C. **Política nacional para a população em situação de rua: breve análise.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** (Documento para discussão). Brasília: MS, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Violência.** Brasília: MS, 2015.

CARDOSO, H. H. P. História Oral: Questões e indicações para o debate. *História e Perspectivas*, n. 45, p. 527 – 534, 2011.

COELHO, M. de F.; GUIMARÃES, M. P. Turismo inclusivo e lazer em espaços públicos. **IX SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO NO TURISMO.** Anais... São Paulo. 2012. p.6.

CORRÊA, R. L. **O que é o espaço urbano?** O Espaço Urbano. São Paulo. Ed. Ática. 2000. p. 7 – 10.

CUNHA, A. A.; RODRIGUES, C. G. O.; SANCHO-PIVOTO, A.; CASALS, F. R. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. *Revista Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 34, p. 1-12, 2022.

EUGENIO, J. de O.; CHEIBUB, B. L. Turismo social ‘na prática’: a experiência turística de pessoas em situação de rua na região metropolitana do Rio de Janeiro-RJ, Brasil. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, v. 12, n. 4, p. 1017-1038, 2020.



IRVING, M. A. Para Sustentabilizar o Turismo na Contemporaneidade: ética e políticas públicas globais. In: IRVING, M. A., AZEVEDO, J., LIMA, M. A. G. (organizadores). **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 23-56, 2018.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LAPLANTE, M. **L'expérience touristique contemporaine**. Fondements sociaux et culturels. Saint-Foy. Presses de l'Université du Québec. 1996. Disponível em: DOI: 10.2307/j.ctv18pgzcc Acesso em: 23 abr. 2023.

LUIZ, N. do R. O turismo e a população em situação de rua: relações e perspectivas. **SEMANA PARANAENSE DE TURISMO DA UFPR**, 24, 2017. Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR. 2017. p. 1-12.

OITAVA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - **Relatório final**.1986. Disponível em: www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf Acesso em: 16 abr.2023.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO, L. C.; CASTRO, M. M. de C.; RONZANI, T. M. (Coord.). **Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora, MG. Relatório Final**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora e Prefeitura de Juiz de Fora, 2023.

QUEIROZ, A. G.; BARRETO, L. C. S.; FROIS, R. O Turismo na Construção do Cotidiano do Cuidado de Saúde Mental: relato de uma experiência com pacientes em Belo Horizonte - Brasil. In: ALVES, K. S. (org.) **Diálogos Sociais em Turismo: elementos hegemônicos e contra-hegemônicos**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

SANTANA, V.; CASTELAR, M. A População em Situação de Rua e a Luta pela Cidadania. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 38, n. 2, p. 357-369, 2014.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: revisão sistemática. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018.

SILVA, V. L. C.; BEZERRA, D. V. S.; BARBOSA, H. D. A.; COSTA, J. S. L.; QUADROS, V. L. Turismo de Saúde: a prática da viagem como contribuinte no processo de reestruturação de sujeitos idosos com depressão. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, v. 15, n. 2, p. 90-112, 2021.

STROPPA, A.; MOREIRA – ALMEIDA, A. Religiosidade e Saúde. In; SALGADO, M. I.; FREIRE, G. (org) **Saúde e Espiritualidade: uma nova visão da medicina**. Belo Horizonte: Inede, p. 427 – 443, 2008.



CULTURA, MEMÓRIA, TURISMO E ACESSIBILIDADE EM FEIRAS

CULTURA, MEMORIA, TURISMO Y ACCESIBILIDAD EN FERIAS

98

CULTURE, MEMORY, TOURISM AND ACCESSIBILITY AT FAIRS

*Michel Alves Ferreira*¹

*Diurcely Carolina Villasbôas da Silva Afonso*²

*Jacqueline França de Lira*³

*Kíssila Prissila Campos*⁴

Resumo

O relato de pesquisa é fruto de um conjunto de ações de extensão sobre acessibilidade em feiras, interligados a disciplina de Turismo e Acessibilidade, de uma universidade pública do Estado de Mato Grosso, realizado durante o primeiro semestre de 2025 em dois municípios mato-grossenses: Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Seu objetivo principal é de costurar, qualitativamente, conhecimentos/saberes sobre acessibilidade e turismo, relatados por diferentes expositores de duas feiras distintas realizadas em Mato Grosso, a partir da interação com estudantes e docente responsável pela disciplina de Turismo e Acessibilidade do curso de Gestão em Tecnologia de Turismo. A pesquisa é de natureza teórico-metodológica interpretativa, situada/circunscrita a uma temporalidade e espaço e eminentemente qualitativa, com a participação voluntária e espontânea de feirantes, que participaram através do compartilhamento e preenchimento de um formulário online, durante os dias 05, 06, 07 e 08 de junho de 2025. Espera-se contribuir para fermentação e cambiars mais inclusivos e dignos no campo da acessibilidade no turismo: seja para viajantes, comunidades receptoras e trabalhadores/as.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Feiras. Cambiars. Turismo Acessível.

1. Cambiars iniciais

Pensar em um turismo acessível e inclusivo requer que todo o conjunto de serviços oferecidos (bem como a infraestrutura disponível ao/a viajante, trabalhadores e autóctones) possua as devidas adaptações que respeitem as diferenças e particularidades psicofisiológicas/culturais (Fonseca, 2009) de cada sujeito, de modo que seja possível desfrutar efetivamente de cambiars na experiencição no turismo com conforto, dignidade, segurança e respeito. Cabe salientar que, nesse relato, se conecta a categoria cambiars a partir das considerações da liderança quilombola Bispo dos Santos (2023), ao ter estabelecido, em seu texto (e, principalmente em suas práticas de vida), críticas aos modos coloniais de relação com o mundo e todos os seres viventes.

¹ UNEMAT – Núcleo Avançado de Vila Bela da Santíssima Trindade. E-mail: michel.ferreira@unemat.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7702194871589655>

² UNEMAT – Núcleo Avançado de Vila Bela da Santíssima Trindade. E-mail: diurcely.carolina@unemat.br

³ UNEMAT – Núcleo Avançado de Vila Bela da Santíssima Trindade. E-mail: franca.lira@unemat.br

⁴ UNEMAT – Núcleo Avançado de Vila Bela da Santíssima Trindade. E-mail: kissila.campos@unemat.br



Se princípios do dar-receber-retribuir, caros para o campo da hospitalidade⁵ no turismo, são considerados um valor/fato social primordial para trazer prosa e a poesia na experiência (Moesch, 2002) – ainda que com todas as contradições do campo (Cañada, 2023), então é possível defender cambiare positivos na experiencição do turismo acessível a partir de lógicas que fujam de mero cumprimento/adestramento (Bispo dos Santos, 2023), de legislação sobre acessibilidade. Mas que contribua na diminuição de reprodução de estigmas e estereótipos (Goffman, 1988; Ferreira, 2021) circunscritos em um tempo, espaço e cotidianidade, garantindo a inclusão social e cidadania (Silva; Costa, 2018).

Este relato é fruto de um conjunto de ações de extensão sobre acessibilidade em feiras, interligados a disciplina de Turismo e Acessibilidade, de uma universidade pública do Estado de Mato Grosso. A realização das ações se deu durante o mês de junho de 2025 em duas feiras distintas: uma, realizada anualmente no Município de Cuiabá e com sua devida importância para a Região Centro-Oeste, congregando expositores da agricultura familiar, de instituições públicas de ensino, prefeituras, associações, artesãos/ãs e secretarias de turismo e cultura. A outra, realizada semanalmente em Vila Bela da Santíssima Trindade, congrega as produções de alimentos, bebidas e artesanato local.

Nesse sentido, o objetivo central é costurar, qualitativamente, conhecimentos/saberes sobre acessibilidade e turismo, relatados por diferentes expositores de duas feiras distintas realizadas em Mato Grosso, a partir da interação de estudantes e docente responsável pela disciplina de Turismo e Acessibilidade do curso de Gestão em Tecnologia de Turismo de uma universidade pública mato-grossense.

2. Confluências metodológicas

O conjunto de atividades postas no presente relato é de cunho interpretativo, situado/circunscrito a uma temporalidade e espaço e eminentemente qualitativo, com a participação voluntária e espontânea de todas as pessoas envolvidas nas confluências da pesquisa.

Cabe salientar que confluências, outra categoria emprestada do trabalho de Bispo dos Santos (2023) para este trabalho, é entendida como afluentes que desaguam em um determinado rio, uma vez que os processos realizados em pesquisas interpretativo-qualitativas podem apresentar diferentes perspectivas analíticas – tais como os afluentes. Entretanto, ao mesmo

⁵ Entende-se os princípios dar-receber-retribuir com base nos estudos de Camargo (2008) e Lashley (2015).



passo, os afluentes metafóricos não são descaracterizados de seus fins estabelecidos, que se encontram no rio principal da investigação.

Até porque, pesquisas qualitativas, de acordo com Moreira e Caleffe (2006, p. 73) “(...) explora (m) as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”. Nesse sentido, com relação aos percursos adotados, estes se deram em dois grandes movimentos.

O primeiro movimento teórico-metodológico, realizado previamente às atividades de campo, compreendeu os meses de maio e junho de 2025, a partir da seleção e leitura, pelos/as autores/as, de alguns textos do Plano de Ensino da disciplina de Turismo e Acessibilidade. Ademais, embora todos/as os/as estudantes da disciplina participaram da execução das atividades de campo, em consultas coletivas em todo o processo, apenas três demonstraram interesse/disponibilidade em construir o presente texto. Portanto é digno e ético de registro essa informação, assim como o reconhecimento/agradecimento, à todo o grupo.

O segundo movimento, metodológico-prático, compreendeu os dias 05, 06, 07 e 08 de junho de 2025, a partir da aplicação de um questionário de 15 perguntas (abertas e fechadas) *online*⁶, direcionado aos/às expositores/as das feiras localizadas nos municípios de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade que aceitaram, voluntariamente, participar da pesquisa. Foram 48 expositores/as respondentes em Cuiabá. 18 em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dos 35 estudantes matriculados/as na disciplina de Turismo e Acessibilidade durante o primeiro semestre de 2025, 23 se dirigiram, juntamente com o docente responsável, para a Feira Internacional do Turismo realizada em Cuiabá, sendo que a aplicação do instrumento se deu durante os dias 05, 06 e 07 de junho. Os/as 12 estudantes restantes, realizaram a pesquisa *online* durante a realização da feira vilabelense de domingo (08 de junho).

Adjunto ao formulário *online*, com as mesmas perguntas direcionadas a ambos os grupos, realizou-se anotações de diário de campo que foram observadas e/ou utilizadas para a construção do texto final.

3. Breves fundamentos teóricos e confluências nos espaços da pesquisa

A história do território que compõe o Estado de Mato Grosso, esse criado a partir do desmembramento da Capitania de São Paulo em 1748 pelo colonizador português, está interligada com a criação, em 1752, de Vila Bela da Santíssima Trindade – primeira sede da capitania mato-grossense, e de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, que embora tenha

⁶ Através de um link e QR Code, que direcionava o/a respondente para o Google *Forms*.



sido fundada em 1719, tornou-se a segunda sede da Capitania de Mato Grosso a partir de 1835, já sob o império brasileiro (Aleixo, 2021; Jesus, 2011; Silva; *Et. Al.*, 2025).

As duas Vilas, posicionadas em locais geograficamente estratégicos para defesa dos interesses das elites brancas da época, travaram disputas que influenciou posteriormente os processos de ocupação do Centro-Oeste brasileiro e a formação de diferentes manifestações culturais mato-grossenses. Seja em decorrência da mineração e exploração de outros recursos naturais existentes, seja em defesa do território real/imperial que resultou em genocídio de populações originárias e em processos de aculturação⁷ (Aleixo, 2021; Jesus, 2011; Silva; *Et. Al.*, 2025).

Ou, ainda, dos modos de resistências culturais negras experienciados frente a violência com que povos escravizados foram trazidos, à força, do continente africano pelo comércio colonial/europeu de humanos (Aleixo, 2021; Jesus, 2011; Silva; *Et. Al.*, 2025). É importante destacar que, de acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025, *Online*), Cuiabá, a atual capital do Estado de Mato Grosso, contava com uma população aproximada de 651 mil habitantes. Já Vila Bela da Santíssima Trindade possuía 16 mil e 800 mil habitantes, proximamente, em 2022.

É possível dizer, enfim, que, tanto Cuiabá quanto Vila Bela (em razão de sua história e memória), são relevantes para o turismo no estado de Mato Grosso. O que pode ser perceptível em decorrência do interesse em contar, a partir do cinema, a história e a memória de um dos quilombos mais representativos do país no século XVIII, localizados em Vila Bela: o quilombo Quariterê, liderado à época por Tereza de Benguela (Santana, 2025, *Online*). Ou de Mato Grosso realizar anualmente uma das maiores feiras de negócios no turismo e para o turismo da Região Centro-Oeste: a Feira Internacional do Turismo, que recebeu aproximadamente 70 mil visitantes durante os quatro dias realização de diversas atividades em Cuiabá⁸.

Sobre as feiras: é importante argumentar que, independente da sua natureza, localização e contextos histórico/políticos – feiras livres de produtos do campo ou feiras de negócios e eventos, apenas para citar dois exemplos, elas requerem dos sujeitos envolvidos habilidades

⁷ Os chiquitos, etnia originária que habitou vastos territórios que foram colonizados por portugueses e espanhóis, é um exemplo de como esses processos de aculturação ocorreram historicamente e deram substrato para a resistência dos povos chiquitanos. A presença de chiquitanos/as no atual Estado de Mato Grosso (especialmente na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, um dos locais de realização desse trabalho), é símbolo de pujança de uma identidade que luta para ser devidamente reconhecida e valorizada.

⁸ Conforme Fecomércio MT (2025, *Online*) e Fit Pantanal (s.d, *Online*). Links de acesso: <https://fecomerciomt.org.br/fit-pantanal-2025-dobra-geracao-de-negocios-e-atrai-publico-recorde/> e <https://www.fitpantanal.com/noticias-1/fit-pantanal-2025-destaca-a-for%C3%A7a-do-turismo-de-mato-grosso-para-o-brasil-e-o-mundo>



psicofisiológicas e repertórios culturais⁹ na interação e reconhecimento do outro¹⁰, não apenas na identificação deste como um potencial cliente para atender as demandas de um sistema de produção e consumo.

De modo que, a reciprocidade nos cambiaries (Bispo dos Santos, 2023) ressalte a capacidade de conexão na interação, para além da aquisição de um serviço, produto, ou fechamento de uma parceira em uma feira de negócios e turismo, por exemplo. Senão, contaminados apenas por uma lógica comercial e predatória (portanto, elitista), não se produz cambiaries, mas sim adestramentos em uma relação com o outro, conforme Bispo dos Santos (2023) sustentou em seu texto acerca de interações produtoras de violências de classe, gênero, território, corpo e raça na cotidianidade das relações entre sujeitos, especialmente em centros urbanos. Que, por conseguinte, será manifestada no dia a dia a partir da reprodução de estigmas e estereótipos (Goffman, 1988; Ferreira, 2021).

O mesmo é possível de dizer com relação ao turismo operado por lógicas de adestramentos dentro de uma configuração capitalista que exclui/segrega sujeitos, a natureza e o espaço. Uma vez que é regulado apenas pelo princípio de quem pode pagar mais, automaticamente desfruta da experientiação (Cañada, 2023). Até que ponto é possível de se democratizar a prosa e a poesia (Moesch, 2002)? O turismo é mesmo um direito? Como pensar em um turismo responsável e, portanto, inclusivo, individual e coletivamente? Como fica a experientiação no turismo para trabalhadores e, principalmente trabalhadoras no setor?

Uma vez que são as mulheres que se encontram em posições de trabalho menos valorizadas econômica e culturalmente, materializando a reprodução de estereótipos afetivos, cognitivos e morais, conforme pesquisa de Gabrielli (2021), acerca das condições laborais de trabalhadoras do mercado turístico brasileiro. Assim como é possível de se estabelecer paralelos com a tese de doutoramento de Ferreira (2021), sobre a crítica à reprodução de ignorâncias sistêmicas de questões de gênero e raça, presentes no processo formativo de novos doutores e doutoras das áreas de humanidades e engenharias, encontradas em uma universidade brasileira e outra colombiana. Os dois exemplos desses autores revelam a descaracterização de cambiaries que reconhecem positivamente determinados sujeitos e outros não, em seus processos de sociabilidades.

⁹ Conforme os estudos de Fonseca (2009), que partiu do campo da neuropsicologia e educação para se pensar as interações entre os sujeitos e os processos de aprendizagem.

¹⁰ Para saber mais sobre feiras, recomenda-se a leitura de artigo produzido a partir de pesquisa de pós-doutorado, sobre a etnografia realizada por Vedana (2013) entre os anos de 2004 e 2008.



As autoras Silva e Costa (2018), ao discutir acessibilidade no turismo, expandem o debate ao defender a valorização positiva das diferenças entre os sujeitos na cotidianidade das relações.

[...] a busca pela igualdade, seja ela por raça, gênero, pessoas com deficiência torna-se fundamental para que todos tenham seus direitos garantidos e essa luta precisa ser de todos. Uma sociedade inclusiva vai muito além de garantia de espaços adequados para todos, ela intensifica as aceitações, as diferenças e valoriza a diversidade humana enfatizando a convivência e respeitando o próximo. Temáticas como cidadania e inclusão ainda são pouco conhecidas embora sua importância seja fundamental para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Além disso, estes fatores contribuem para que o exercício da cidadania seja consolidado, isto é, a falta de esclarecimentos e conhecimentos ocasionam na ausência de estruturas e condições favoráveis aos acessos das pessoas com deficiência como prevê a lei, negando então o seu direito à efetivação da cidadania (Silva; Costa, 2018, p. 7).

A expansão do debate, conforme as autoras, só é possível de ser posta a partir do momento em que categorias como inclusão e acessibilidade são entendidas para além da adaptação de condições, espaços, artefatos, métodos e técnicas, por exemplo. Sob risco de apenas pensar em pseudointegrações de sujeitos com necessidades diversas em uma cotidianidade social, econômica e cultural. Que, por fim, determina quem está/desfruta de uma normatividade relacional e quem não está. Inclusive, no turismo, impondo estruturalmente modos tidos como corretos de se experienciar/vivenciar o turismo.

É sob essas óticas teórico-metodológicas que este trabalho buscou entender como se dão cambiarens entre um turismo crítico, responsável e acessível em duas feiras com importância para a cultura e memória local/regional, partindo do registro¹¹ de um conjunto de ações de extensão realizadas conjuntamente com uma turma do Curso Superior de Gestão em Tecnologia de Turismo, do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

4. Confluências/comentários sobre alguns resultados dos cambiarens da pesquisa

A Feira Internacional do Turismo – FIT, se trata de um dos grandes eventos do setor na Região Centro-Oeste do país e é o maior do setor em Mato Grosso. O evento é organizado pela Fecomércio e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Com a temática Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentabilidade, a feira, que ocorreu entre os dias 05 a 08 de junho de 2025, reuniu um conjunto de atividades técnico-científicas desenvolvidas, simultaneamente, com vistas para divulgação de produtos e serviços turísticos oferecidos no estado (FIT Pantanal, s.d.).

¹¹ Ação de extensão aprovada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), da UNEMAT. Parecer nº 451/2025 – PROEC.



Contou, ainda, com a participação de secretarias de turismo e cultura de diferentes municípios do estado e de alguns países, agricultores familiares, representantes do ramo de alimentos e bebidas, representantes dos Sistemas S¹², instituições públicas e privadas de ensino, associações ligadas direta e indiretamente ao turismo, empresas de diferentes segmentos econômicos, agências, secretarias estaduais e demais órgãos governamentais. Para além do conjunto de atividades da feira, houve diversas apresentações culturais do estado (FIT Pantanal, s.d.).

A UNEMAT esteve representada com um estande de divulgação dos seus cursos de graduação, especialização e pós-graduação, especialmente do curso de graduação em Gestão em Tecnologia de Turismo - Campus de Nova Xavantina e Núcleo Avançado de Vila Bela da Santíssima Trindade. Foi desse núcleo avançado da Unemat, que um grupo de 23 estudantes realizou as atividades de campo na própria feira. Ali, sob supervisão presencial do primeiro autor deste artigo nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2025, conversaram com 48 diferentes expositores/as que aceitaram participar, voluntariamente, da pesquisa. Para fins de preservação e respeito à privacidade, os rostos das pessoas foram cobertos na imagem a seguir.

Figura 01 - Estande da Unemat na FIT Pantanal 2025



Fonte: Autoria Própria (2025)

Já a feira de domingo, realizada em Vila Bela da Santíssima Trindade, congrega produtores e produtoras de alimentos, bebidas, artesanato, utensílios, e demais produtos representativos da memória e cotidianidade social autóctone. Essa feira pode ser de interesse

¹² SEBRAE, SENAC, SENAR, SESC, SESI.



ao turismo, como já acontece com outras feiras realizadas em diferentes ruas/espços do país. Seu local de realização é em um espaço próprio (barracão), próximo à rodoviária e a entrada da cidade. A feira acontece durante o período da manhã. Sob a supervisão virtual do primeiro autor desse artigo, 12 estudantes (do grupo de 35 do Curso de Gestão em Tecnologia de Turismo) conversaram com 18 expositores/as que aceitaram, voluntariamente, participar da pesquisa, executada em 08 de junho de 2025.

Figura 02 - Espaço da Feira de Domingo em Vila Bela



Fonte: Autoria Própria (2025)

Com relação as respostas obtidas a partir do formulário *online*: dos/as 66 expositores/as respondentes, da FIT Pantanal em Cuiabá e da feira de domingo em Vila Bela, 40 são mulheres cis¹³, 23 homens cis, uma pessoa de Vila Bela se autodeclarou como não binária e outras duas (uma de cada município) não se sentiram contempladas em nenhuma das categorias apresentadas no formulário *online*. Na faixa etária, a maior parte das 66 pessoas (23 pessoas) se encontram na faixa de 25 a 34 anos. 18 pessoas disseram estar na faixa de 35 a 44 anos de idade. As demais faixas etárias tiveram respostas de até oito pessoas, com destaque para a faixa de acima de 60 anos, com apenas três respondentes.

Com relação à categoria etnia e raça, a partir dos critérios de autoidentificação dispostos pelo IBGE, a maioria das pessoas respondentes nos dois municípios são pessoas negras (45 pessoas). 14 se autodeclararam pessoas brancas, quatro amarelas e três indígenas. Já com

¹³ A terminologia cis remete a cisgeneridade: ao sujeito que se identifica ao sexo atribuído para si mesmo/a culturalmente. Já a terminologia trans remete a sujeitos que não se identificam com o sexo imposto para si, dentro do espectro normativo da masculinidade e feminilidade (Ferreira, 2021).



relação ao quesito renda, a maioria dos/as respondentes (portanto mulheres), recebem até dois salários-mínimos vigentes em 2025. Pensando na categoria filhos/as e/ou dependentes, a maioria destacou que sim, possui pelo menos um/a. Já no quesito estado civil, a maioria das/os respondentes possui algum tipo de vínculo (casamento ou união estável).

Esses resultados encontrados, no tocante a caracterização de gênero, etnia/raça e renda salarial, podem ser correlacionados às pesquisas já mencionadas de Gabrielli (2021) e Ferreira (2021), no que se refere a necessidade de investigar como se dá a reprodução de estereótipos afetivos, cognitivos e morais que podem colocar mulheres trabalhadoras de feiras em posições subalternizadas, especialmente pessoas não brancas. Conseqüentemente, com menor reconhecimento econômico e sociocultural, faz-se com que, para elas, lhes seja dificultada e/ou negada experiências democráticas e inclusivas¹⁴ no turismo. É um alerta que esse trabalho revelou.

Com relação a escolaridade, a pesquisa revelou uma disparidade entre os municípios de Vila Bela e Cuiabá. Enquanto no primeiro município houve a predominância de respostas com escolaridade no ensino médio completo (09 pessoas), em Cuiabá predominou expositores/as com ensino superior completo e/ou pós-graduação (26 pessoas). O que também, a título de sugestão, poderiam ser pensadas em novas pesquisas para entender como essas correlações afetam as mulheres trabalhadoras do setor.

Com relação às descrições/respostas, nas perguntas abertas, acerca do entendimento de acessibilidade, turismo, assim como esses entrelaçamentos se dão com feiras, percebeu-se uma compreensão geral mais direcionada à adequação física dos espaços públicos de circulação de pessoas, do que a questões cognitivas, afetivas e morais que expandem a compreensão dos termos acessibilidade, cidadania e inclusão no turismo, conforme debatido no artigo de Silva e Costa (2018).

A acessibilidade nas feiras ainda é um desafio em muitos casos. É comum ver falta de rampas, sinalização adequada, banheiros adaptados e espaços pensados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Mas quando há preocupação com isso, a feira se torna mais inclusiva, permitindo que todo mundo participe, aproveite e se sinta bem-vindo. Pensar em acessibilidade é garantir o direito de todos de estarem presentes (Respondente nº 41, homem, branco, solteiro, 25 a 34 anos, Expositor de Cuiabá).

Ainda muito pouco em lugares públicos, ainda não possui adaptação adequada para idosos, cadeirantes, rampa nas calçadas da cidade, e falta de técnicos preparados para atendimento as necessidades especiais com deficiência neurológica (exemplo tod, autismo, epilepsia, esquizofrenias, etc.) Em alguns ambientes não possuem

¹⁴ O entendimento de inclusão aqui é expandido, conforme artigo já citado de Silva e Costa (2018).



cadeiras para obesos. (Respondente nº 13, mulher, indígena, solteira, 35 a 44 anos, Expositora de Cuiabá).

Entretanto, no município de Vila Bela, ficou evidente a queixa geral dos/as expositores/as do espaço público específico, destinado para a realização da feira de domingo, por melhorias públicas não apenas no quesito acessibilidade física desse espaço, mas de melhoria geral da infraestrutura disponível em todo o município.

107

Depende da política pública municipal, normalmente responsável por organizar os espaços coletivos, em vila bela a acessibilidade é reduzida, pois, em que pese esteja situada não distante ao centro, o trajeto até lá é de barro e pedrinhas, mas nas entradas do espaço há rampa de acesso (Respondente nº 06, mulher, branca, solteira, 25 a 34 anos, Expositora de Vila Bela da Santíssima Trindade).

Eu que tenho 82 anos ter acesso a tudo que não é fácil (Respondente nº 10, homem, pardo, casado, mais de 60 anos, Expositor de Vila Bela da Santíssima Trindade).

Cabe registrar que algumas das respostas abertas, no que se referem a associação entre o turismo e as feiras, também demonstraram possibilidades outras do visitante de um destino turístico de conhecer mais sobre a cultura e memória a partir de quem vive no local e dos produtos oferecidos em uma feira. O que pode abrir horizontes críticos de cambiare que fujam de adestramentos na experiencição do turismo (Bispo dos Santos, 2023), ao passo em que podem abrir discussões de modos de experiencição não predatórios (Cañada, 2023), e que reconheçam como um valor/fato social coletivo na hospitalidade e hospitabilidade (Camargo, 2008; Lashley, 2015). Desde que observados pelo poder público.

5. Começo, meio e começo: palavras finais?

A participação de estudantes do Curso de Gestão em Tecnologia de Turismo em uma feira de negócios específica para o setor de turismo (a FIT Pantanal, realizada anualmente em Cuiabá), pôde oferecer ao grupo possibilidades de observação, reflexão e crítica dos produtos culturais e de interesse ao turismo existente em Vila Bela da Santíssima Trindade, ao mesmo tempo em que se buscou trocas de experiências com trabalhadores e trabalhadoras da cultura e turismo existentes no estado de Mato Grosso.

Do mesmo modo, a observância crítica de como se dá as sociabilidades na feira de domingo em Vila Bela da Santíssima Trindade, também permitiu pensar em possibilidades outras de cambiare com espaços costumeiros à cotidianidade dos/as estudantes, a partir dos relatos de quem vive e faz a feira municipal vilabelense acontecer. Urge olhar com mais cuidado para esses/as trabalhadores/as, inclusive recomendando novas frentes de pesquisa, como já mencionado ao longo de todo o texto.



Para além de, nos dois casos (tanto da feira local, quanto da feira específica do turismo estadual), os estudantes perceberam as condições de acessibilidade existentes para pessoas com deficiências e/ou condições neurodiversas, além delas próprias – seja enquanto produtoras e consumidoras. O que foi possível, salvos os limites epistemológicos e temporais, de se buscar expansões do entendimento de acessibilidade e turismo, de acordo com as referências selecionadas para este texto. Algumas delas, debatidas exaustivamente, durante as aulas da disciplina de Turismo e Acessibilidade. Afinal: que tipo de cambiar se quer construir, a partir do turismo?

Agradecimentos e apoios: é digno de registro o apoio e agradecimento à Secretaria Municipal de Turismo de Vila Bela da Santíssima Trindade, pela viabilização e parceria em toda a logística que levou parte do grupo de 35 estudantes da disciplina de Turismo e Acessibilidade (Curso de Gestão em Tecnologia de Turismo) à FIT Pantanal em Cuiabá, perfazendo mais de 600 quilômetros entre duas das cidades mais representativas para a história e memória mato-grossense. À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT, pela agilidade na institucionalização da ação de extensão, que também foi componente basilar para a produção dessa pesquisa, oportunizando a socialização com a comunidade vilabelense. Finalmente, mas não menos importante, o agradecimento a todo o grupo de estudantes do Núcleo Avançado de Vila Bela da Santíssima Trindade, que colaborou indiretamente para que esse texto pudesse ser produzido e cambiado cientificamente, a oito mãos.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Reprodução das relações sociais no cotidiano dos espaços públicos nas cidades de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII. **Conectonline**: revista eletrônica do Univag. Várzea Grande, n. 25, p. 39-57, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/1706/1872>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. A pesquisa em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano 5, n. 2, p. 15-51, jul.- dez. 2008. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/151/176>. Acesso em: 07 maio 2025.

CAÑADA, E. Erik Olin Wright e as possibilidades do turismo pós-capitalista. **Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v.7, n.1, p.7-25, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/48231/38607>. Acesso em: 07 maio 2025.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO - Fecomércio-MT. FIT Pantanal 2025 dobra geração de negócios e atrai



público recorde [05 jul. 2025]. **Fecomércio MT**. Disponível em: <https://fecomerciomt.org.br/fit-pantanal-2025-dobra-geracao-de-negocios-e-atrai-publico-recorde/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FEIRA INTERNACIONAL DO TURISMO - FIT PANTANAL. FIT Pantanal 2025 destaca a força do turismo de Mato Grosso para o Brasil e o mundo [s.d.]. **FIT PANTANAL**. Disponível em: <https://www.fitpantanal.com/noticias-1/fit-pantanal-2025-destaca-a-for%C3%A7a-do-turismo-de-mato-grosso-para-o-brasil-e-o-mundo> . Acesso em: 29 jul. 2025.

FEIRA INTERNACIONAL DO TURISMO - FIT PANTANAL. Expofit [s.d.]. **FIT PANTANAL**. Disponível em: <https://www.fitpantanal.com/expo-fit>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FERREIRA, Michel Alves. Que verdades podem nos fazer livres? Desvelando discursos à motológicos de gênero e raça nos espaços das universidades. 2021. 246f. **Tese** (Doutorado em tecnologia e sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

FONSECA, Vitor da. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica**. Vozes. 2009

GABRIELLI, Cassiana. Mulheres no mercado turístico brasileiro: reflexões e perspectivas à luz dos estudos de gênero. **Rosa dos ventos: turismo e hospitalidade**. Caxias do Sul, v. 13, n. 4, p. 1049-1069, 2021. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/9254/pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4a. Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades e estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

LASHLEY, Conrad. Hospitalidade e hospitabilidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v.12, n. especial, p. 70-92, maio 2015. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/download/566/623>. Acesso em: 28 mai. 2025.

MOESCH. Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

SANTANA, Thayná. Filme sobre Tereza de Benguela interpretado por Zezé Motta inicia filmagens no Mato Grosso [23 mar.2025]. **Alma Preta Jornalismo**. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/filme-sobre-tereza-de-benguela-interpretado-por-zeze-motta-inicia-filmagens-no-mato-grosso/>. Acesso em: 28 jul. 2025

SILVA, Lucas Mateus Faria. *ET.AL*. Capital de heranças: Vila Bela da Santíssima Trindade e seu cotidiano, reflexões sobre tradições quilombolas a partir de uma experiência etnográfica.



Perspectivas em diálogo: revista de educação e sociedade. Naviraí, v. 12, n. 30, p. 130 - 149, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/21874/15040>. Acesso em: 27 jul. 2025.

110

SILVA, Thawanny Priscilla da; COSTA, Raíssa de Keller e. Turismo acessível: inclusão social, acessibilidade e cidadania. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**. 13 p., n. 25. 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/25/acessibilidade.html> . Acesso em: 04 jun. 2025.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. Porto Alegre. **Horizontes Antropológicos**, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/C7cdWKqZSyDDcgbphcRWhvg/?lang=pt> Acesso em: 27 jul. 2025.

ISBN: 978-65-982796-4-6

CRL



9 786598 279646

